Avante!
Biblioteca

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

# Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 – Série VII – N.º 589
11 de Abril de 1985

Preço: 30$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português **Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX** Tel. 76 97 25 – Telex 18390 **Composição e impressão – Heska Portuguesa** Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

## Conferência Nacional do PCP

## a via de DESENVOLVIMENTO PARA VENCER A CRISE

Temas abordados nesta edição

**A política de recuperação capitalista e a situação social dos trabalhadores**

●

**A independência económica nacional**

●

**A política de substituição de importações por produção nacional**

●

**Política agrícola**

●

**Economia paralela**

Págs. 4/5

## Adesão à CEE

# MANOBRA POLÍTICA AO SERVIÇO DA CONTRA-REVOLUÇÃO

O plano de integração na CEE visa essencialmente fins políticos reaccionários, ao mesmo tempo que abrirá as portas ao assalto da nossa economia por parte do imperialismo. As cedências aceites pelo Governo comprovam o seu carácter antipatriótico e antinacional.

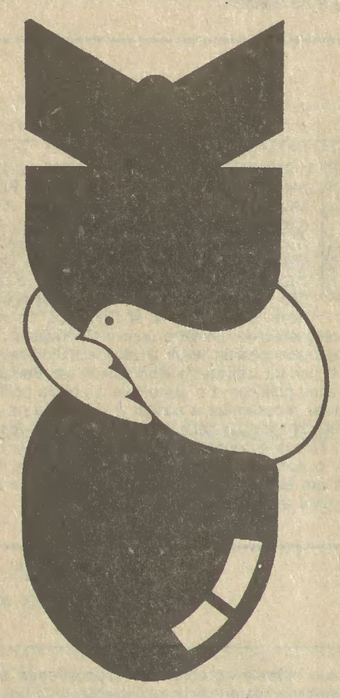
**Ler Editorial e págs. 2 e 3 do** Suplemento

***Antecedendo o 25 de Abril e o 1.º de Maio sindicatos e organizações representativas dos trabalhadores preparam acções de massas.***

Pág. 7

O reforço do Partido e da sua ligação às massas, o estudo, análise e debate dos problemas e das realidades que envolvem a situação das populações, a dinamização do trabalho político e da luta popular, a promoção de numerosas iniciativas, o esclarecimento e a mobilização, são traços da intensa actividade desenvolvida em todo o País pelas organizações do PCP, como denota o noticiário da **página 6** desta edição. Ai destacamos, entre outras acções, os trabalhos preparatórios da 4.ª Assembleia dos comunistas do concelho de **Almada**, a Assembleia da Organização da Freguesia da **Brandoa** (Amadora), o encontro distrital de Lisboa sobre questões de **Saúde** e a campanha para a compra e obras do **Vitória**.

Pág. 6



# Quem luta pela Paz?

Pág. 8

# SEMANA

## 3
Quarta-feira

O Governo altera o esquema de profissionalização dos professores. ■ O CDS acusa o PSD de não saber para que lado se virar, se para o seu, se para o mesmo, o do PS. ■ O II Congresso dos exportadores de moldes conclui que Portugal tem condições para se tornar no maior exportador mundial do ramo. ■ Os organizadores anunciam que a IX Conferência da Reforma Agrária se realiza no primeiro e segundo dias de Junho. ■ O Dia Mundial da Saúde, que hoje se celebra, é dedicado pela OMS aos jovens. ■ São assim as «democracias ocidentais»... Reagan afirma-se disposto a reforçar o poderio militar da ditadura turca. ■ Sionistas transferem centenas de presos de um campo de concentração no sul do Líbano para Israel. ■ Na CEE, os ministros da agricultura voltam a falhar mais uma tentativa de fixar preços para os produtos agrícolas. ■ Numa tentativa de pôr cobro ao conflito entre o Iraque e o Irão, Perez de Cuellar, secretário-geral da ONU, prossegue os seus contactos no Golfo.

## 4
Quinta-feira

Gromyko

No PSD, prossegue a troca de decorosos cumprimentos. António Capucho para os dirigentes das distritais que pediram a demissão de Machete: «são idiotas». ■ Oskar Fischer, ministro dos Negócios Estrangeiros da RDA termina uma visita oficial de três dias a Portugal. ■ O «Povo Livre», folha oficial do PSD, publica o número de aderentes do partido. Resultado: o seu chefe-de-redacção é demitido... ■ O cardeal patriarca critica a ostentação de riqueza e poder. ■ O comissário Santinhos, da PSP, decide apresentar queixa contra o Governo português no Tribunal dos Direitos do Homem. ■ Agrava-se o estado de saúde de Tancredo Neves, presidente brasileiro, que é submetido a diversas operações sucessivas. ■ O bispo Desmond Tutu, prémio Nobel da Paz, exige a libertação dos presos políticos sul-africanos ■ A capital do Sudão está completamente isolada do exterior. ■ Andrei Gromyko reafirma princípios da URSS nas conversações de Genebra. ■ O primeiro-ministro grego solicita eleições antecipadas.

## 5
Sexta-feira

Mais uma vez...

Na zona de Tróia, a Guarda-Fiscal apreende droga no valor de 450 mil contos. ■ No distrito do Porto, a organização do PCP ultrapassa já os 26 mil militantes, o que se traduz «por um rápido crescimento». ■ O Governo prepara a partilha da EPAC, denuncia a Federação dos Sindicatos do Comércio, Escritório e Serviços, ao insurgir-se contra a liberalização da importação de produtos agro-pecuários. ■ A Feira Popular de Lisboa reabre ao público para mais uma temporada. ■ Golpe de Estado no Sudão, as forças armadas tomam o poder. ■ O estado de Tancredo Neves mantém-se estacionário. ■ Em Porth Elizabeth, na África do Sul, a polícia dispara: um morto.

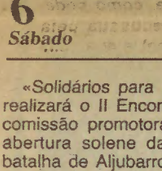
## 6
Sábado

«Solidários para vencer a crise» será o lema sob o qual se realizará o II Encontro dos Democratas de Setúbal, anuncia a comissão promotora. ■ O Presidente da República preside à abertura solene das comemorações do sexto centenário da batalha de Aljubarrota. ■ Os trabalhadores da delegação lisboeta da France-Presse rejeitam «energicamente» os argumentos que a administração utiliza para pôr termo ao seu noticiário em português. ■ O inquérito à Câmara Municipal da Covilhã (PS) aponta várias irregularidades. ■ O parlamento grego aprova, por maioria, emendas à Constituição. As inovações dizem respeito à eleição e poderes do Presidente da República. ■ A Nicarágua classifica como sendo uma declaração de guerra a proposta de Reagan sobre negociações deste país com os bandos terroristas que actuam em seu território. ■ Aviões iraquianos em Teerão e mísseis iranianos em Bagdad continuam a matar.

## 7
Domingo

Trabalhadores da Guérin protestam na rua contra o desmantelamento da empresa. ■ Na Torralta-Tróia, os trabalhadores reúnem-se em plenário e decidem continuar a sua luta pelo pagamento dos salários. ■ Segundo a Comissão Distrital do PCP, a APU tem condições para obter o apoio dos descontentes em Braga. ■ O Movimento dos Agricultores e Rendeiros do Norte manifesta a sua discordância em relação ao prazo de contrato de arrendamento proposto pelo Ministério da Agricultura. ■ A URSS decreta uma moratória unilateral na instalação de mísseis de médio alcance. Os mísseis só serão instalados a partir de Novembro. ■ Em Chalatenango, a guerrilha salvadorenha causou 90 baixas ao exército fascista nas duas últimas semanas, é anunciado pela emissora da FMLN. ■ William Schroeder torna-se o primeiro paciente com coração mecânico a tentar viver fora do hospital.

## 8
Segunda-feira


Golpe

Mário Soares está em Madrid para preparar novas cedências à CEE. ■ Firmino Miguel anuncia a sua intenção de não se candidatar às eleições presidenciais. ■ Em Abril, um manto de neve cobre a serra da Estrela. ■ Segundo a Direcção da Organização Regional do Minho do PCP, a coligação PS/PSD não satisfará as aspirações do povo de Vizela. ■ A FESTRU considera que o contrato-programa do Governo com a Rodoviária é lesivo para esta empresa pública. ■ A União dos Sindicatos de Lisboa repudia o pacote laboral do PS/PSD. ■ No Sudão são libertados os presos políticos e é dissolvida a polícia política ■ Os Estados Unidos recusam-se a aceitar a moratória na instalação dos mísseis. ■ Para os seus médicos, o estado de saúde de Tancredo Neves é considerado normal. ■ Depois de ter visitado Teerão, o secretário geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, está em Bagdad. ■ Kaunda denuncia que a África do Sul prepara uma agressão contra a Zâmbia.

## 9
Terça-feira

Maioria impõe o silêncio na comissão especializada da Assembleia da República sobre a eventual adesão à CEE e limita a discussão em plenário a apenas alguns *dossiers* ■ Começa em Albufeira o segundo julgamento de Mohammed Rachid, acusado de ter assassinado Issam Sartawi durante o congresso da Internacional Socialista realizado o ano passado no Algarve ■ Bancários do Norte repudiam manobras divisionistas actualmente em curso contra o seu sindicato ■ Os processos movidos pela administração da Soponata contra seis elementos da comissão de trabalhadores constituem uma peça nula, segundo o advogado de defesa, pelo que devem ser arquivados ■ O governo de Nicarágua propõe à administração norte-americana o reatamento de conversações ■ Milhares de pacifistas da Holanda e da Alemanha Federal formam cadeia humana com vários quilómetros através da fronteira comum para protestar contra a instalação de mísseis norte-americanos na Europa ■ Dirigentes sindicais sudaneses são recebidos por representantes do novo regime.

**Editorial**

# UMA ENCRUZILHADA E DOIS CAMINHOS

**Portugal está na encruzilhada. Dois caminhos, duas vias divergentes estão na sua frente.**

**Da escolha, da opção, dependerá nos anos imediatos e a médio prazo o futuro dos portugueses.**

**Uma via foi exposta e exaustivamente debatida há dez dias no Pavilhão do Clube dos Trabalhadores da Siderurgia Nacional em Paio Pires, no concelho do Seixal — «A via de desenvolvimento para vencer a crise», proposta pelo PCP.**

**A outra vai ser posta hoje na Assembleia da República pela clique governante chefiada por Mário Soares num debate que será relâmpago pela imposição da maioria domesticada do PS e do PSD a que compreensivelmente se associou o CDS. Chama-se «Adesão à CEE». Poderíamos chamar-lhe com propriedade «a via da crise para travar o desenvolvimento...».**

**Os documentos, teses e propostas da Conferência Nacional do PCP sobre «A via de desenvolvimento para vencer a crise», depois do seu considerável impacto político nos meios democráticos e do movimento operário e popular, vencendo a mesquinha barreira do silêncio oficial, começam a penetrar na esfera do conhecimento específico e a suscitar o interesse de estudiosos e especialistas das ciências sociais.**

**A publicação para breve do conjunto dos materiais da Conferência, de que já avançámos nas colunas do «Avante!» os discursos de Álvaro Cunhal — que fez a síntese política dos trabalhos e das teses principais submetidas ao debate — e de Carlos Costa, assim como outras intervenções que a partir de hoje passaremos a publicar no nosso jornal, representarão um esforço e uma contribuição imprescindíveis para a apreensão realista e integral das questões e problemas abordados.**

**Foi um debate sério e aprofundado de elevado nível técnico e de transcendente expressão política.**

**O contributo essencial da Conferência, pese o seu notável valor teórico, não se circunscreve, porém, aos domínios da teoria. É, sobretudo, a concretização nos planos económico, financeiro e social da componente objectiva de uma necessária e possível política de alternativa à política antipopular e antinacional dos sucessivos governos de recuperação capitalista desde 1976, em particular do actual Governo PS/PSD que tornou mais profunda a crise e verdadeiramente desastrosa a situação do País.**

**As grandes linhas de recuperação e desenvolvimento e as medidas sectoriais preconizadas no documento-base, conjuntamente com as intervenções de centenas de delegados, resumindo uma directa experiência colectiva, constituem na sua globalidade um instrumento de acção e de consciencialização para uma necessária e urgente mudança de Governo e de política.**

**A alternativa democrática que está ao imediato alcance do nosso povo e para a qual estão maduras todas as condições tornou-se tão necessária e urgente quanto, com a adesão à CEE, se avolumam os factores de crise e aumentam as preocupações dos portugueses sobre o dia de amanhã.**

**As opiniões de Mário Soares e a sua prática política são suficientemente conhecidas. Os seus propósitos e dos seus comparsas da coligação PS/PSD estão claramente expressos no acordo renegociado de 11 de Dezembro e nos actos do Governo. O projecto contra-revolucionário dos círculos mais reaccionários da direita e do imperialismo está em marcha. Os perigos de completa submissão de Portugal aos interesses monopolistas e do grande capital sem pátria e da correspondente alienação da independência nacional tornaram-se mais densos.**

**A recente decisão dos «Dez» sobre a adesão de Portugal à CEE, ainda que apenas política e ainda não efectivada no plano económico e não sendo irreversível, trouxe para a primeira linha de preocupações de todos os patriotas a necessidade urgente de pôr um travão neste deslizar para o abismo.**

**As decisões e propostas da Conferência Nacional do PCP integram-se no patriótico propósito de buscar uma saída democrática para a crise — a «saída» CEE seria a negação de tudo isso.**

**Soares e toda a direita, de que ele é hoje um "comissário" e uma esperança, orientam-se por outros parâmetros.**

**Ele próprio o disse não há muitos meses no círculo dos seus amigos quando afirmou ser preciso aproveitar a crise para levar até ao fim a contra-revolução.**

**É a este propósito central que Mário Soares e os mais ferrenhos "soaristas", mais o PSD, o CDS e toda a direita, subordinam a adesão (política) à CEE.**

**Liquidar as transformações democráticas do 25 de Abril é o principal objectivo da clique governante e das forças sociais e políticas empenhadas no processo contra-revolucionário.**

**Mário Soares quer, além disso, ampliar a operação política anti-Abril da adesão à CEE às suas ambições e objectivos eleitoralistas pessoais inconfessáveis.**

**O actual Primeiro-Ministro sonha vir a ser também o «primeiro magistrado da Nação», como gostava de dizer Américo Tomás, ambiciona «pôr Belém» no seu currículo de «homem de Estado», quer enfeitar-se com o «penacho» da dignidade presidencial.**

**Em termos propagandísticos a «operação CEE» integra-se desde já nas batalhas eleitorais previstas para 1985, como balão de exigénio para um soarismo que vastas camadas do povo português hoje e cada vez mais abertamente repudiam.**

**Por isso o Governo PS/PSD tudo fez para restringir os debates da «adesão» na Assembleia da República, por isso sonegou à oposição democrática, principalmente ao PCP, os elementos necessários de informação das negociações com os «Dez» (e também com a Espanha) e as suas incidências económicas e sociais.**

**E por isso Mário Soares e a sua gente estão interessados em silenciar as propostas da Conferência Nacional do PCP e abafar a sua importância política e concreta para a solução dos agudos problemas do País e do povo que a actual coligação governante conduziu a um beco sem saída.**

**A adesão à CEE é um frete ao grande capital português e às multinacionais da Europa capitalista, conduziria se fosse avante à colonização de Portugal.**

**Naturalmente os trabalhadores seriam as primeiras grandes vítimas desta entrega de Portugal aos monopólios da CEE.**

**O «paraíso» onde Soares e toda a direita querem meter Portugal é na verdade um «purgatório» onde 30 milhões de «pobres» — segundo os próprios números de definições dos sociólogos da CEE — alimentam um crescente «exército de reserva» de desempregados.**

**De 6,2 milhões de desempregados em 1980 galgou para 12,8 milhões em Novembro de 84 e atingiu já nos primeiros três meses de 85 os 14 milhões! Dos 2,8 milhões de jovens à procura do primeiro emprego em 1980 saltou para cerca de 6 milhões em Novembro de 84. As mulheres representavam 52% do contingente dos sem trabalho.**

**Com adesão de Portugal e Espanha este verdadeiro «banco» de desemprego aumentará em mais cerca de 4 milhões.**

**Além disso o número de empregos baixou na CEE (sem contar com a Grécia), e só no período de 1980/83, de 4 milhões de postos de trabalho por encerramento de empresas ou pela ampliação anti-social da automatização.**

**As segundas vítimas são os agricultores. Por toda a Europa da CEE se levantam os pequenos, médios e mesmo alguns grandes produtores agrícolas e pecuários. Na França, na Bélgica, na RFA, na Grécia poderosas manifestações de agricultores e vitivinicultores protestam contra a política agrícola da CEE e contra o alargamento da comunidade a Portugal e Espanha. Os preços agrícolas e pecuários envilecem cada vez mais ao produtor.**

**Tem importância para os vinicultores portugueses saber que a França preconizava em 29 de Maio de 84 na CEE a destruição de 5 milhões de hectares de vinhedos (50% dos quais na própria França, que só na região vitivinícola de Angers afectaria 30 000 produtores)!**

**Na Grécia o mercado interno foi invadido pelos produtos a mais baixo preço dos grandes produtores dos outros parceiros da CEE e dos países do Terceiro Mundo a quem aqueles impõem práticas neocolonialistas.**

**Escusado será dizer que o povo português por mais baixas condições de vida sofreria numa escala ainda mais grave as consequências desta política e no ponto mais sensível da alimentação. Em 1980, expressas na moeda europeia (Ecu) as capitações do Produto Interno Bruto (PIB) — que eram em média na CEE de 8300 Ecu e na Espanha de 6000, na Irlanda de 5200, na Grécia de 4600 — eram em Portugal de apenas 3500 Ecu.**

**Na indústria portuguesa, em particular nos ramos tradicionais e nos mais significativos numa perspectiva de independência económica, os efeitos da adesão à CEE seriam desastrosos, em primeiro lugar na indústria têxtil que emprega mais de 200 000 trabalhadores, mas também na siderurgia — que nos planos de Veiga Simão, Ernâni Lopes e outros desapareceria em Portugal — como tem acontecido na Bélgica, na Holanda, na própria França. O mesmo na metalomecânica, na Marinha Mercante, nas construções e reparações navais.**

**Na pesca, a perspectiva seria de autêntica catástrofe para as actividades e a produção piscatória portuguesa.**

**As agudas contradições económicas e sociais que minam a CEE agravariam numa escala ainda mais profunda a situação do nosso país.**

**As contradições sociais estão encontrando a resposta adequada do movimento operário dos países do Mercado Comum de que as recentes e poderosas manifestações de massas na Dinamarca são expoente.**

**É esta realidade interna da CEE que Soares e a sua gente e toda a direita pretendem silenciar e ocultar do povo português.**

**E é na ponderação responsável das consequências desta política que as forças democráticas devem centrar as atenções e basear a sua iniciativa, quer no plano político quer no plano institucional.**

**A demissão da clique governante nunca foi tão necessária e urgente e também tão possível.**

**As duas vias divergentes estão diante do nosso povo.**

**Escolher a que Soares aponta seria escolher a do suicídio.**

**A única via capaz de conduzir o País à saída da crise é a via de uma alternativa democrática.**

# Desfile e comício no 25 de Abril

**A Comissão Promotora das Comemorações Populares do 25 de Abril decidiu realizar um desfile, no próprio dia 25, em Lisboa. A manifestação, tal como nos anos anteriores, partirá do Marquês de Pombal em direcção ao Rossio, onde se realizará um comício. Ambas as iniciativas já se encontram devidamente autorizadas pelo Governador Civil.**

**A Comissão, que recentemente lançou um apelo à participação de todos os democratas nas comemorações deste 11.º aniversário da Revolução de Abril, tem vindo a receber numerosas adesões.**

**A concentração será às 14 e 30, começando os manifestantes a desder a Avenida da Liberdade a partir das 15 horas.**

# CPPC exprime preocupação e confiança

O Conselho Português para a Paz e Cooperação apela a todos os portugueses amantes da Paz para que intensifiquem «os seus esforços no sentido de evitar que Portugal sirva para passagem, estacionamento ou trânsito de armas nucleares». Na sua mensagem, o CPPC apela ainda para que se prossiga e intensifique a campanha por uma península Ibérica livre de armas nucleares.

No final daquela que foi a primeira reunião do ano da sua Presidência, o CPPC, ao «exprimir a sua confiança na capacidade das forças da Paz e da opinião pública mundial para, apesar de tudo, afastar o espectro da inevitabilidade do holocausto nuclear», denuncia a perigosidade, «sem precedentes», do projecto norte-americano de guerra das estrelas, que mais não visa senão lançar «a corrida à militarização e nuclearização do espaço e que culmina uma estratégia efectivamente ofensiva, de primeiro ataque nuclear, pelo que ela significa de contribuição para a preparação material psicológica da terceira — e última — guerra mundial».

# Reunião de quadros do distrito do Porto

Para aprofundar a discussão dos problemas organizativos, fazer o balanço do andamento do trabalho e considerar linhas e medidas para a dinamização do trabalho, realizou-se no passado dia 5 uma reunião de quadros da Organização Regional do Porto do PCP.

A reunião, em que participou o camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do PCP, vem na sequência das decisões tomadas na 1.ª Assembleia da Organização Regional do Porto e decorreu no Centro de Trabalho da Boavista.

A presente reunião culminou o debate em torno dos objectivos organizativos para 1985. Estes objectivos foram traçados tendo em conta as conclusões do 15.º balanço geral da organização completado em Janeiro.

Os quadros presentes na reunião concluiram que a ORP «constitui uma organização poderosa onde militam mais de 26 mil pessoas e que é caracterizada por um rápido crescimento, pela sua coesão, ligação às massas e pela intensa militância que a anima».

### Tarefas fundamentais

No plano do reforço organizativo, os quadros presentes decidiram que o recrutamento, sua intensificação e alargamento; o aperfeiçoar a ligação regular com todos os militantes, o acompanhar regularmente os problemas relativos à estruturação e o funcionamento da vida política de todos os organismos; reforçar a atenção ao problema dos quadros do Partido; elevar o nível do trabalho de direcção e lutar contra os perigos acrescidos para o regime democrático são tarefas fundamentais da Organização Regional do Porto do PCP.

## Camaradas falecidos

### Ilda Cipriano

Natural do Fundão e residente no Bairro Janeiro, freguesia da Venteira, concelho da Amadora, faleceu no passado dia 31 de Março a nossa camarada Ilda Carvalho Cipriano. Vítima de grande doença, a militante comunista pertencia à célula do Bairro em que residia, onde merecia a estima geral da população.

### António Júlio Ramos

Muito conhecido e estimado entre os camaradas da organização concelhia de Vila Nova de Foz Côa (Guarda), faleceu recentemente o nosso camarada António Júlio Ramos, participante nas campanhas da oposição democrática à ditadura salazarista.

### Augusto Ferreira Geirinhas

Organizado em Sacavém (concelho de Loures), membro do Partido desde há 50 anos, faleceu recentemente o camarada Augusto Ferreira Geirinhas, pessoa estimada e prestigiada naquela localidade onde residiu longos anos. O camarada era reformado da CP.

* * *

Aos familiares, companheiros e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» expressa sentidas condolências.

**Neste próximo fim-de-semana**

# Homenagem a Adriano em Avintes

**Tal como o «Avante!» já noticiou, realiza-se em Avintes (região do Porto) no próximo fim-de-semana, por iniciativa da Comissão de Freguesia de Avintes do PCP e várias colectividades culturais, recreativas e desportivas desta freguesia, uma homenagem a Adriano Correia de Oliveira.**

**No programa da homenagem está prevista, amanhã à noite, a inauguração de uma exposição sobre a vida de Adriano e um espectáculo de teatro; sábado, dia 13, um torneio de futebol de salão e à noite uma sessão solene com a participação, entre outros, de Óscar Lopes, Lousã Henriques, Paulo Sucena, Vital Moreira e Manuel Neto; domingo, dia 14, pelas 11 h, romagem à campa de Adriano, às 14 h, desfile pela freguesia da banda musical de Avintes e do Rancho Folclórico do Porto e às 15 h espectáculo com a participação de Samuel, Manuel Freire, Fadistas de Coimbra, Banda Musical de Avintes e Rancho Folclórico do Porto.**

**Os promotores divulgaram, entretanto, um manifesto intitulado «Cantar Adriano em Abril» que foi subscrito por diversos amigos de Adriano Correia de Oliveira e personalidades daquela freguesia de onde era natural o saudoso cantor.**

**DESARMANENTO**
**QUEM ESTÁ CONTRA?**
***A mais imperiosa e mais urgente tarefa da humanidade é a manutenção da paz***

**QUEM AMEAÇA A PAZ**

Torna-se imperioso divulgar os dados e os factos que permitem formular um juízo objectivo sobre a candente questão da Guerra e da Paz nos nossos dias.

edições Avante!

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

**PROPRIEDADE:** *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

**DIRECÇÃO E REDACÇÃO:** Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

**ADMINISTRAÇÃO:** Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

**DISTRIBUIÇÃO:** *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

**Casa da Venda em Lisboa:** Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

**Centro Distribuidor de Évora:** Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora Tel. 26361

**Centro Distribuidor de Faro:** Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro Tel. 24417

**Delegação do Norte** Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

**Centro Distribuidor de Coimbra:** Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra Tel. 28394

**ASSINATURAS:** Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

**EXPEDIÇÃO:** R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

**PUBLICIDADE CENTRAL:** Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50 *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

**Composto e impresso na Heska Portuguesa** – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

**Tiragem média do mês de Fevereiro: 40 227**

Terra

# Ofensiva ilegal enfrenta resistência da Reforma Agrária

Um documento apelando ao reforço da solidariedade e da luta em defesa da Reforma Agrária acaba de ser lançado pelos Secretariados das UCP's/Cooperativas e pelos Sindicatos Agrícolas dos distritos do Alentejo e Ribatejo, regiões onde está a ser profusamente distribuído e onde o acolhimento dispensado diz bem do carinho e do apoio que as populações sentem por esta realidade que, de há dez anos a esta parte, tem vindo em todos os domínios a transformar a vida nos campos do Sul.

Dirigido a todo o povo alentejano e ribatejano, aos antifascistas e às instituições da República o apelo começa por lembrar que o Governo PS/PSD, com o Barreto II no MAP, procura a todo o custo acabar com a Reforma Agrária no mais curto espaço de tempo possível.

## Somam-se as ilegalidades

Para tanto e para além da nova lei agrícola que tem em preparação — verdadeira lei do latifúndio como lhe chamam os trabalhadores — o Ministério tem em curso dezenas de processos de reservas que a serem concretizados não só inviabilizariam muitas UCP's/Cooperativas (com as imediatas e inevitáveis consequências no plano da produção e do emprego) como levariam à reconstituição de antigos latifúndios.

Ainda nas últimas semanas, antecipando-se à lei que tem na forja, o Governo permitiu que os seus funcionários em serviço no MAP, lado a lado com os agrários e com a cobertura de forças da GNR, arremetessem contra várias unidades de produção procurando ilegalmente usurpar terras e outros bens, intento que em muitos casos foi possível travar graças à firme e corajosa resistência e unidade dos trabalhadores.

## Voltar ao passado

Mas como muito justamente sublinham os obreiros da Reforma Agrária, com esta política de destruição o Governo PS/PSD, tal como outros que o precederam, não tem em vista desenvolver, apoiar ou, como agora demagogicamente insistem em afirmar, «modernizar» a agricultura.

Trata-se de uma colossal mentira com a qual o Governo de Mário Soares procura camuflar os seus reais propósitos: repor as velhas estruturas existentes no 24 de Abril, designadamente o poder dos monopólios, sacrificando, para esse fim, a Reforma Agrária, as liberdades e outras conquistas da Revolução de Abril.

Doutro modo como entender que os **660 mil hectares de terras** roubados à Reforma Agrária estejam, tal como muitas barragens e albufeiras na sua esmagadora maioria abandonadas e a criar mato? Como explicar que as **242 000 cabeças de gado** e as **12 200 máquinas e alfaias** roubadas à Reforma Agrária e entregues a agrários e a outros indivíduos que nada têm a ver com a agricultura não tenham — seguindo a argumentação dos governantes — criado mais postos de trabalho, aumentado a produção, criado riqueza ou melhorado o bem estar e, tenham antes, bem pelo contrário, feito crescer dramaticamente o desemprego, reduzido a produção e aumentado a miséria?

## Resistência e confiança

Razões, pois, e razões fortes, para a resistência activa que os trabalhadores agrícolas dos campos do Alentejo e Ribatejo travam contra a ofensiva ilegal das forças apostadas em reinstaurar um Estado repressivo e para o seu apelo dirigido aos órgãos competentes para que impeçam a promulgação ou aplicação da lei que o Executivo afanosamente prepara.

Como salientam os secretariados e os Sindicatos Agrícolas a «Reforma Agrária está na Constituição, nasceu com a Revolução de Abril como nasceu a democracia». A Reforma Agrária significa para o País pão, trabalho e progresso e constitui uma das alavancas fundamentais para vencer a crise, pôr fim ao atraso, ao desemprego e à dependência económica.

Daí que, como não se cansam de reafirmar, destruir a Reforma Agrária seja um «crime contra a produção nacional e contra os interesses da Nação». Ora é isso, justamente, que os trabalhadores e as forças democráticas nunca permitirão! Por isso lutam, trabalham e resistem!

# Unidade e luta crescem nos campos do Sul

«Reforçar a resistência e a luta em defesa das cooperativas» utilizando para o efeito «todas as formas de luta permitidas pela Constituição», tal é, em suma, o espírito que anima os trabalhadores agrícolas do distrito de Évora neste momento confrontados, como muitos dos seus companheiros de outras zonas do Alentejo e Ribatejo, com os ataques que o Governo PS/PSD vem desencadeando contra a Reforma Agrária.

Tornada pública no decorrer de um plenário recentemente realizado no Teatro Garcia de Resende, em Évora, por iniciativa do Secretariado Distrital das UCP's/Cooperativas, esta posição mereceu a aprovação unânime dos mais de 600 trabalhadores e técnicos presentes.

## Realidade viva

Convocada para analisar o relatório de contas do exercício de 1984 esta reunião acabou por apreciar circunstanciadamente a situação actual que se vive nos campos do Sul, tendo os partiticipantes concluído que o ano transacto terminou com a Reforma Agrária de pé, como uma «realidade actuante e um peso ainda bastante significativo no quadro da agricultura» dos distritos em que está inserida, pese embora os duros golpes a que foi sujeita.

Com efeito, conforme salienta o preâmbulo do relatório apresentado ao plenário, apesar da ofensiva permanente a que tem estado sujeita desde há cerca de nove anos, «apesar de cada governo e de cada Ministério da Agricultura sempre que tomam posse garantirem que «desta é que vai», desta é que os planos de destruição total serão conretizados, a verdade é que por força da luta e do trabalho dos seus obreiros a Reforma Agrária tem sabido resistir.

Ocupando uma área de 190 mil hectares existem deste modo no distrito de Évora 120 unidades colectivas de produção e cooperativas que empregam mais de oito mil trabalhadores o que corresponde a 33 por cento da superfície total das explorações agrícolas recenseadas e a 42 por cento do total de trabalhadores recenseados como assalariados rurais.

Se bem que estes números atestem o esforço e a resistência dos trabalhadores em defender as suas unidades de produção existe contudo o risco, conforme foi salientado no plenário, desta situação se alterar caso o Governo dirigido por Mário Soares insista em levar por diante o seu «pacote agrícola».

## Afrontas à lei

Tais medidas constituem, no entender dos trabalhadores, uma violação frontal da Constituição «designadamente os seus artigos 89.º, 96.º, 97.º e 104.º, permitindo a atribuição de reservas sem limitação de área, a multiplicação de reservas por tantos quantos forem os membros de uma família de agrários e pela entrega das terras que sobejarem aos agrários em usufruto, por um período de 25 anos».

No sentido de contrariar estas afrontas à lei vão, pois, as acções de luta dos trabalhadores e a intensificação da resistência, designadamente através de concentrações nos locais de entregas de reservas e de manifestações nas vilas e cidades.

Nesse sentido vai também a proposta aprovada no Plenário para que tenham lugar iniciativas conjuntas com outros distritos da Reforma Agrária, pensando-se inclusivé como já referimos nas nossas páginas em edições anteriores numa concentração em Lisboa que leve à capital as preocupações dos trabalhadores e das populações dos campos do Alentejo.

# O desemprego não é uma fatalidade

Desenvolvendo um intenso trabalho que mobiliza centenas de trabalhadores, ultimam-se no distrito de Évora os preparativos para a **Marcha contra o desemprego e as terras abandonadas** que nos próximos dias 19 e 20, partindo em colunas de cinco vilas alentejanas, percorrerá as estradas que conduzem à cidade de Évora.

A iniciativa — que coincide com uma greve do sector agrícola no distrito marcada para o dia 20 — partiu do Sindicato Agrícola e insere-se na luta que os trabalhadores agrícolas e suas organizações vêm desenvolvendo para suster a ofensiva prosseguida pelo Governo contra a Reforma Agrária.

Na opinião dos trabalhadores o desemprego que assustadoramente tem crescido nos campos do Alentejo e Ribatejo não constitui uma fatalidade, antes resulta da política que meticulosamente tem vindo a ser aplicada. Segundo eles, existem soluções para acabar com este flagelo, as quais passam nomeadamente pelo fim da ofensiva e pela devolução das terras, gados e máquinas ilegalmente usurpados aos trabalhadores; pela revisão de todas as ilegalidades em matéria de Reforma Agrária; pela expropriação dos latifúndios; pela não permissão de terras abandonadas ou subaproveitadas (só no distrito de Évora existem 220 herdades nestas condições); pelo impedimento da sabotagem económica levada a cabo pelos agrários, designadamente o arranque de pomares e olivais, a não apanha de azeitona e a devassa de montados; pelo prosseguimento do Plano de barragem e regadio do Alqueva.

As colunas de desempregados — cuja chegada a Évora, à Praça do Giraldo, está prevista para as 15 horas, do dia 20 — partirão todas no dia 19, pelas nove horas, dos seguintes locais: **Portel** (Largo Miguel Bombarda); **Alandroal** (frente à Câmara Municipal); **Estremoz** (frente à Câmara Municipa); **Vendas Novas** (frente à Cooperativa de Consumo); **Mora** (frente à Câmara Municipal).

- **Colunas de desempregados partirão no dia 19 de** Portel, Alandroal, Estremoz, Mora **e** Vendas Novas.
- **Concentração dia 20, em** Évora.

# IX Conferência em preparação

Decorrem em bom ritmo, um pouco por todo o Alentejo e Ribatejo, os trabalhos preparatórios para a IX Conferência da Reforma Agrária a realizar nos próximos dias 1 e 2 de Junho, em Évora.

A iniciativa, tal como em anos anteriores, decorrerá nos pavilhões do Rossio de S. Brás naquela cidade e pertence às diversas estruturas que de algum modo estão ligadas à Reforma Agrária, designadamente Secretariados das UCP's/Cooperativas e Sindicatos Agrícolas.

Na sequência dos inquéritos efectuados às UCP's/Cooperativas com vista à recolha de elementos que permitam avaliar com rigor a situação neste sector da agricultura, está já a decorrer o processo de eleição de delegados através da realização de plenários nas unidades de produção e no sector privado.

Estas reuniões estão também a ser aproveitadas para analisar questões que interessam à Reforma Agrária, muito particularmente as que dizem respeito à luta em sua defesa, organização interna das UCP's/Cooperativas e ainda aspectos ligados à produção.

O comício de solidariedade que habitualmente culmina os trabalhos da Conferência decorrerá este ano uma vez mais no terreiro do Rossio de S. Brás a que seguirá um desfile pelas principais ruas da cidade de Évora.

Assembleia da República

# AR vai debater CEE para Governo brilhar

Hoje, na Assembleia da República, vai começar o debate sobre a integração na CEE. Tema de que o PS, principalmente, quer tirar lucros políticos, sem que contudo venham ao de cima as misérias que tal integração vai implicar.

Foi por essa razão que a maioria PS-PSD-CDS inviabilizou, na passada terça-feira, um recurso do PCP visando a adopção pela Assembleia de providências urgentes com vista à garantia de um genuíno trabalho preparatório nas Comissões Parlamentares especializadas sobre a temática da integração europeia.

Depois de se emaranharem nas questões processuais, tanto Carlos Lage, do PS, como Luís Beiroco, do CDS, com alguma ajuda de António Capucho, do PSD, inviabilizaram um melhor conhecimento dos *dossiers* que foram discutidos ultimamente no processo de integração.

Pondo os pontos nos «ii» Carlos Brito diria que o PCP não pretendia, ao contrário das afirmações expendidas no plenário, adiar o debate, pelo contrário sempre defendera a necessidade de o assunto ser conhecido e levado em todas as suas implicações ao povo português.

Simplesmente, referiu Carlos Brito, o que se passava é que nada era conhecido e na reunião de segunda-feira passada da Comissão Parlamentar para a Integração Europeia, PS e CDS fizeram força para interromper os trabalhos, pondo termo ao processo preparatório que se deveria levar a cabo até quinta-feira.

Carlos Brito referiu ainda que na recente reunião do Comité Misto Assembleia da República-Parlamento Europeu passou-se pela vergonha de os deputados portugueses não conhecerem os *dossiers* enquanto que os deputados do Parlamento Europeu falavam deles e citavam-nos com perfeito conhecimento, o que levou um deputado a dizer aos seus colegas estrangeiros que não estavam dentro da matéria.

O ministro da Finanças, Ernâni Lopes, que se encontrava presente, teria garantido, um pouco incomodado, que os parlamentares portugueses iriam ter acesso aos documentos. Até hoje!

Mas o debate vai-se fazer, dando ensejo ao Governo para tentar um brilharete, e quando dizemos Governo queremos dizer Mário Soares, pois irá tentar tirar todos os lucros políticos da adesão. Pode suceder, no entanto, que o seu parceiro político de Governo, bem como o CDS, queiram ficar também com umas postas da «fama» por irmos entrar na Europa (mas afinal a que continente pertencíamos nós?) e se venha a assistir nas sessões de hoje e de amanhã, no hemiciclo da Assembleia da República, a cenas caricatas dos três a reivindicarem para si o mérito de Portugal pertencer agora à Europa (não há dúvida, a Geografia que aprendemos nos primeiros anos do liceu estava errada!).

## Ainda não vêm as rádios

Apesar de na terça-feira a Assembleia da República ter aprovado as leis das rádios nada quer dizer que estas comeÇem já a funcionar. Lá mais para o Verão do próximo ano, no dizer de Anselmo Rodrigues, por causa disto, por causa daquilo e fundamentalmente por causa das eleições que, este ano, se vão realizar.

O projecto de lei da Radiodifusão apresentado pelo PCP foi rejeitado pelos votos do PS, PSD e CDS. Os restantes foram aprovados por maioria. São eles o projecto de lei da Radiodifusão Sonora, apresentado pela UEDS, o projecto de lei dos Serviços Locais de Radiodifusão Sonora por Via Hertziana, (PS e PSD) e ainda as propostas de lei da Radiodifusão Sonora e do Licenciamento das Estações Emissoras de Radiodifusão. Nesta última o PCP votou contra e na anterior absteve-se.

## Repúblicas de estudantes

Na mesma sessão a Assembleia aprovou ainda por unanimidade o projecto de lei n.º 469/III — casas fruídas por repúblicas de estudantes — proposto por todos os partidos e que visa salvaguardar com protecção jurídica, para além das repúblicas coimbrãs, todas as outras que no resto do País se lhes assemelham.

Sobre este assunto o deputado comunista António Mota diria:

**«A aprovação aqui de um projecto de lei que torne extensivo a outras repúblicas o regime previsto na Lei 2/82 é tanto mais urgente quanto se encontram actualmente ameaçadas de despejo e de extinção algumas repúblicas de estudantes existentes no País, designadamente no Porto.»**

Focando o perigo dos despejos salientou que com estes **«criam-se situações graves uma vez que estas repúblicas são ainda em muitos casos uma condição para que muitos estudantes possam prosseguir os seus estudos dados os fracos recursos económicos dos seus familiares»**. A lei entra em vigor imediatamente após a sua publicação no órgão oficial e os estudantes em vias de despejo já podem estudar calmamente sem mais esta preocupação.

## Recurso do PCP e pacote laboral

Ainda na terça-feira o PCP fez entrega na Mesa da Assembleia da República de um recurso de admissão da proposta de lei n.º 102/III que **«estabelece o quadro normativo em que empresas públicas, ainda que nacionalizadas, podem dispor de elementos autónomos do seu património e em que podem ser transformadas em empresas de economia mista»**.

Focando a inconstitucionalidade da proposta de lei, o fundamento do recurso ora apresentado salienta que a mesma visa permitir a reprivatização directa de todos e quaisquer elementos do património de todas e quaisquer empresas públicas ainda que nacionalizadas.

Este recurso irá ser votado em breve e então falaremos mais dele e da posição que certamente irão tomar os partidos da maioria governamental.

No período de antes da ordem do dia fez uma declaração política, por parte do PCP, o deputado Jerónimo de Sousa, condenando o pacote laboral que o Governo pretende pôr em prática.

Alertaria Jerónimo de Sousa:

**«O projecto de regulamentação da Lei da Greve, piquetes de greve, «lock-out» e requisição civil, em sinistro enlace com a Lei da Segurança Interna, está concebido para facilitar a repressão patronal sobre os membros dos piquetes de greve tanto no aspecto disciplinar como no aspecto penal e civil (...) O Governo reconhece o direito à greve. Mas com este projecto quer significar que o seu exercício e eficácia seriam proibidos.»**

E mais adiante:

**«O Governo PS/PSD conseguiu fazer algo inimaginável. Conseguiu piorar e agravar a própria proposta 70/II. Passariam a existir 17 fundamentos para despedimento individual com justa causa por razões disciplinares. Mas a maior brutalidade é a retoma dos fundamentos económicos (com violação da opção constitucional e em nome da CEE) que permitem o despedimento com justa causa e a transformação da entidade patronal no monarca absoluto do seu império empresarial.**

**«Bastaria que a entidade patronal»** — prosseguiu Jerónimo de Sousa — **«invocasse a inadaptação do trabalhador às modificações tecnológicas operadas no seu posto de trabalho, motivos económicos, tecnológicos, estruturais ou de mercado, para que um trabalhador fosse despedido com justa causa. (...) Mas não quis o Governo PS/PSD ficar por aqui. Um trabalhador despedido a quem o Tribunal reconheça razão, não só não receberia os créditos a que tinha direito desde o afastamento da empresa até à decisão da empresa, como poderia ainda ver recusada pela entidade patronal a sua reintegração na empresa.»**

Não há dúvida! Cada vez mais se faz prova de que este Governo tem de ser demitido com a máxima urgência... para que alguma coisa reste do País.

Juventude

# Alheamento ou participação?

Recentemente vieram a público os resultados de uma sondagem sobre a juventude e a sua participação na vida política portuguesa. Segundo a sondagem, é notório o alheamento dos jovens em relação à política, daí que o assunto tenha sido manchete em vários jornais.

Em conferência de imprensa realizada recentemente, a Juventude Comunista Portuguesa afirmou ter constatado «uma participação da juventude na vida colectiva bastante importante, que nos dá a confiança de que os jovens em Portugal estão dispostos a participar na luta pela satisfação das suas reivindicações».

Estas duas verdades são, aparentemente, contraditórias. O que se passa, segundo os jovens comunistas, é que a juventude está já farta de promessas e de compromissos não cumpridos, daí que reaja alergicamente à palavra «política». O que se passa é que são os grandes responsáveis pelo alheamento da juventude que agora a vêm acusar de tal comportamento.

Jorge Patrício, membro do Executivo da Direcção Nacional da JCP e deputado à Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP, salientou que «não há contradição entre os resultados da sondagem e a constatação da JCP. Uma coisa é perguntar às pessoas se participam na «política» e outra é perguntarem se estão interessadas em intervir para a resolução dos seus problemas». A concluir, frisou que «os jovens têm propostas. Há, de facto, uma maior participação dos jovens na vida colectiva portuguesa».

Os jovens comunistas salientaram que a política de direita e de cerceamento dos mais elementares direitos da juventude — o direito à educação, ao trabalho e à habitação — é a principal responsável pelo alheamento da juventude. No entanto, e por isso mesmo, os jovens intervêm cada vez mais na resolução dos seus problemas. Como exemplo, citaram as comemorações do 24 e do 28 de Março, que foram mais participadas do que no ano passado, e a grande adesão juvenil ao movimento sindical e às suas realizações.

# Carta Aberta à televisão

A JCP enviou uma Carta Aberta ao Conselho de Gerência da RTP, na qual os jovens comunistas salientam que, «a julgar pelos programas de televisão a que se tem assistido neste primeiro trimestre de 1985, é quase total o desconhecimento», por parte da RTP, de que a ONU o consagrou Ano Internacional da Juventude.

A JCP acusa a RTP de esconder a participação juvenil, de recusar o desenvolvimento ao propagandear uma política de miséria e de recusar a paz, ao difundir constantemente o culto da violência. Em suma, a JCP acusa a RTP de ter uma actuação contrária ao lema do AIJ: «participação, paz e desenvolvimento».

Por isso, e uma vez que os jovens «exigem da televisão um informação e uma programação ao serviço da democracia, do nosso povo e da juventude», a JCP apresenta, na sua Carta Aberta, um lote de propostas à RTP.

São elas a realização de debates sobre a sua programação e que viabilizem soluções tendentes à melhoria do conteúdo televisivo, estimulando a Verdade, a Participação, o Desenvolvimento e a Paz e a criação de um espaço jovem semanal que permita dar voz aos jovens e ás suas estruturas organizativas, sobre as suas aspirações, problemas e ocupações. A JCP propõe ainda a cobertura com isenção de todas as iniciativas juvenis enquadradas no lema do AIJ, a inclusão no Telejornal de uma agenda de iniciativas juvenis para o AIJ e a divulgação diária do símbolo e do lema de Ano Internacional da Juventude.

PCP

# Notícias do concelho da Amadora

- **Freguesia da Brandoa: 2.ª Assembleia no próximo domingo**

«PCP reforçar, Abril continuar» — este o lema da 2.ª Assembleia da Organização da Freguesia da Brandoa, que decorrerá já no próximo domingo, dia 14, com início às 9 e 30 horas, no pavilhão polivalente desta localidade. José Casanova, membro da Comissão Política do Partido, intervirá no comício de encerramento da Assembleia, previsto para as 17 horas e aberto a toda a população. Salienta-se que a realização da 2.ª Assembleia culminará uma actividade preparatória que tem incluído iniciativas nas diferentes células da organização: **Brandoa Alta, Brandoa Baixa, Alfornelos, Quinta da Laje, Paiã, Reformados e Trabalhadores das Autarquias.** A discussão do documento-base e a eleição dos delegados à Assembleia têm sido naturalmente os pontos mais salientes do trabalho preparatório. A Brandoa é uma freguesia de maioria APU, o Partido conta aqui com um elevado número de militantes e a JCP com um núcleo muito activo.

- **Plenário de militantes da célula de Carenque**

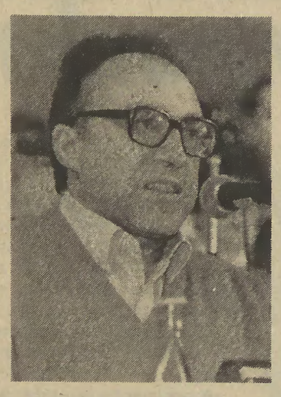
No pavilhão dos Reformados da localidade, vai realizar-se no próximo sábado, dia 13, um plenário de militantes comunistas da célula de Carenque, na freguesia da Mina. A situação política e social e aspectos do trabalho da organização partidária estarão em foco neste encontro em que também participará o camarada António Cordeiro, membro suplente do Comité Central do Partido.

- **Carlos Brito na Damaia**

O presidente do Grupo Parlamentar do PCP, camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Partido, será um dos participantes no almoço comemorativo do 10.º aniversário da abertura do Centro de Trabalho do PCP na Damaia. A iniciativa ocorrerá a 21 deste mês (um domingo), estando abertas as inscrições nos CTs da Amadora e da Damaia.

PCP

# A política de recuperação capitalista e a situação social dos trabalhadores



**Domingos Abrantes**

A política de recuperação capitalista tem sido acompanhada de uma verdadeira guerra social contra os trabalhadores e as massas populares.

O balanço desta política, assente na intensificação da exploração dos trabalhadores como forma de aumentar os lucros, traduz-se em 600 mil desempregados, mais de 500 mil contratados a prazo, 150 mil trabalhadores com salários em atraso, altas taxas de inflação, aumento galopante dos preços dos bens essenciais, redução dos salários reais, agravamento das carências em matéria de saúde, habitação, segurança social.

O trágico balanço da política de recuperação capitalista é, em si mesmo, o exemplo mais completo da sua falência.

Os salários reais líquidos, entre 1977 e 1984, sofreram uma quebra de 21,3%, um terço dos quais se ficou a dever ao agravamento da carga fiscal.

Tal como no tempo do fascismo, os baixos salários dos trabalhadores portugueses — os mais baixos na escala europeia — são apresentados como se de propaganda turística se tratasse, como grande aliciante para os investimentos estrangeiros.

Prolongando a jornada de trabalho para além do horário, introduzindo métodos repressivos e degradantes de vigilância, aumentando os ritmos de trabalho, recorrendo ao trabalho infantil (que o próprio Ministério do Trabalho estima em 4% a 5.% de mão-de-obra) e ao trabalho domiciliário, o patronato intensifica a exploração dos trabalhadores.

O flagelo dos salários em atraso, apesar das oscilações conjunturais, tornou-se um fenómeno persistente. Não há um só distrito em que se não encontrem trabalhadores nesta situação. Durante o ano de 1984, segundo cálculos sindicais, mais de 200 mil trabalhadores deverão ter estado nessa situação. Aquilo que para os trabalhadores tem sido causa de imensos dramas e sofrimentos, transformou-se numa fonte de chorudos lucros para o patronato.

Segundo dados da Federação dos Sindicatos Têxteis, 78% das empresas com salários em atraso são empresas exportadoras que, desfrutando de enormes benefícios fiscais e financeiros, recorrendo a subfacturação, acumulam avultados lucros.

Nos fins de 1984, os salários nas mãos do patronato, só nos distritos de Lisboa, Setúbal, Santarém e Porto, ultrapassavam os 10 milhões de contos.

## Cresce o desemprego

O desemprego, atingindo centenas de milhar de portugueses, principalmente mulheres e jovens, é o resultado directo da política de recuperação capitalista seguida pelos sucessivos governos e brutalmente agravada com o Governo PS/PSD.

Seguindo uma política de recessão económica, intensificando a exploração dos trabalhadores, prosseguindo a ofensiva destruidora contra a Reforma Agrária e as nacionalizações, não só não se criam novos postos de trabalho como se eliminam muitos dos ainda existentes. Entre o segundo trimestre de 1983 e o terceiro trimestre de 1984, as estatísticas oficiais indicam que o número de trabalhadores por conta de outrem diminuiu de 142 500.

O desemprego, com uma taxa de 13% da população activa, assume todavia um carácter muito mais grave do que a sua expressão estatística. Aumenta o desemprego de longa duração. Mais de 300 mil desempregados procuram trabalho há mais de um ano. Como resultado das falências, do subaproveitamento das capacidades produtivas, dos despedimentos colectivos, da repressão, da desorganização, desarticulação e anarquia do aparelho produtivo, o número de pessoas que procuram novo emprego já ultrapassa o número dos que procuram emprego pela primeira vez.

Para impor uma política de sistemática destruição das potencialidades produtivas, reformam-se antecipadamente dezenas de milhar de trabalhadores ainda válidos para o trabalho.

Crescem formas «marginais» e instáveis de emprego. Milhares de desempregados e de trabalhadores com salários em atraso há longos meses deitam a mão a qualquer tarefa remunerada para poderem sobreviver. O crescimento do número de trabalhadores por conta própria — mais 4,2% no espaço de um ano — em grande parte deve-se a estes trabalhadores cuja situação é extremamente difícil.

Tornar precário qualquer posto de trabalho tem sido uma das linhas básicas da política de recuperação capitalista. Os contratos a prazo representam mais de 20% de toda a mão-de-obra assalariada, havendo empresas em que praticamente só há contratados a prazo. O Governo, com a revisão da legislação laboral, nomeadamente através da lei dos despedimentos, quer, na prática, colocar todos os trabalhadores na situação de contratados a prazo. A revisão da legislação laboral pretendida pelo Governo PS/PSD constitui um dos mais graves atentados aos direitos dos trabalhadores. (...)

(...) As carências habitacionais são crescentes. Ao défice de centenas de milhar de fogos, junta-se a degradação acelerada do parque habitacional existente. A construção de novas casas não acompanha o número de famílias que se constituem. Aumenta o número de pessoas a viverem em barracas.

O Governo PS/PSD e a maioria parlamentar que o suporta, com a famigerada «lei das rendas» prepara-se para tornar ainda mais dramática a situação de milhares de portugueses sem habitação. Isto quando, só no distrito de Lisboa, o número de acções de despejo ascende a mais de 10 mil.

## Distribuição de... carências

E, no entanto, a par de tão enormes carências, há dezenas de milhar de casas devolutas por falta de recursos dos potenciais compradores; e o sector da construção civil, representando 7% da produção nacional e incorporando 85% de materiais nacionais, atravessa uma profunda crise com numerosas falências e mais de 50 mil trabalhadores na situação de desemprego.

Em matéria de segurança social está em curso uma grande ofensiva antipopular. Quanto mais cresce o endividamento do Estado, mais se degrada a situação de 1 milhão e 900 mil reformados e pensionistas. Entre 1977 e 1984, as pensões mínimas do regime geral sofreram, em termos reais, uma quebra de 34,7%. Os diversos subsídios (aleitação, maternidade, de família, etc.) sofreram igualmente acentuadas quebras. A situação financeira da segurança social é cada vez mais grave, as despesas globais efectuadas em 1984 com as diversas comparticipações situaram-se, em termos reais, ao nível de 1980 e, no entanto, as dívidas do patronato à segurança social atingem 100 milhões de contos (...)

(...) O dr. Mário Soares e outros dirigentes do PS dizem-se defensores de um «socialismo de distribuição», mas a política de recuperação capitalista em matéria de distribuição inverteu a tendência positiva a favor dos trabalhadores que se operou após o 25 de Abril na distribuição do rendimento nacional.

Entre 1977 e 1984 a parte das remunerações (incluindo contribuições patronais para a segurança social) no rendimento nacional passou de 60,2% para 51,8% — uma quebra de 11% —, mas se aos ordenados e salários ilíquidos retirarmos a carga fiscal directa, essa relação passa de 35,5% para 30,2% — uma quebra de 14,4%.

Entretanto, se se tomar como hipótese que o consumo dos trabalhadores é igual às suas remunerações, verifica-se que, enquanto o consumo dos trabalhadores, em termos reais, decresceu 5,7%, o consumo das outras classes, em termos reais, cresceu 25,9%.

Uma conclusão se tornou evidente: os sacrifícios impostos aos trabalhadores e às camadas mais desfavorecidas não conduziram à recuperação económica.

As elevadas taxas de inflação, a redução dos salários reais, o aumento da carga fiscal, a quebra acentuada do poder de compra, conduziram ao bloqueamento do investimento produtivo, à recessão do mercado interno, ao colapso de centenas de empresas. Sectores que trabalham essencialmente para o mercado interno, como a agricultura e a silvicultura, construção civil, metalurgia, restaurantes e hotéis, indústria alimentar, madeira e papel, são aqueles que conhecem maior índice de desemprego.

Ao contrário da política actual, que vê a grande solução no mercado externo, inclusivamente baseando a competitividade das nossas exportações nos baixos salários, uma verdadeira política de recuperação deverá ter como um dos objectivos o alargamento do mercado interno através do melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral, objectivo esse que é simultaneamente instrumento de dinamização económica.

A necessária relação produção, consumo, poupança, investimento, nas condições de uma grave crise económica, explicará sem dúvida uma determinada política de austeridade. Mas essa austeridade deve ser orientada para cortes de consumos de luxo e supérfluos e nos de elevada componente importada e não significar piorar de condições de vida da maioria dos portugueses. Os exemplos de austeridade devem começar por cima, pelos governantes e pelo grande capital.

A garantia dos salários reais, e mesmo a sua melhoria, o aumento do rendimento disponível, nomeadamente das camadas mais desfavorecidas, permitirá alargar o mercado interno, dar saída à produção nacional, dinamizar a actividade económica e aumentar o emprego. Acresce que o rendimento disponível dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas se dirige essencialmente para o consumo de bens de origem nacional.

A recuperação, reanimação e o desenvolvimento económico terão de ser acompanhados pelo melhoramento progressivo das condições de vida material e cultural, da principal força produtiva — os trabalhadores — cuja participação activa e criadora é uma condição prévia, básica e fundamental à resolução dos problemas nacionais.

# A política de de importaçã

**Gorjão Duarte**

Substituição de produção nacional por importações ou substituição de importações por produção nacional não é simples figura de retórica ou trocadilho de palvras sem nexo.

Substituição de produção nacional por importações é o resultado actual de uma política de abandono dos interesses nacionais e de entrega do comando da nossa economia a países ou a dependências da banca imperialista, designadamente o FMI. Política para a qual contribuiu sempre a acção dos governos PS, PSD e CDS.

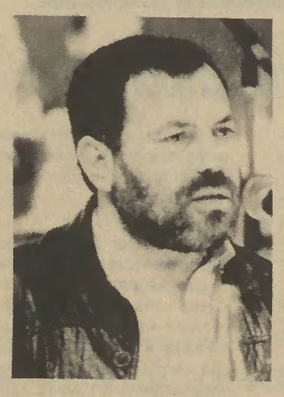
De facto, a importação de bens intermédios ou para consumo tem vindo a assumir relevo crescente na economia portuguesa. Assim, a percentagem de bens importados que são utilizados pelas empresas e são consumidos pelos particulares subiu p 20% nos últimos anos e o seu peso no PIB atingiu 40,5% em 19

A substituição de produção nacional por importações — as qua como se sabe, provêm quase totalmente das grandes potências pitalistas, dos EUA em primeiro lugar — tem igualmente uma tra

# Confer Nacion do PC a via de DESENVO PARA VEN

**Conforme anunciarámos na última semana, publicamos Conferência Nacional do PCP sobre a via de desenvolvimento p próximas edições. Os subtítulos são da responsabilidade da Re Entretanto, encontra-se em estado adiantado a preparaçã grande iniciativa que, conforme na altura foi sublinhado, constitu do País e os caminhos para resolver os problemas actuais.**

# Economia paralela



**Valdemar Madureira**

Os sucessivos governos de direita, com ou sem PS, que vêm conduzindo o País à ruína, são os grandes responsáveis pela intensificação das actividades parasitárias, da economia subterrânea, da corrupção. A impunidade, mesmo o proteccionismo, de que gozam os agentes de tais práticas, não são consequência do regime democrático, mas sim da actuação daqueles que tudo fazem para destruir a essência de tal regime, nascido com a Revolução de Abril. (...)

(...) Muito se tem falado na prática da subfacturação ou sobrefacturação, até pela certeza de que elas constituem realidades que vêm depauperando os recursos do País, além de tantas vezes serem a razão fundamental da descapitalização das empresas, conduzindo-as à falência e, desse modo, ao desemprego dos trabalhadores lá existentes.

Embora tal prática seja admitida até pelos organismos oficiais nenhuma medida buscando objectivos concretos foi tomada. Sabe-se que tais actos são praticados na exportação e na importação, mas a única coisa que se fez foi criar, nas alfândegas de Lisboa e Porto, Núcleos de Valor Aduaneiro, serviços que, fundamentalmente, se transformaram em arquivos de declarações feitas pelos importadores.

Essencial seria que se procurasse averiguar se os valores declarados são os que são normalmente praticados quer na importação, quer na exportação, para o que se tornaria necessária a intervenção de várias entidades, designadamente o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Banco de Portugal e a Direcção-Geral das Alfândegas. (...)

(...) Podemos considerar as actividades que constituem o que definimos como economia subterrânea agrupadas em três grandes áreas, produtiva legal mas não declarada, produtiva ilegal e uma terceira relativa a rendimentos ocultos em espécie.

A primeira, a mais importante, produção legal mas não declarada, tem incidências sociais significativas. Abrange todo um vasto conjunto de empresas ilegais, caracterizadas pela utilização do denominado «trabalho negro». É o que acontece com o trabalho ao domicílio, a utilização de mão-de-obra infantil, prática com significativa incidência na indústria têxtil e o recurso a intermediários parasitas, frequente no sector da construção civil.

O trabalho «negro» ou «oculto» visa não cumprir alguns dos requisitos do regime jurídico laboral português, institucionalizados com a Revolução de Abril, como sejam a garantia salarial, a estabilidade do emprego, a duração do trabalho e os direitos sociais e ao exercício da actividade sindical.

De entre as diversas formas que pode assumir o trabalho «oculto», uma há que vem tendo um peso cada vez mais crescente no nosso mercado do trabalho. Trata-se da figura do contrato a prazo, instituída no I governo constitucional de Mário Soares, e que rapidamente se tornou a forma normal de admissão de trabalhadores para muitas empresas. Desta forma, utilizada pelos patrões como verdadeira arma de repressão psicológica, procura-se anestesiar a capacidade reivindicativa dos trabalhadores por melhores condições salariais e laborais, pelo cumprimento dos direitos que a lei lhes confere.

Na produção de bens e serviços ilegais temos a referir, entre outros, a produção e distribuição de álcool e estupefacientes, a organização de jogos ilegais, a prostituição e, fundamentalmente, a comercialização de contrabando.

Este vem constituindo uma actividade cada vez mais florescente, até pela impunidade de que vem gozando.

As consequências mais significativas dessa prática são a perda do controlo do comércio externo, a saída ilícita de capitais, as dificuldades criadas à definição de uma política económica objectiva e adequada à realidade e a quebra de receitas fiscais.

## Poeira nos olhos?

Actualmente, o grosso do contrabando é promovido por verdadeiras redes de operadores que utilizam meios sofisticados e colocam no mercado desde gado a *whisky*, passando por electrodomésticos, café e tabaco, entre outros.

Tudo isto se passa com múltiplas cumplicidades que nem o «estardalhaço» de quando em quando feito pelos órgãos de comunicação social, quando algum contrabandista é apanhado por se ter descuidado ou não ter cumprido as «regras do jogo», faz esquecer.

É que não adianta atirar poeira para os olhos quando temos, ainda, um Governo que aprova um decreto-lei destinado a resolver um problema de uma destacada figura do PS, presidente da Câmara de Campo Maior, envolvida na fuga ao pagamento de direitos devidos pela importação de café, no montante de largas centenas de milhares de contos.

Uma outra infracção fiscal aduaneira é o descaminho de direitos que se distingue do contrabando por se tratar de uma fraude em que as mercadorias entram no País passando pelas alfândegas, ou, no mínimo, através de zonas sob fiscalização aduaneira. Numa multiplicidade de formas, podemos salientar a subfacturação já referida e as falsas declarações. Com estas, traduzidas muitas vezes em erradas classificações pautais, podem os importadores tornear as dificuldades de licenciamento de importações ou obter benefícios fiscais a que não tinham direito.

Em condições normais, os benefícios fiscais podem resultar de três regimes suspensivos de direitos, importação temporária, draubaque e isenção de direitos aduaneiros.

Se o primeiro pode constituir uma forma de suprir as dificuldades de licenciamento de importação e o segundo, aliado a este objectivo, poderá permitir uma evasão de capitais, a coberto de operações aduaneiras por não haver controlo entre a mercadoria importada e a correspondente mercadoria reexportada, o terceiro, a isenção de direitos, constitui um exemplo marcante do poder discricionário, do subjectivismo, do clientelismo de que podem usar os órgãos decisórios.

São numerosíssimos os diplomas legais que podem ser invocados pelos importadores a fim de beneficiarem da isenção de direitos ou sobretaxa de importação. (...)

(...) Para que se possa ter uma noção da demora de decisão nos processos de isenção, basta referir que, só na Alfândega de Lisboa, dos 60 mil bilhetes de despacho por liquidar, a maioria diz respeito a bilhetes de isenção, muitos deles processados há mais de 20 anos.

O «buraco» referido significa que não entraram nos cofres do Estado, em tempo oportuno, conforme deveria acontecer, algumas dezenas de milhões de contos.

Imperiosa se torna cada vez mais a publicação de um código de isenções, onde sejam definidas as mercadorias que destas poderiam beneficiar, e em que condições o poderiam ser, o que permitiria a decisão automática e a minimização dos critérios de arbitrariedade e favoritismo.

## A clientela do subterrâneo

Mas interessará esta alteração ao «status quo» legislativo e processual quando o Poder dele beneficia para satisfazer as suas clientelas?

Referimos já atrás os casos da sub e sobrefacturação, isto é, a saída ilegal de divisas, ainda que a coberto dos documentos correspondentes às operações comerciais efectuadas. Só que a fraude não se esgota aqui. É que existe um verdadeiro mercado negro de divisas que opera à margem das instituições competentes, as instituições de crédito.

Ainda recentemente, como todos se recordam, um ministro do actual Governo PS/PSD, por ironia do destino, da Qualidade de Vida, foi noticiado como envolvido nessas práticas escuras e ilegais.

Com tais exemplos não admira que a impunidade e a prosperidade sejam características do mercado negro de divisas, ainda que quem sofra seja o País, que vê, também aqui, os seus recursos, serem exauridos.

Uma outra componente, conforme já referi, são os rendimentos ocultos em espécie, representados, entre outros, pelos pagamentos em espécie e pelo empolamento das despesas de representação, constituindo uma forma adicional de remuneração que não é sujeita à tributação normal.

Esta prática vem sendo frequente em muitas empresas públicas, cujos gestores, nomeados pelo Governo PS/PSD, desempenham também aqui, o seu papel no objectivo de destruição do sector público da economia.

Entretanto, os trabalhadores dessas empresas vão-se vendo confrontados, em muitos casos, com os salários em atraso e a ameaça de desemprego.

Considerando os próprios estudos oficiais disponíveis, estima-se que a economia subterrânea em Portugal tenha representado, em 1980, cerca de 20% do Produto Interno Bruto, envolvendo cerca de um milhão de pessoas, e que a evasão fiscal associada a essa economia tenha atingido, em 1981, o valor de cerca de 30 milhões de contos.

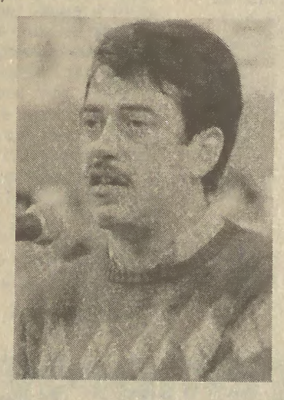
Tendo-se a corrupção, a incompetência, a impunidade, desenvolvido, como é conhecido, ao longo destes anos, atingindo o máximo com o actual Governo, fácil será de concluir que os valores atrás referidos, os de maior índice até então verificados, foram já largamente ultrapassados.

Mas, também aqui, o processo não é imparável.

Isso pode acontecer, e vai acontecer, com a demissão do Governo PS/PSD e a formação de um governo democrático que respeite as aspirações dos trabalhadores e da população em geral.

Esta Conferência, constituindo um instrumento valioso para o Partido, mas também para o País, significa, ainda, uma prova da nossa confiança no futuro.

# Política agrícola



**Vasco Paiva**

Como se afirma no documento-base desta Conferência, «No sector agrícola, a política de reconstituição dos latifúndios e de completo desprezo pela agricultura nacional tem tido consequências nefastas para os que da agricultura vivem e para o País».

O Produto Agrícola Bruto (PAB), que há muito se encontrava estagnado, nos últimos 5 anos passou a uma evolução negativa (−1,5% ao ano), que é bem mais grave nos sectores vegetal e animal se tivermos em conta que estes números são atenuados por um crescimento da componente florestal à taxa média de 9,9% ao ano.

Os resultados estão à vista — importamos mais de 60% da nossa alimentação e agravam-se dia a dia as condições de vida e de trabalho dos agricultores e dos assalariados agrícolas.

A causa fundamental desta situação está na política que tem sido seguida nos últimos nove anos pelos sucessivos governos do PS/PSD e do CDS, juntos ou separados.

É a ofensiva contra a reforma agrária e contra os direitos alcançados pelos pequenos e médios agricultores e rendeiros, de que o pacote agrícola recentemente anunciado é um novo e perigoso passo.

É o estrangulamento dos preços para a agricultura e a liquidação dos Organismos de Coordenação Económica.

É uma política orientada para a restauração do latifúndio, para a concentração capitalista da terra, para o aumento dos lucros dos intermediários, para as importações, para uma maior dependência externa e de sujeição aos interesses e às imposições da CEE. (...)

## Resultados da ofensiva

(...) Descapitaliza-se a agricultura e diminui-se o investimento.

Assim, como exemplos, aboliram linhas de crédito, acabaram com as bonificações no Crédito Agrícola e o juro aumentou de 6,5% em 1975 para 26% a 30% actualmente. Acabam os subsídios (motomecanização, semente de milho híbrido, de leite, entre outros), ou então só aparecem em períodos eleitorais, como o subsídio do gasóleo. Criam dívidas aos agricultores, transferem recursos para outros sectores.

**Não se aumentou a área de regadio** e paralisaram obras e planos de desenvolvimento (Alqueva, Baixo Mondego, Cova da Beira e Baixo Vouga). Ardem as matas e não se promove o repovoamento florestal. Faz-se vista grossa sobre o contrabando — o que leva ao aparecimento e à multiplicação de doenças no gado como nunca, e a que fiquem produções por escoar, como a batata.

**Aumentam os custos de produção, em larga medida provocados pelo encarecimento dos factores de produção e pelo aumento do preço das rendas da terra.**

As rações são hoje quatro vezes mais caras do que há seis anos e os adubos sete vezes mais. As rendas da terra aumentaram quatro, cinco ou mais vezes nos últimos dez anos.

Deteriora-se a qualidade dos factores de produção, como no caso das rações, o que leva à diminuição do seu índice de conversão.

O resultado é que se aduba mal, alimenta-se pior os gados, utilizam-se menos máquinas, sementes seleccionadas, etc. — com isto diminui-se a fertilidade do trabalho, pioram os amanhos máquinas, verificando-se uma

**Não aumentam proporcio** casos há em que até baixa o vinho maduro em Trás-os-Mon ou o ridículo preço de 12$00/ batata.

**Agravam-se as dificuldad quidar os Organismos de Co JNF, JNPP, etc.).**

Se repetidas vezes baixa exemplo, o mesmo não acont dados oficiais, entre 1976 e 19 contribuiu em 23% para a v foram os sectores a montante (comercialização e industrializa

O resultado é que há uma agricultores e aumento das m mediários e dos lucros dos ind

Fazem-se importações em cionais, transformando o País CEE. Só nos primeiros meses rizou a importação de 10 mil t de batata de semente, quando 3570 toneladas de carne de bo toneladas de manteiga, 9100 t

**Sacrificam os nossos sol tura e da nossa economia** Como exemplo, no Douro ava procurando assumir um papel na comercialização do vinho d antes produziam cereais, planta como a CELBI, a CAIMA e a

O Ministério da Agricultura, de **planos de desenvolvimen** são mais que cópias de mode País e cujo objectivo confessad **capitalista da terra e a criaçã cultura.** Os planos de fomento Beira Litoral orientam-se para mais de 10 vacas e mais de para a liquidação das de dimen 5 vacas são 98% do total). O p para explorações agrícolas de 2 le à destruição de 8280 explor de Desenvolvimento Rural Inte o Douro, a concessão de crédit a áreas superiores a 2,5 hecta

O que se passa no sector e bem elucidativo da política q contra o contrabando de gado lhas doenças e o aparecimento combatem eficazmente as doen feiras sem contrapartidas. Enc colocando-os nas mãos de gr dinheiros públicos. Fazem-se i leite. O resultado é a ruína centenas de explorações encer peças de um mesmo mecanis grandes monopólios agrícolas da grande indústria privada.

Muitas vezes falam na mod os agricultores portugueses e d vadores, não estão dispostos a

Mas é ou não verdade que trabalhadores agrícolas que no maiores rendimentos por hecta troduzem novas culturas como

É ou não verdade que quan leiteira em 1975, no Norte e dobro em três anos, ao ponto -suficiência? É ou não verdade então à inseminação artificial, denha mecânica? (...)

# substituição
# es por produção nacional

ção evidente no agravamento dos principais défices da nossa economia: alimentar, energético e tecnológico/bens de equipamento.

Em relação aos bens alimentares, bastará lembrar que compramos ao estrangeiro entre 75% e 100% do que se consome em cereais, produtos oleaginosos, alimentos para animais e açúcar. E que esse défice, que foi de 75 milhões de contos em 1983, representou neste ano 23% do défice comercial.

Em relação ao défice energético, sabemos qual o peso da facturação petrolífera no défice da balança de transacções correntes, a rondar os 30%.

Finalmente, no que respeita ao défice tecnológico, sobretudo na sua componente de bens de equipamento, conhece-se também que a importação destes bens assim como de peças de manutenção e de substituição contribui de forma muito significativa para os défices externos.

Vai-se ao absurdo, neste capítulo, de, na indústria têxtil, que contribui com cerca de 30% para o total das exportações, serem importadas a quase totalidade de máquinas aí utilizadas.

Este exemplo é por si revelador duma contradição insolúvel do modelo monetarista-liberal que as forças de direita, desde 1976, seguem como via para eliminar as transformações económicas de Abril, transformações essas que puseram fim ao reinado do capitalismo monopolista de Estado vigente à data da Revolução dos Cravos, flor que, é bom dizê-lo, ainda não foi arrancada dos canteiros de Portugal.

### Já em 1977...

(...) A política de produção nacional de produtos importados é exactamente a inversão da realidade que acabámos de desenhar em traços muito leves, e ela inscreve-se plenamente no conteúdo de uma das três grandes linhas para a recuperação e o desenvolvimento: a do aumento da produção nacional, no qual, como se diz no documento-base da Conferência, «deverá ter papel determinante a produção nacional de produtos importados».

Já em 1977, na Conferência para a Recuperação Económica, mais conhecida pela «Saída da Crise», se concluiu que a produção nacional de produtos importados, na base da máxima utilização dos recursos naturais, da capacidade produtiva existente e do trabalho nacional, era um imperativo e uma condição necessária para a recuperação económica do País.

Nessa data, cálculos então feitos apontavam para a possibilidade de, num curto prazo de tempo, se substituirem produtos importados num valor de 17 milhões de contos, ou seja, quase 30% do défice da balança comercial de 1976. Considerando-se realista avançar hoje com a mesma ordem de grandeza, concluiremos então que será possível a/ou no prazo de um ano, ano e meio, pouparmos importações numa ordem de grandeza dos 120 milhões de contos.

Tomando-se como referência a balança de transacções correntes de 1983, as principais rubricas responsáveis pelo défice deste ano foram: máquinas e equipamentos (12% do défice da BTC); alimentação (10,3%); material de transporte (9,4%); produtos químicos (9,1%); fretes de transporte (6,2%). São estes, por consequência, os ramos de actividade onde a política de substituição de importações por produção nacional poderá vir a ter mais êxito. Uma outra rubrica, a energia, cujo peso nesse défice foi de 29,6%, encontra-se numa situação diferente, atendendo à importância que nela tem a factura petrolífera. Mas mesmo aqui, não se prevendo substituições significativas a curto/médio prazo, com melhor aproveitamento dos recursos nacionais existentes para a produção de energia, designadamente hídricos e carboníferos, seria possível poupanças apreciáveis.

### Exemplos de poupança

De acordo com este panorama, ao longo de intervenções nas diversas secções, muitos exemplos foram dados de substituição de importações por produção nacional. Assim, recordando:

Na **agricultura**, no espaço de um ano e a preços de 1984, poupar-se-ia o seguinte: produção de cereais (como milho, cevada, trigo, aveia e arroz), de oleaginosas (como soja, girassol e algodão), de açúcar de beterraba, um total de cerca de 47 milhões de contos; substituição de produtos para alimentação de animais, um valor aproximado de 10 milhões de contos; substituição de alimentos de origem animal, cerca de 2 milhões de contos. No conjunto destes bens, portanto, uma poupança de divisas da ordem dos 59 milhões de contos.

Na **indústria**, também a preços de 1984, poder-se-ia gerar fluxos anuais da ordem de 10 milhões de contos provindos da metalurgia do cobre e da ordem dos 5 milhões de contos de produtos da petroquímica. E ainda fica por contabilizar toda a poupança de divisas que proporcionaria o avanço do PSN e o aproveitamento das pirites e das suas cinzas; o reapetrechamento da Marinha Mercante; a produção de máquinas-ferramentas (cujas necessidades da nossa economia apenas são satisfeitas em um quarto pela indústria nacional); a produção num vasto conjunto de indústrias transformadoras ligeiras como as indústrias de alimentação, bebidas, cortiça, madeira, mobiliário, papel, etc., todas elas com forte propensão para substituição de importações.

(...) Por outro lado, a produção nacional de produtos importados pressupõe, como é evidente, a concretização de grandes projectos nacionais: o Alqueva; o PSN, com aproveitamento do ferro de Moncorvo; o Aproveitamento Integrado das Pirites; a metalurgia do Cobre; o reapetrechamento da Marinha Mercante e da frota de pesca; a beterraba sacarina; os projectos hidro-agrícolas como os da Cova da Beira, do Baixo Mondego, da bacia do Vouga; o desenvolvimento de novas culturas como as oleaginosas, o algodão, o tabaco. Em todos estes projectos a componente de produção nacional para substituição de importações é muito elevada.

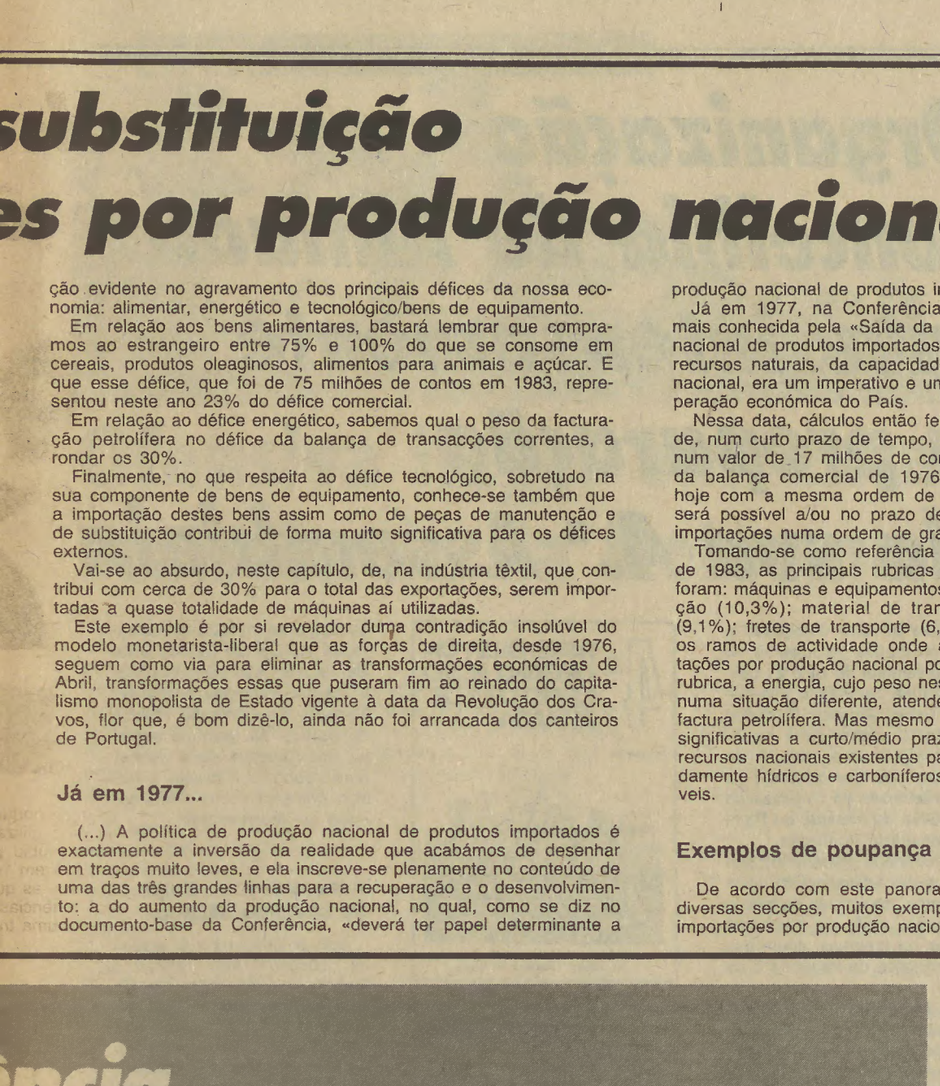
Outro aspecto que se prende com a produção nacional de produtos importados tem a ver com o que podemos designar por uma campanha de reorientação dos consumos nacionais que leve à substituição de consumos de bens estrangeiros por produtos similares produzidos em Portugal.

Ainda intimamente ligado à substituição de importações de produtos que já se produzem no nosso país, mas em quantidades insuficientes, é o aproveitamento integral de todas as capacidades instaladas que se encontram, devido à recessão, subutilizadas. Calcula-se num quarto essa capacidade desaproveitada na indústria transformadora. O que significaria, a preços de 1983, produzirmos mais cerca de 170 milhões de contos.

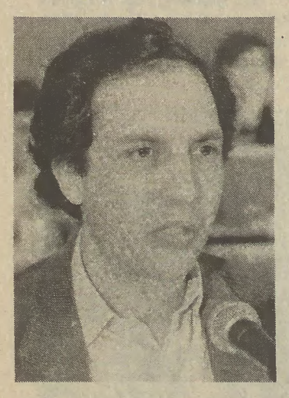
Ao defender-se a produção nacional de produtos importados não se está, naturalmente, e como alguns detractores do nosso pensamento por vezes afirmam, a denfender uma economia autárcica, fechada às relações económicas com o exterior. No mundo actual e na fase de divisão internacional do trabalho quer no mundo capitalista, quer no mundo socialista, tal posição seria absurda. O que defendemos para o nosso país, é um papel diferente do da subordinação e exploração em que hoje nos encontramos por culpa da política dos governos do grande capital, que contrariaram frontalmente a evolução da nossa economia após as nacionalizações e a Reforma Agrária.

Sendo incontestável, para combatermos o nosso défice comercial, a necessidade de se tomarem medidas para reduzir as importações, consideramos que a política de substituição do máximo destas importações por produção nacional poderá e deverá desempenhar um papel determinante para esse fim. Muito do que se disse na Conferência de 1977 sobre o assunto, designadamente nos aspectos práticos que terá de assumir esta linha de orientação para aumentar a produção nacional, mantém-se actual e não o iremos, portanto, repetir.

Fica-nos, da análise da questão, esta certeza: a via de desenvolvimento para vencer a crise implica levarmos à prática, o mais urgentemente possível, uma política de aumento rápido da produção e, particularmente, planificar e executar a produção do maior número de bens de origem nacional em substituição do muito que actualmente importamos.




# A independência económica nacional



## Carlos Carvalhas

Consideramos como uma das condições prévias e básicas à definição e concretização de uma política de recuperação e desenvolvimento, **a defesa firme e intransigente da independência nacional**. (...)

(...) Para nós, independência económica significa que, nas relações externas, Portugal se deve pautar pela cooperação, pelas vantagens recíprocas e não pela submissão e entrega; significa que, reconhecendo-se a interpendência das nações, se rejeita a sua interpretação reaccionária que procura esconder a natureza antagónica e exploradora das relações internacionais no mundo capitalista para justificar a estratégia neocolonialista do imperialismo. Independência económica significa o reconhecimento da soberania nacional sobre os nosso recursos e o aparelho produtivo; que a política económica e financeira do País deve ser definida, orientada e realizada segundo os interesses nacionais e não segundo os interesses da CEE, de Bona ou de Washington.

Em nome de interesses alheios ao País, montou-se a operação política e propagandística da integração de Portugal na CEE.

Assim, o pretexto da integração foi um dos argumentos utilizados para a abertura da banca ao grande capital, tal como se pode ler, por exemplo, no preâmbulo do respectivo decreto-lei.

Com o mesmo argumento, procura desmantelar-se a EPAC, a AGA, o IAPO e entregar um negócio de milhões ao sector privado em conluio com os interesses estrangeiros.

Por pressões da CEE, a bra-

ços com os excedentes siderúrgicos, o Governo abandonou o Plano Siderúrgico Nacional, o aproveitamento do ferro de Moncorvo e as pirites alentejanas, e chega agora a admitir a hipótese do encerramento da Siderurgia e a venda como «ferro-velho» dos equipamentos comprados ao estrangeiro que ainda se encontram encaixotados.

Em relação ao açúcar, apesar de praticamente todo o que consumimos ser importado, o Governo mantém congelado o projecto da beterraba sacarina porque colide com os interesses e os excedentes de açúcar da CEE.

Também no interesse do grande capital e das multinacionais, a pseudopromoção das exportações foi erigida como motor do desenvolvimento.

Aumentou desde 1976 o peso do comércio externo no PIB, degradaram-se as razões de troca e afunilaram-se as relações aumentando a dependência e a exposição às crises do mundo capitalista.

Os EUA tornaram-se no nosso principal fornecedor e o défice com este país passou de 39 milhões de contos em 1980 para 87 milhões em 1984, correspondendo a 23% do défice total.

O fomento das exportações tem sido feito através de benefícios fiscais, dos baixos salários e da contínua desvalorização do escudo, a traduzir a permanente desvalorização do trabalho nacional. Tal política conduziu à concentração de riqueza nas mãos das grandes empresas exportadoras e das multinacionais que, por sua vez, têm colocado, através da sub e sobrefacturação, milhões de contos no estrangeiro. Por outro lado, o padrão das nossas exportações é tal que, em média, cada 100$00 de exportação contêm 36$00 de importação de bens e serviços!

### A dívida insustentável

A política de recuperação capitalista teve como uma das expressões, os enormes défices externos cobertos com o recurso sistemático e irresponsável aos empréstimos externos, elevando a dívida externa a um nível insustentável.

A dívida externa converteu-se hoje numa verdadeira arma do imperialismo, de chantagem e submissão, procurando-se através do domínio imperial do dólar, que os povos paguem a crise capitalista e a corrida aos armamentos conduzida pelos EUA. Engrossa, por isso, a corrente dos países devedores que colocam na ordem do dia a sua renegociação em termos de defesa dos interesses nacionais.

O Partido Comunista Português foi a primeira formação política a colocar a questão da urgente necessidade de renegociação da dívida externa portuguesa, reivindicando entre outras condições a diminuição das taxas de juros e a dilatação dos prazos de pagamento. E pensamos que tal objectivo está ao alcance de um governo com um forte apoio popular.

Mas a dependência externa não se prende somente com a dívida externa, prende também, por exemplo, com a dependência tecnológica que se acentuou ainda com a aceleração da revolução científica e técnica. O nosso défice tecnológico e de bens de equipamento é significativo, o que nos coloca numa forte dependência do estrangeiro. As verbas pagas pelo País às empresas vendedoras de tecnologia ultrapassam em muito as despesas do Estado português em investigação e desenvolvimento.

São também relevantes as benesses dadas ao capital estrangeiro e a sua penetração em sectores importantes como os da indústria eléctrica, electrónica, de madeira e agro-alimentar.

Na indústria química, 21% dos trabalhadores estão ao serviço de empresas estrangeiras que, por sua vez, detêm 37% das vendas do sector no mercado nacional. Na indústria farmarcêutica, por exemplo, entre as 10 empresa que mais vendem no nosso mercado, somente uma é nacional e encontra-se em 9.º lugar.

Estima-se que na indústria transformadora quase 50% das vendas efectuadas por empresas com capital estrangeiro maioritário dá origem ao pagamento de «royalties» que são também uma forma de transferência de lucros, ainda por cima com uma tributação mais ligeira do que estes.

Na indústria extractiva, 21% dos trabalhadores estão ao serviço de empresa estrangeiras que, em muitos casos, realizam aqui uma actividade de autêntica rapina. Exportamos o que sai das minas, como acontece com o volfrâmio da Panasqueira, nas mãos da Beralt, Tin, sem que praticamente se acrescente qualquer valor nacional. O minério de Neves-Corvo, com teor médio de 7,4% em cobre, está a ser entregue às multinacionais, como a Rio Tinto Zinc, com o abandono da metalurgia do cobre.

### Contra a política de entrega

Nós lutamos e lutaremos contra a política de entrega das riquezas naturais ao estrangeiro, contra o domínio das multinacionais sobre a nossa economia, contra a submissão do País ao imperialismo. Nós lutamos e lutaremos por uma economia inspirada e dirigida pelos portugueses, ao serviço do povo e de Portugal.

Defendendo os interesses do País e do povo, nós combatemos a política do Governo PS/PSD e propomos uma via de desenvolvimento para vencer a crise, assente no **aumento da produção, na produção nacional de produtos importados, no saneamento financeiro do País, no melhoramento das condições de vida da população.**

Combatemos o ataque e a destruição das empresas nacionalizadas e da Reforma Agrária, onde agora até se reabrem os processos de entrega de reservas a agrários ingleses e espanhóis.

Combatemos a política de ruína agrícola e a penetração, por exemplo, das multinacionais que já controlavam a comercialização do vinho do Porto, nas terras de plantios das vinhas do Douro.

Combatemos o colaboracionismo com o FMI e o Banco Mundial e as medidas inconstitucionais, de que são exemplo a criação de novos bancos estrangeiros.

Combatemos a política energética deste Governo, as negociações e as tentativas de imposição da via nuclear, com a dilapidação do nosso urânio; a escandalosa cedência à multinacional Dreyfus do transporte de carvão para a Central Termoeléctrica de Sines; a supervisão pela NATO e pelos EUA dos trabalhos de geotermia dos Açores sem a transferência sequer de tecnologia para o País.

Combatemos a entrega da nossa Zona Económica Exclusiva de pesca à pilhagem dos armadores estrangeiros.

Em nome da classe operária, dos trabalhadores, em nome dos interesses nacionais, nós afirmamos que é necessário e urgente pôr fim a esta política de capitulação e de desastre.

Não confundimos independência nacional com o pseudo-nacionalismo burguês daqueles que identificam a Pátria com a sua carteira ou com os preconceitos pequeno-burgueses de chauvinismo e egoísmo nacionais.

O nosso Partido, firmemente internacionalista e firmemente enraizado no povo português, sempre levantou e continuará a levantar a verdadeira bandeira da independência nacional.

Considera-se legitimamente herdeiro das melhores tradições do povo português, daqueles que há 600 anos lutaram contra os que queriam a vassalagem à dinastia de Castela, daqueles que há 400 anos combateram os que queriam a integração no império dos Habsburgos, dos que há 200 anos disseram não à dominação inglesa.

Cientes das nossas responsabilidades nacionais, dizemos também não a novos tratados de Methuen — à integração de Portugal na CEE, à submissão ao capital norte-americano e juntamos os nossos esforços aos de todos os democratas e patriotas na construção de uma alternativa política e na defesa da independência nacional.

solos, a produtividade da terra e do
culturais e degrada-se o parque de
uebra de 50% na sua reposição.
**almente os preços ao produtor —**
seu preço. Tomemos por exemplo o
s que baixou 6% em relação a 1975
g estabelecido pelo Governo para a

**s de escoamento e procura-se li-**
**ordenação Económica (EPAC, JNV,**

preço no produtor, carne, vinho, por
ce no consumo. De facto, segundo
80, o sector da produção agrícola só
riação de preços no consumidor e
(factores de produção) e a jusante
ção) que contribuíram em 77%.
diminuição real dos rendimentos dos
rgens de comercialização dos inter-
ustriais.
concorrência com as produções na-
num consumidor de excedentes da
este ano o Governo decidiu ou auto-
neladas de maçã, 105 mil toneladas
só seria necessário cerca de metade,
vino, 4 mil toneladas de suíno, 2 mil
neladas de leite em pó.
**s, os interesses da nossa agricul-**
aos interesses das multinacionais.
ça a implantação das multinacionais
ominante na produção como já o têm
Porto. No Sul, em terras férteis que
m eucaliptos para servirem celuloses
OPORCEL.
tem apresentado aquilo que chama
**to ou de fomento,** mas estes não
os da CEE desadequados ao nosso
o é o de **promover a concentração**
**de empresas capitalistas na agri-**
leiteiro no Entre-Douro e Minho e na
apoio apenas às explorações com
4 hectares, apontando naturalmente
são inferior (rebanhos com menos de
ano para o Baixo Mondego apontava
0 hectares no mínimo, o que equiva-
ações das 9 mil existentes. O Plano
rado de Trás-os-Montes prevê, para
os para a plantação de vinha apenas
es.
a pecuária é no mínimo preocupante
e tem sido seguida. A benevolência
trouxe consigo a proliferação de ve-
de novas. Não se vacina, nem se
ças, opta-se pelo encerramento das
erram e concentram os matadouros
pos industriais privados à custa do
nportações, liberalizam a recolha do
os produtores de leite e de carne,
adas — tudo isto se conjuga como
mo, de sujeição aos interesses dos
a CEE, de entrega de todo o sector

rnização da agricultura e dizem que
s assalariados agrícolas são conser-
inovações.
é com o trabalho das UCPs e dos
Alentejo e Ribatejo se alcançam os
e, as maiores produtividades, se in-
o tabaco e se criam estufas?
do se criaram estímulos à produção
Centro, ela aumentou para mais do
e o País ter atingido quase a auto-
que os produtores de leite aderiram
o contraste lacto-manteguiero, à or-

### Políticas em confronto

(...) Os agricultores, se apoiados, com estímulos, com garantias de estabilidade, poderão multiplicar a produção nacional, responder positivamente a novas culturas, novas e melhores técnicas e amanhos culturais.

O que está em causa não são apenas nem fundamentalmente, medidas técnicas, não são questões de clima, de intempéries. O que está em causa fundamentalmente é a política agrícola como parte integrante de uma política económica.

São duas políticas em confronto.

Uma, que acabámos de referir e cujos resultados estão à vista.

Outra, uma nova política agrícola que terá de se nortear por dois objectivos fundamentais:

— o aumento da produção agrícola e da produtividade;

— a melhoria das condições de vida dos assalariados e dos pequenos e médios agricultores, como parte integrante da melhoria das condições de vida do povo português.

Inversamente ao que os sucessivos governos de direita têm feito, uma política virada para o desenvolvimento da agricultura exige:

— o apoio aos pequenos e médios agricultores e ao associativismo agrícola;

— o apoio à Reforma Agrária, às UCPs/Cooperativas, repondo-se a legalidade e prosseguindo-a à definitiva liquidação do latifúndio;

— a reestruturação dos Organismos de Coordenação Económica e empresas públicas de forma que se transformem em instrumentos efectivos de intervenção e apoio à agricultura;

— a reestruturação dos serviços do Ministério da Agricultura colocando os seus meios técnicos, humanos e financeiros ao serviço da produção. (...)

(...) Convém sublinhar que:

Como condição prévia para o desenvolvimento da agricultura, é necessário o respeito pelas formações económicas existentes, o apoio e a dinamização das mesmas, como factor de estabilidade indispensável para a recuperação, nomeadamente:

— melhoria da Lei do Arrendamento Rural no sentido de assegurar as rendas justas e a estabilidade dos rendeiros;

— respeito pela Lei dos Baldios, apoiando o uso e fruição pelos compartes através dos Conselhos Directivos e Assembleias;

— apoio às pequenas e médias explorações agrícolas;

— reposição da legalidade na Reforma Agrária e o prosseguimento desta.

• Uma adequada política de preços e de comercialização, garante da melhoria dos rendimentos do agricultor, que evite a sangria do sector pelos grandes comerciantes e industriais, podendo ser ainda um poderoso elemento de incentivo de culturas estratégicas e de pecuária e de melhores produções e de produtividade.

Consistiria em:

— fixação, controlo e estabilidade nos preços dos principais factores de produção, assim como a fiscalização rigorosa da sua qualidade;

— fixação antecipada de preços compensadores para os produtos agrícolas, pecuários e florestais, assim como a garantia do seu escoamento;

— defesa e estruturação dos Organismos de Coordenação Económica e empresas públicas no sentido de uma maior capacidade de apoio e de intervenção dos mesmos — EPAC, JNV, JNF, JNPP, AGA, IAPO;

— tabelamento e controlo das margens de comercialização;

— **controlo rigoroso de todas as importações agrícolas,** evitando as desnecessárias; — **maior apoio ao movimento cooperativo agrícola**, no sentido de evitar o seu estrangulamento financeiro e este intervir mais na comercialização.

• Um maior investimento na agricultura, nomeadamente através de uma política de créditos e de subsídios:

— créditos de juro baixo, de campanha ou de investimento, sem demoras na sua concessão, sem exigência de garantias que o impossibilitem;

— subsídios que fomentem a utilização de sementes certificadas, que estimulem melhores produções e produtividades, em particular nos produtos de que somos mais carenciados, que fomentem a mecanização, a melhoria do efectivo pecuário, a reconversão da vinha e dos pomares, que estimule o associativismo agrícola.

• A melhoria das condições da produção agrícola, nomeadamente:

— **o apoio à mecanização de culturas fundamentais,** o que exige o controlo dos preços e das importações de equipamento agrícola, a selecção das máquinas mais adequadas, subsídios de motomecanização, apoio às cooperativas de máquinas ou com secções de máquinas, a criação de parques de máquinas a cargo do Estado;

— **o aumento da área de regadio,** através da rápida concretização das obras hidroagrícolas já referidas, a recuperação dos perímetros de rega existentes, a realização de pequenos regadios e outras obras de hidráulica agrícola;

— **a melhoria de aproveitamento dos nossos solos, fazendo-se a análise e correcção dos mesmos,** fazendo-se uma melhor fertilização, criando-se campos de experimentação, divulgando os seus resultados.

• A agricultura para se desenvolver precisa de apoio industrial quer a montante, quer a jusante:

— impõe-se o apoio na transformação e na conservação dos produtos agrícolas, para se valorizar os produtos, aproveitar excedentes e apoiar a exportação em particular de primores;

— impõe-se a implantação da rede nacional de frio e de uma rede nacional de abate e transporte do gado ao serviço dos produtores.

• A agricultura precisa de apoio técnico através de:

— **extensão rural ao nível de todos os concelhos,** apoiada na investigação e assente na realidade da nossa agricultura, experimentando e divulgando novas culturas, melhores técnicas culturais, selecção de sementes, melhoria do efectivo pecuário;

— sistema generalizado e avisos meteorológicos e fitossanitários;

— formação profissional para os agricultores e apoio aos jovens agricultores.

• O desenvolvimento da agricultura exige um seguro agrícola que cubra os riscos da produção durante todo o seu tempo e que seja de rápido pagamento ao agricultor perante a verificação dos efectivos prejuízos.

• O desenvolvimento da agricultura exige infra-estruturas nos meios rurais (electrificação rural, rede viária, etc.) e melhorias na segurança social (assistência médica e reformas justas), exige a participação dos principais interessados, os agricultores, e o respeito pelas suas organizações de classe ou económicas. (...)

(...) São medidas que, como por exemplo, nos cereais poderiam levar a um aumento de um milhão de toneladas e de que só o aumento da produção de cereais secundários — milho, cevada e aveia — poderiam poupar anualmente cerca de 15 milhões de contos de importações.

São medidas como as de fomento de forragens e de pastagens e de aproveitamento de subprodutos da indústria beterrabeira, que poderiam levar à produção de mais de 175 mil toneladas de carne ao ano e levar à poupança nas importações quer de componentes de rações, quer de produtos de origem animal.

São medidas de intensificação e diversificação de hortícolas ao ar livre, em estufas e de frutos, de apoio à olivicultura, à cultura do girassol e do cártamo, assim como de introdução de novas oleaginosas (soja, algodão). A introdução da beterraba sacarina só por si pouparia 1,5 milhões de contos de divisas gastas com o açúcar.

São medidas que apontam para o aumento do nosso efectivo pecuário através da melhoria do estado sanitário, da melhoria genética de bovinos e ovinos e de um arraçoamento correcto.

São medidas que apontam para a reconversão da vinha, para melhoria dos nossos vinhos e dos nossos pomares. São medidas que apontam para a defesa da nossa floresta, o combate aos incêndios, racionalizando ao mesmo tempo as utilizações industriais do material lenhoso e defendendo os solos agrícolas.

No conjunto, são medidas que provam que é possível aumentar a produção agrícola e a produtividade, substituindo simultaneamente importações por produtos nacionais.

**«A dinamização da agricultura e o aumento da produção agrícola** só é viável com uma política agrícola virada para o desenvolvimento do sector, para o prosseguimento da Reforma Agrária, para a defesa dos pequenos e médios agricultores, para o fomento cooperativo, enfim, para uma política global e coerente que, a curto prazo, elimine os principais estrangulamentos da política de recuperação capitalista e que asfixiam a agricultura e impedem o desenvolvimento económico nacional.»

# alista adores

segurança social) no rendimento nacional passou de 60,2% para 51,8% — uma quebra de 11% —, mas se aos ordenados e salários ilíquidos retirarmos a carga fiscal directa, essa relação passa de 35,5% para 30,2% — uma quebra de 14,4%.

Entretanto, se se tomar como hipótese que o consumo dos trabalhadores é igual às suas remunerações, verifica-se que, enquanto o consumo dos trabalhadores, em termos reais, decresceu 5,7%, o consumo das outras classes, em termos reais, cresceu 25,9%.

Uma conclusão se tornou evidente: os sacrifícios impostos aos trabalhadores e às camadas mais desfavorecidas não conduziram à recuperação económica.

As elevadas taxas de inflação, a redução dos salários reais, o aumento da carga fiscal, a quebra acentuada do poder de compra, conduziram ao bloqueamento do investimento produtivo, à recessão do mercado interno, ao colapso de centenas de empresas. Sectores que trabalham essencialmente para o mercado interno, como a agricultura e a silvicultura, construção civil, metalurgia, restaurantes e hotéis, indústria alimentar, madeira e papel, são aqueles que conhecem maior índice de desemprego.

Ao contrário da política actual, que vê a grande solução no mercado externo, inclusivamente baseando a competitividade das nossas exportações nos baixos salários, uma verdadeira política de recuperação deverá ter como um dos objectivos o alargamento do mercado interno através do melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral, objectivo esse que é simultaneamente instrumento de dinamização económica.

A necessária relação produção, consumo, poupança, investimento, nas condições de uma grave crise económica, explicará sem dúvida uma determinada política de austeridade. Mas essa austeridade deve ser orientada para cortes de consumos de luxo e supérfluos — nos de elevada componente importada e não significar pioria de condições de vida da maioria dos portugueses. Os exemplos de austeridade devem começar por cima, pelos governantes e pelo grande capital.

A garantia dos salários reais, e mesmo a sua melhoria, o aumento do rendimento disponível, nomeadamente das camadas mais desfavorecidas, permitirá alargar o mercado interno, dar saída à produção nacional, dinamizar a actividade económica e aumentar o emprego. Acresce que o rendimento disponível dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas se dirige essencialmente para o consumo de bens de origem nacional.

A recuperação, reanimação e o desenvolvimento económico terão de ser acompanhados pelo melhoramento progressivo das condições de vida material e cultural, da principal força produtiva — os trabalhadores — cuja participação activa e criadora é uma condição prévia, básica e fundamental à resolução dos problemas nacionais.

o actual Governo PS/PSD, or ironia do destino, da Qualidade de Vida, foi noticiado omo envolvido nessas práticas escuras e ilegais.

Com tais exemplos não admira que a impunidade e a osperidade sejam características do mercado negro de divisas, ainda que quem sofra seja País, que vê, também aqui, seus recursos, serem exauridos.

Uma outra componente, nforme já referi, são os rendimentos ocultos em espécie, presentados, entre outros, los pagamentos em espécie pelo empolamento das despesas de representação, consistindo uma forma adicional de muneração que não é sujeita tributação normal.

Esta prática vem sendo frequente em muitas empresas blicas, cujos gestores, nomeados pelo Governo PS/PSD, sempenham também aqui, o u papel no objectivo de desmobilização do sector público da onomia.

Entretanto, os trabalhadores ssas empresas vão-se vendo confrontados, em muitos casos, com os salários em atraso a ameaça de desemprego.

Considerando os próprios udos oficiais disponíveis, estima-se que a economia subterrânea em Portugal tenha representado, em 1980, cerca de % do Produto Interno Bruto, volvendo cerca de um milhão de pessoas, e que a evasão fiscal associada a essa onomia tenha atingido, em 81, o valor de cerca de 30 ões de contos.

Tendo-se a corrupção, a incompetência, a impunidade, envolvido, como é conhecido ao longo destes anos, atingido o máximo com o actual verno, fácil será de concluir os valores atrás referidos, de maior índice até então ficados, foram já largamente ultrapassados.

Mas, também aqui, o processo não é imparável.

sso pode acontecer, e vai ntecer, com a demissão do verno PS/PSD e a formação um governo democrático respeite as aspirações dos alhadores e da população geral.

sta Conferência, constituindo um instrumento valioso para artido, mas também para o , significa, ainda, uma prova da nossa confiança no ro.

# A política de substituição de importações por produção nacional

**Gorjão Duarte**

Substituição de produção nacional por importações ou substituição de importações por produção nacional não é simples figura de retórica ou trocadilho de palvras sem nexo.

Substituição de produção nacional por importações é o resultado actual de uma política de abandono dos interesses nacionais e de entrega do comando da nossa economia a países ou a dependências da banca imperialista, designadamente o FMI. Política para a qual contribuiu sempre a acção dos governos PS, PSD e CDS.

De facto, a importação de bens intermédios ou para consumo tem vindo a assumir relevo crescente na economia portuguesa. Assim, a percentagem de bens importados que são utilizados pelas empresas e são consumidos pelos particulares subiu para 20% nos últimos anos e o seu peso no PIB atingiu 40,5% em 1983.

A substituição de produção nacional por importações — as quais, como se sabe, provêm quase totalmente das grandes potências capitalistas, dos EUA em primeiro lugar — tem igualmente uma tradução evidente no agravamento dos principais défices da nossa economia: alimentar, energético e tecnológico/bens de equipamento.

Em relação aos bens alimentares, bastará lembrar que compramos ao estrangeiro entre 75% e 100% do que se consome em cereais, produtos oleaginosos, alimentos para animais e açúcar. E que esse défice, que foi de 75 milhões de contos em 1983, representou neste ano 23% do défice comercial.

Em relação ao défice energético, sabemos qual o peso da facturação petrolífera no défice da balança de transacções correntes, a rondar os 30%.

Finalmente, no que respeita ao défice tecnológico, sobretudo na sua componente de bens de equipamento, conhece-se também que a importação destes bens assim como de peças de manutenção e de substituição contribui de forma muito significativa para os défices externos.

Vai-se ao absurdo, neste capítulo, de, na indústria têxtil, que contribui com cerca de 30% para o total das exportações, serem importadas a quase totalidade de máquinas aí utilizadas.

Este exemplo é por si revelador duma contradição insolúvel do modelo monetarista-liberal que as forças de direita, desde 1976, seguem como via para eliminar as transformações económicas de Abril, transformações essas que puseram fim ao reinado do capitalismo monopolista de Estado vigente à data da Revolução dos Cravos, flor que, é bom dizê-lo, ainda não foi arrancada dos canteiros de Portugal.

### Já em 1977...

(...) A política de produção nacional de produtos importados é exactamente a inversão da realidade que acabámos de desenhar em traços muito leves, e ela inscreve-se plenamente no conteúdo de uma das três grandes linhas para a recuperação e o desenvolvimento: a do aumento da produção nacional, no qual, como se diz no documento-base da Conferência, «deverá ter papel determinante a produção nacional de produtos importados».

Já em 1977, na Conferência para a Recuperação Eco mais conhecida pela «Saída da Crise», se concluiu que a p nacional de produtos importados, na base da máxima utiliza recursos naturais, da capacidade produtiva existente e do nacional, era um imperativo e uma condição necessária para peração económica do País.

Nessa data, cálculos então feitos apontavam para a possi de, num curto prazo de tempo, se substituirem produtos imp num valor de 17 milhões de contos, ou seja, quase 30% d da balança comercial de 1976. Considerando-se realista hoje com a mesma ordem de grandeza, concluiremos ent será possível a/ou no prazo de um ano, ano e meio, pou importações numa ordem de grandeza dos 120 milhões de

Tomando-se como referência a balança de transacções c de 1983, as principais rubricas responsáveis pelo défice de foram: máquinas e equipamentos (12% do défice da BTC); a ção (10,3%); material de transporte (9,4%); produtos q (9,1%); fretes de transporte (6,2%). São estes, por conse os ramos de actividade onde a política de substituição de tações por produção nacional poderá vir a ter mais êxito. U rubrica, a energia, cujo peso nesse défice foi de 29,6%, enc numa situação diferente, atendendo à importância que nela factura petrolífera. Mas mesmo aqui, não se prevendo subst significativas a curto/médio prazo, com melhor aproveitame recursos nacionais existentes para a produção de energia, d damente hídricos e carboníferos, seria possível poupanças veis.

### Exemplos de poupança

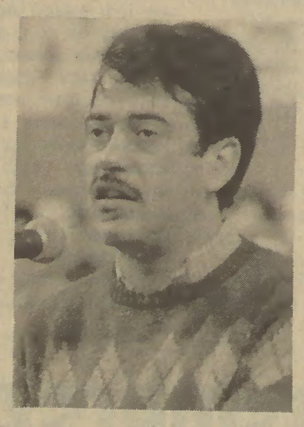
De acordo com este panorama, ao longo de intervenç diversas secções, muitos exemplos foram dados de substitui importações por produção nacional. Assim, recordando:

# Conferência Nacional do PCP a via de DESENVOLVIMENTO PARA VENCER A CRISE

**Conforme anunciarámos na última semana, publicamos hoje mais uma série de importantes intervenções apresentadas na Conferência Nacional do PCP sobre a via de desenvolvimento para vencer a crise, publicação esta a que daremos continuidade nas próximas edições. Os subtítulos são da responsabilidade da Redacção, assim como a selecção dos extractos publicados.**

**Entretanto, encontra-se em estado adiantado a preparação da edição em livro de todos os materiais da Conferência — essa grande iniciativa que, conforme na altura foi sublinhado, constituiu o mais importante debate já realizado sobre a situação económica do País e os caminhos para resolver os problemas actuais.**

# Política agrícola



**Vasco Paiva**

Como se afirma no documento-base desta Conferência, «No sector agrícola, a política de reconstituição dos latifúndios e de completo desprezo pela agricultura nacional tem tido consequências nefastas para os que da agricultura vivem e para o País».

O Produto Agrícola Bruto (PAB), que há muito se encontrava estagnado, nos últimos 5 anos passou a uma evolução negativa (−1,5% ao ano), que é bem mais grave nos sectores vegetal e animal se tivermos em conta que estes números são atenuados por um crescimento da componente florestal à taxa média de 9,9% ao ano.

Os resultados estão à vista — importamos mais de 60% da nossa alimentação e agravam-se dia a dia as condições de vida e de trabalho dos agricultores e dos assalariados agrícolas.

A causa fundamental desta situação está na política que tem sido seguida nos últimos nove anos pelos sucessivos governos do PS/PSD e do CDS, juntos ou separados.

É a ofensiva contra a reforma agrária e contra os direitos alcançados pelos pequenos e médios agricultores e rendeiros, de que o pacote agrícola recentemente anunciado é um novo e perigoso passo.

É o estrangulamento dos preços para a agricultura e a liquidação dos Organismos de Coordenação Económica.

É uma política orientada para a restauração do latifúndio, para a concentração capitalista da terra, para o aumento dos lucros dos intermediários, para as importações, para uma maior dependência externa e de sujeição aos interesses e às imposições da CEE. (...)

### Resultados da ofensiva

(...) Descapitaliza-se a agricultura e diminui-se o investimento.

Assim, como exemplos, aboliram linhas de crédito, acabaram com as bonificações no Crédito Agrícola e o juro aumentou de 6,5% em 1975 para 26% a 30% actualmente. Acabam os subsídios (motomecanização, semente de milho híbrido, de leite, entre outros), ou então só aparecem em períodos eleitorais, como o subsídio do gasóleo. Criam dívidas aos agricultores, transferem recursos para outros sectores.

**Não se aumentou a área de regadio** e paralisaram obras e planos de desenvolvimento (Alqueva, Baixo Mondego, Cova da Beira e Baixo Vouga). Ardem as matas e não se promove o repovoamento florestal. Faz-se vista grossa sobre o contrabando — o que leva ao aparecimento e à multiplicação de doenças no gado como nunca, e a que fiquem produções por escoar, como a batata.

**Aumentam os custos de produção, em larga medida provocados pelo encarecimento dos factores de produção e pelo aumento do preço das rendas da terra.**

As rações são hoje quatro vezes mais caras do que há seis anos e os adubos sete vezes mais. As rendas da terra aumentaram quatro, cinco ou mais vezes nos últimos dez anos.

Deteriora-se a qualidade dos factores de produção, como no caso das rações, o que leva à diminuição do seu índice de conversão.

O resultado é que se aduba mal, alimenta-se pior os gados, utilizam-se menos máquinas, sementes seleccionadas, etc. — com isto diminui-se a fertilidade dos solos, a produtividade da terra e do trabalho, pioram os amanhos culturais e degrada-se o parque de máquinas, verificando-se uma quebra de 50% na sua reposição.

**Não aumentam proporcionalmente os preços ao produtor** — casos há em que até baixa o seu preço. Tomemos por exemplo o vinho maduro em Trás-os-Montes que baixou 6% em relação a 1975 ou o ridículo preço de 12$00/Kg estabelecido pelo Governo para a batata.

**Agravam-se as dificuldades de escoamento e procura-se liquidar os Organismos de Coordenação Económica (EPAC, JNV, JNF, JNPP, etc.).**

Se repetidas vezes baixa o preço no produtor, carne, vinho, por exemplo, o mesmo não acontece no consumo. De facto, segundo dados oficiais, entre 1976 e 1980, o sector da produção agrícola só contribuiu em 23% para a variação de preços no consumidor e foram os sectores a montante (factores de produção) e a jusante (comercialização e industrialização) que contribuíram em 77%.

O resultado é que há uma diminuição real dos rendimentos dos agricultores e aumento das margens de comercialização dos intermediários e dos lucros dos industriais.

Fazem-se importações em concorrência com as produções nacionais, transformando o País num consumidor de excedentes da CEE. Só nos primeiros meses deste ano o Governo decidiu ou autorizou a importação de 10 mil toneladas de maçã, 105 mil toneladas de batata de semente, quando só seria necessário cerca de metade, 3570 toneladas de carne de bovino, 4 mil toneladas de suíno, 2 mil toneladas de manteiga, 9100 toneladas de leite em pó.

**Sacrificam os nossos solos, os interesses da nossa agricultura e da nossa economia** aos interesses das multinacionais. Como exemplo, no Douro avança a implantação das multinacionais procurando assumir um papel dominante na produção como já o têm na comercialização do vinho do Porto. No Sul, em terras férteis que antes produziam cereais, plantam eucaliptos para servirem celuloses como a CELBI, a CAIMA e a $OPORCEL.

O Ministério da Agricultura, tem apresentado aquilo que chama de **planos de desenvolvimento ou de fomento,** mas estes não são mais que cópias de modelos da CEE desadequados ao nosso País e cujo objectivo confessado é o de **promover a concentração capitalista da terra e a criação de empresas capitalistas na agricultura.** Os planos de fomento leiteiro no Entre-Douro e Minho e na Beira Litoral orientam-se para o apoio apenas às explorações com mais de 10 vacas e mais de 4 hectares, apontando naturalmente para a liquidação das de dimensão inferior (rebanhos com menos de 5 vacas são 98% do total). O plano para o Baixo Mondego apontava para explorações agrícolas de 20 hectares no mínimo, o que equivale à destruição de 8280 explorações das 9 mil existentes. O Plano de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes prevê, para o Douro, a concessão de créditos para a plantação de vinha apenas a áreas superiores a 2,5 hectares.

O que se passa no sector da pecuária é no mínimo preocupante e bem elucidativo da política que tem sido seguida. A benevolência contra o contrabando de gado trouxe consigo a proliferação de velhas doenças e o aparecimento de novas. Não se vacina, nem se combatem eficazmente as doenças, opta-se pelo encerramento das feiras sem contrapartidas. Enderram e concentram os matadouros colocando-os nas mãos de grupos industriais privados à custa de dinheiros públicos. Fazem-se importações, liberalizam a recolha do leite. O resultado é a ruína dos produtores de leite e de carne, centenas de explorações encerradas — tudo isto se conjuga como peças de um mesmo mecanismo, de sujeição aos interesses dos grandes monopólios agrícolas da CEE, de entrega de todo o sector da grande indústria privada.

Muitas vezes falam na modernização da agricultura e dizem que os agricultores portugueses e os assalariados agrícolas são conservadores, não estão dispostos a inovações.

Mas é ou não verdade que é com o trabalho das UCPs e dos trabalhadores agrícolas que no Alentejo e Ribatejo se alcançam os maiores rendimentos por hectare, as maiores produtividades, se introduzem novas culturas como o tabaco e se criam estufas?

É ou não verdade que quando se criaram estímulos à produção leiteira em 1975, no Norte e Centro, ela aumentou para mais do dobro em três anos, ao ponto de o País ter atingido quase a auto-suficiência? É ou não verdade que os produtores de leite aderiram então à inseminação artificial, ao contraste lacto-mantegueiro, à ordenha mecânica? (...)

### Políticas em confronto

(...) Os agricultores, se apoiados, com estímulos, com garantias de estabilidade, poderão multiplicar a produção nacional, responder positivamente a novas culturas, novas e melhores técnicas e amanhos culturais.

O que está em causa não são apenas nem fundamentalmente, medidas técnicas, não são questões de clima, de intempéries. O que está em causa fundamentalmente é a política agrícola como parte integrante de uma política económica.

São duas políticas em confronto.

Uma, que acabámos de referir e cujos resultados estão à vista.

Outra, uma nova política agrícola que terá de se nortear por dois objectivos fundamentais:

— o aumento da produção agrícola e da produtividade;

— a melhoria das condições de vida dos assalariados e dos pequenos e médios agricultores, como parte integrante da melhoria das condições de vida do povo português.

Inversamente ao que os sucessivos governos de direita têm feito, uma política virada para o desenvolvimento da agricultura exige:

— o apoio aos pequenos e médios agricultores e ao associativismo agrícola;

— o apoio à Reforma Agrária, às UCPs/Cooperativas, repondo-se a legalidade e prosseguindo-a à definitiva liquidação do latifúndio;

— a reestruturação dos Organismos de Coordenação Económica e empresas públicas de forma que se transformem em instrumentos efectivos de intervenção e apoio à agricultura;

— a reestruturação dos serviços do Ministério da Agricultura colocando os seus meios técnicos, humanos e financeiros ao serviço da produção. (...)

(...) Convém sublinhar que:

Como condição prévia para o desenvolvimento da agricultura, é necessário o respeito pelas formações económicas existentes, o apoio e a dinamização das mesmas, como factor de estabilidade indispensável para a recuperação, nomeadamente:

— melhoria da Lei do Arrendamento Rural no sentido de assegurar as rendas justas e a estabilidade dos rendeiros;

— respeito pela Lei dos Baldios, apoiando o uso e fruição pelos compartes através dos Conselhos Directivos e Assembleias;

— apoio às pequenas e médias explorações agrícolas;

— reposição da legalidade na Reforma Agrária e o prosseguimento desta.

• Uma adequada política de preços e de comercialização, garante da melhoria dos rendimentos do agricultor, que evite a sangria do sector pelos grandes comerciantes e industriais, podendo ser ainda um poderoso elemento de incentivo de culturas estratégicas e de pecuária e de melhores produções e de produtividade.

Consistiria em:

— fixação, controlo e estabilidade nos preços dos principais factores de produção, assim como a fiscalização rigorosa da sua qualidade;

— fixação antecipada de preços compensadores para os produtos agrícolas, pecuários e florestais, assim como a garantia do seu escoamento;

— defesa e estruturação dos Organismos de Coordenação Económica e empresas públicas no sentido de uma maior capacidade de apoio e de intervenção dos mesmos — EPAC, JNV, JNF, JNPP, AGA, IAPO;

— tabelamento e controlo das margens de comercialização;

— **controlo rigoroso de todas as importações agrícolas,** evitando as desnecessárias; — **maior apoio ao movimento cooperativo agrícola,** no sentido de evitar o seu estrangulamento financeiro e este intervir mais na comercialização.

• Um maior investimento na agricultura, nomeadamente através de uma política de créditos e de subsídios:

— créditos de juro baixo, de campanha ou de investimento, sem demoras na sua concessão, sem exigência de garantias que o impossibilitem;

— subsídios que fomentem a utilização de sementes certificadas, que estimulem melhores produções e produtividades, em particular nos produtos de que somos mais carenciados, que fomentem a mecanização, a melhoria do efectivo pecuário, a reconversão da vinha e dos pomares, que estimule o associativismo agrícola.

• A melhoria das condiç mente:

— **o apoio à mecanizaçã** exige o controlo dos preços e cola, a selecção das máquinas mecanização, apoio às cooper de máquinas, a criação de par

— **o aumento da área de** ção das obras hidroagrícolas já tros de rega existentes, a reali obras de hidráulica agrícola;

— **a melhoria de aproveit -se a análise e correcção d** fertilização, criando-se campos seus resultados.

• A agricultura para se de quer a montante, quer a jusant

— impõe-se o apoio na t produtos agrícolas, para se va dentes e apoiar a exportação

— impõe-se a implantação rede nacional de abate e trans tores.

• A agricultura precisa de a

— **extensão rural ao nível** investigação e assente na rea mentando e divulgando novas selecção de sementes, melhoria

— sistema generalizado e rios;

— formação profissional par agricultores.

• O desenvolvimento da agr cubra os riscos da produção d de rápido pagamento ao agricu vos prejuízos.

• O desenvolvimento da a meios rurais (electrificação rur segurança social (assistência participação dos principais intere pelas suas organizações de cla

(...) São medidas que, como levar a um aumento de um m aumento da produção de cere aveia — poderiam poupar anua tos de importações.

São medidas como as de fo e de aproveitamento de subpro poderiam levar à produção de ao ano e levar à poupança nas de rações, quer de produtos de

São medidas de intensificaç ar livre, em estufas e de frutos, girassol e do cártamo, assim cor sas (soja, algodão). A introduç pouparia 1,5 milhões de contos

São medidas que apontam pecuário através da melhoria do tica de bovinos e ovinos e de u

São medidas que apontam melhoria dos nossos vinhos e que apontam para a defesa da r dios, racionalizando ao mesmo material lenhoso e defendendo

No conjunto, são medidas qu a produção agrícola e a produtiv importações por produtos nacion

**«A dinamização da agricu agrícola** só é viável com uma po volvimento do sector, para o pr para a defesa dos pequenos e cooperativo, enfim, para uma pol prazo, elimine os principais estra ração capitalista e que asfixiam a vimento económico nacional.»

# A ind econ

Consideramos como das condições prévias cas à definição e concret de uma política de recup e desenvolvimento, **a firme e intransigente da pendência nacional.** (...)

(...) Para nós, indepen económica significa que relações externas, Portug deve pautar pela coopera pelas vantagens recípro não pela submissão e en significa que, reconhecen a interpendência das na se rejeita a sua interpre reaccionária que procur conder a natureza antag e exploradora das relaçõ ternacionais no mundo c lista para justificar a estra neocolonialista do impe mo. Independência econ significa o reconhecimen soberania nacional sob nosso recursos e o apa produtivo; que a política e mica e financeira do País ser definida, orientada e zada segundo os interes nacionais e não segundo teresses da CEE, de Bon de Washington.

Em nome de intere

Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

PCP

## Campanha para a compra e obras do Vitória

# Cerca de 150 trabalhos na expo-venda inaugurada anteontem na Casa do Alentejo

Está patente ao público até **3 de Maio** na Casa do Alentejo, na Rua das Portas de Santo Antão, 58, em Lisboa, uma exposição-venda de artes plásticas, com trabalhos de numerosos autores, incluindo diversos artistas dos mais consagrados e de reconhecido mérito no panorama artístico nacional.

*Um espaço reduzido (no tempo de preparação do certame e no próprio local onde funciona) para «coisas» com tanto interesse e valor — é o comentário do repórter que anteontem assistiu à inauguração*

O certame, que foi inaugurado anteontem ao fim da tarde, tem como objectivo dar uma ajuda à campanha de fundos que decorre no âmbito da Organização Regional de Lisboa para a compra e as obras de restauro do Centro Vitória.

Estão representados na exposição, sem dúvida um contributo de valor para a dinamização da vida cultural na cidade de Lisboa, mais de 90 artistas num total de cerca de 150 trabalhos: do óleo à gravura, da serigrafia à escultura, da aguarela ao desenho, da terracota à xilografia, do acrílico à gravura em cobre, do guache à técnica mista, etc.

Tanto a elevada participação de artistas como o entusiasmo com que a iniciativa foi rodeada e com que, certamente, vai continuar nos próximos dias (saliente-se, a propósito, que haverá brevemente um programa de animação que divulgaremos na próxima edição do «Avante!»), garantem desde já um grande êxito da exposição-venda, iniciativa que, no quadro da campanha do Vitória, aqui salientamos e à qual aconselhamos uma visita pormenorizada.

O certame funciona com o seguinte horário: dias úteis — das 16 às 22 horas; sábados e domingos — das 19 e 30 às 22 horas.

Esta **expo-venda** «Vitória» é promovida pelo Sector de Artes e Letras da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP.

### Os participantes

Já depois do catálogo impresso ainda aderiram à iniciativa outros autores, estando reunidos na exposição, como já referimos, perto de uma centena de nomes. Aqui deixamos a lista contida no catálogo: Alda Cabral, Alexandre Cabral, Álvaro Perdigão, António Julio, António Carmo, Artur Rosa, Aurora Bargado, Bartolomeu Cid Santos, Canhão, Casaca, Cecília Pinto, Cidália, Costa Martins, Costa Pinheiro, Domingos Saraiva, Elsa Peixoto, Estevão Soares, Eugénia Rosa, Fernando Almeida Cruz, Fernando Conduto, Frederico Mendes, Ferreira da Silva, Gil Teixeira Lopes, Graça Gonçalves, Graciete Duarte, Guilhermme Casquilho, H. Mourato, Hélder Silva, Helena Almeida, Hilário T. Lopes, Humberto Lebroto, Isabel Lajinhas, Isabel Sabino, Ivone Balette, João Hogan, João Jorge Duarte, João Paulo, Jorge Pé-Curto, J. Guerra Soares, Jorge Vidal, Jorge Vieira, José Aurélio, José Barata-Moura, José Carrola, José Santa Bárbara, Judith Tomás, Lars Bo, Leopoldo Criner Y Dintel, Louro Artur, Luís Lobato, Luís Rodrigues, Mário Alberto, Manuel Jorge, Manuela Guerreiro, Marcel, Maria Gabriel, Maria Velez, Marques de Oliveira, Matilde Marçal, Matos Simões, Mário Silva, Mateus Beleza, Noémia Cruz, Nicolau Tudela, Nelson Dias, Noronha da Costa, Ozenda, Paulo V. Gomes, Pedro Saraiva, Pedro Wilson, Reinaldo, Quintino Sebastião, Ribeiro Farinha, Rodrigo de Freitas, Rogério Amaral, Rogério Ribeiro, Rui Pimentel, Sá Nogueira Rolando, Silvia, Teresa Dias Coelho, Virgílio Domingues, Victor Ferreira, Vitor Palla, Zagalo.

## Assim vai a campanha

Empenhamento vivo dos militantes e das organizações, espírito de iniciativa e, claro, a ajuda solidária de muitos sectores da população têm sido alguns dos «segredos» do êxito desta gigantesca campanha. Falamos da recolha de fundos da Organização Regional de Lisboa, que tem em vista a compra e as obras (necessárias!) de restauro e adaptação do Centro Vitória, o conhecido Centro de Trabalho do PCP, na Avenida da Liberdade. Segundo o apuramento do passado dia 4, a campanha ultrapassou já os 58 mil contos, de acordo com o quadro que a seguir publicamos, e onde se registam as verbas conseguidas até aquela data pelas diferentes organizações e sectores da ORL do PCP.

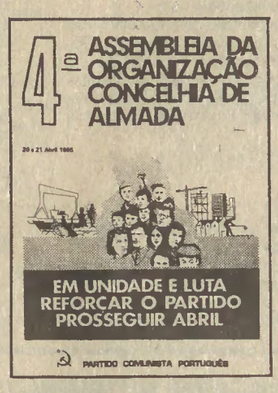
| | |
|---|---|
| Alenquer | 213 132$00 |
| Arruda dos Vinhos | 86 928$00 |
| Azambuja | 125 155$50 |
| Cadaval | 29 343$00 |
| Mafra | 220 183$00 |
| Lourinhã | 54 293$00 |
| Sobral | 157 178$00 |
| Torres Vedras | 390 816$00 |
| Amadora | 2 314 209$50 |
| Cascais | 1 859 203$00 |
| Carnaxide | 1 261 952$00 |
| Oeiras | 568 992$50 |
| Sintra | 1 236 249$00 |
| Queluz | 1 394 097$50 |
| Loures - Ocid. | 2 439 451$50 |
| Loures - Ori. | 2 959 130$50 |
| Vila Franca de Xira | 3 419 660$70 |
| C. L. L. | 16 549 630$70 |
| Bancários | 2 350 255$00 |
| Seguros | 950 255$00 |
| Sect. Público | 1 403 572$50 |
| Transportes | 3 886 742$00 |
| Função Pública | 1 537 016$50 |
| Saúde | 2 718 052$00 |
| Informação | 558 860$00 |
| Intelectual | 3 266 662$50 |
| Sect. Sindical | 1 000 342$00 |
| SIP/DORL | 518 447$00 |
| C. T. Vitória | 200 813$00 |
| Livraria Vitória | 38 859$50 |
| DORL | 4 434 134$50 |
| **TOTAIS** | **58 143 616$90** |

# Organização concelhia de Almada vive intensamente a preparação da sua 4.ª Assembleia

Cerca de 500 delegados e mil convidados participarão no fim-de-semana de **20** e **21** deste mês na Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP), conhecida e prestigiada colectividade popular da Margem Sul, nos trabalhos da 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Almada, do Partido Comunista Português.

A actividade preparatória tem sido vivida intensamente pelos militantes comunistas de todo o concelho, tanto ao nível das células de empresa, como das organizações de freguesia e de bairro.

Quando esta edição do «Avante!» sair para a rua, uma grande parte da organização concelhia de Almada já terá debatido o projecto de relatório-resolução, documento que tem dinamizado uma discussão muito activa, plenamente participada pelos militantes. Todos os capítulos do documento mereceram já propostas de alteração ou aditamento. O próximo dia 15 é a data limite para a entrega das contribuições individuais e colectivas dos comunistas almadenses para o enriquecimento do projecto, que é constituído pelos seguintes seis capítulos: **a luta dos trabalhadores em defesa dos seus direitos e do regime democrático, a luta por uma alternativa democrática, o Poder Local democrático, o movimento cultural, recreativo e desportivo, batalhas eleitorais e organização concelhia de Almada do PCP.**




Além da discussão do documento, os plenários e reuniões que têm ocorrido no concelho (e que ainda vão continuar) têm outros objectivos: a eleição dos delegados e a indicação dos convidados por um lado, e a análise e discussão da situação política por outro.

A título de exemplo refiram-se alguns dos plenários previstos para os próximos dias: **hoje** (quinta-feira) — JCP/juventude; **amanhã** Lisnave, Laranjeiro e C. Freguesia da Costa; **sábado** — Costa da Caparica, Sobreda e Monte; **domingo** — reunião da Comissão Concelhia de Almada; e Val Figueira; **dia 16** — célula da Parry Son.

Estarão presentes na 4.ª Assembleia dos comunistas do concelho de Almada os camaradas do Comité Central João Bernardino, membro da DORS; e Carlos Ramildes e Blanqui Teixeira, da Comissão Política do Partido. Na próxima semana divulgaremos mais pormenores sobre a iniciativa e designadamente sobre o seu comício de encerramento.

### Assembleia no Feijó no próximo sábado

Sob o lema «unir e organizar, continuar Abril, reforçar o Partido», vai realizar-se no próximo sábado, dia 13, a 2.ª Assembleia da Organização Local do Feijó (concelho de Almada), do PCP. Os trabalhos decorrerão no Clube Recreativo da localidade, a partir das 14 e 30 horas, com a participação do camarada João Bernardino, da DORS e do CC do Partido. Ao fim da tarde haverá um comício de encerramento aberto à população.

### Convívio PCP-JCP na Caparica

Promovido pelas organizações do Partido e da Juventude Comunista desta localidade do concelhode Almada, está marcado para o próximo domingo, dia 14, um convívio com merenda, no Centro de Trabalho da Costa da Caparica.

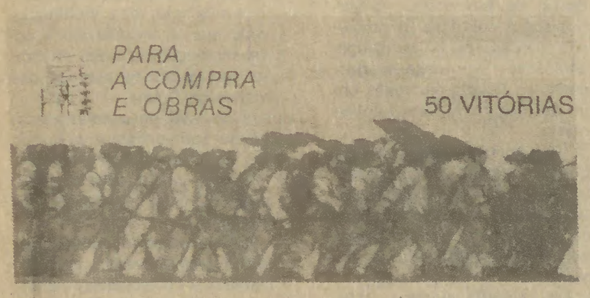
## Uma nova rifa

Toda a gente se lembra do êxito alcançado com a 1.ª rifa. Que o diga, por exemplo, o amigo José Carvalho Gonçalves, reformado, 31 anos a trabalhar na Quimigal (ex-Cuf), portador da rifa 004 945, que deu direito a um simpático automóvel.

Mas mesmo quem não se lembre do entusiasmo suscitado por essa rifa (que teve grande venda, por exemplo, na última Festa do «Avante!) pode agora tentar a sua sorte, ajudando uma campanha em que está empenhada a Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP: para a compra e as obras do velho Vitória.

A nova rifa, já em distribuição, custa apenas **50 vitórias** e vai sortear no Santo António (já falta pouco!) três brindes de se lhe tirar o chapéu: **1.º**, um automóvel (Fiat Uno, 45); **2.º**, viagem para duas pessoas à União Soviética durante oito dias; **3.º**, um mini-computador (Spectrum 48 K).

Tudo aponta para novo êxito. Vamos dar mais um empurrão para que o sonho se torne realidade: a compra e o restauro cuidadoso do belo edifício da Avenida da Liberdade.




## Sábado, em Lisboa

# Quando mais de 200 pessoas se juntam para falar de *Saúde*

A sala «Londres» do Lisboa Penta Hotel, «ali» a dois passos da Praça de Espanha, vai receber no próximo sábado, entre as 10 horas da manhã e as 19 e 30, mais de 200 pessoas interessadas num debate (podemos dizer: **diferente**) sobre questões de **Saúde**, particularmente relativas à situação no distrito de Lisboa. Trata-se de uma iniciativa da ORL do PCP em que todos os presentes terão cartão de participante e em que se prevê, como encontro aberto, a presença interessada não só de membros do PCP como de um leque significativo de pessoas com diferentes opiniões políticas e com diferentes interpretações dos fenómenos que envolvem um sector com características tão sensíveis como a **Saúde**, esse direito dos cidadãos que uma política caduca e obediente a «determinados» interesses continua a limitar e a estrangular.

Acrescente-se que o encontro funcionará sempre em plenário, interrompendo os trabalhos entre as 13 e as 15 horas. Além de técnicos e outros trabalhadores da Saúde, estarão presentes elementos de autarquias, sindicatos e outras organizações de massas. O dirigente comunista Carlos Brito, membro da Comissão Política do Partido, intervirá nos momentos finais do encontro que, recorde-se, tem âmbito distrital.

Entre os objectivos do encontro contam-se fazer o levantamento da situação da Saúde no distrito e das suas principais carências e apresentar alternativas coerentes para a sua resolução.

## Porto: sessão-debate sobre Imprensa do Partido

Integrada na campanha de difusão da Imprensa do Partido, em curso na Organização Regional do Porto (ORP) desde Janeiro, vai realizar-se no próximo sábado, dia 13, no Centro de Trabalho da Boavista uma sessão-debate sobre a importância da Imprensa partidária no quadro da luta política. A reunião servirá ainda para fazer o balanço da situação actual e programará uma série de iniciativas a concretizar até ao fim da campanha, previsto para Maio. Dias Lourenço, director do nosso jornal e membro da Comissão Política do Partido, será um dos participantes na sessão-debate, que reunirá um conjunto de difusores e responsáveis de Imprensa nas várias organizações do distrito portuense. O início da sessão está marcado para as 14 horas.

## Hoje à noite: debate no Vitória sobre democratização da cultura

Mais uma iniciativa de dinamização cultural da SIP/DORL, esta noite (quinta-feira), a partir das 21 horas, no Vitória: desta vez estará em debate «a democratização da cultura após o 25 de Abril». Participam os camaradas Aboim Inglês, membro do Comité Central, Manuel Gusmão, membro suplente do CC, e Gisela da Conceição, membro do organismo de direcção de Artes e Letras da Organização Regional de Lisboa do PCP.

## Conferência Económica: sessão com Gorjão Duarte

Tendo como principal objectivo a promoção de um debate sobre as conclusões da recente Conferência Nacional do PCP, «a via do desenvolvimento para vencer a crise», a 1.ª Zona de Organização Local de Lisboa realiza logo a partir das 19 horas, no Vitória, uma reunião em que participará o camarada Gorjão Duarte, do Comité Central.

## Convívio em Vale de Cavalos

A camarada Luísa Araújo, membro suplente do Secretariado do Comité Central, participará no convívio promovido pela Comissão de Freguesia de Vale de Cavalos (concelho da Chamusca), que decorrerá no próxímo domingo, dia 14, nas instalações da Cooperativa 5 de Outubro. Da ementa para o almoço constam sopa de pedra e coelho à caçador.

## Concurso de pesca no Paúl de Magos

Pescadores, atenção! Não se comprometam para 19 de Maio, dia marcado pela Comissão Concelhia de Salvaterra de Magos do PCP para a realização de mais um concurso de pesca individual. As inscrições funcionam no Centro de Trabalho do Partido daquela vila ribatejana (telefone: 063-54490). O concurso, que constituirá, como é hábito, uma bela jornada de confraternização, é aberto a todos os que gostam de pesca desportiva. A organização da iniciativa oferecerá brindes aos que obtiverem melhor classificação.

## Assembleias em V. R. St.º António e Faro

Prossegue nos respectivos concelhos o trabalho de divulgação e preparação das Assembleias das Organizações do Partido em Faro e em Vila Real de Santo António, marcadas respectivamente para **12** e **19** de Maio. Vai arrancar a discussão dos projectos de resolução política apresentados pelas C. Concelhias.

## Pescadores de Olhão: vale (sempre) a pena lutar!

Depois do «problema» com as casas nas ilhas, veio o «problema» das contribuições dos viveiristas. Depois, veio outro. Dessa vez, foram os pescadores da artesanal que ficaram na mira destruidora do Governo. Fruto de leis desfazadas da realidade — como refere a Comissão Concelhia de Olhão do PCP —, os homens da pesca artesanal «apanhavam» por dois lados: se iam ao mar corriam o risco de serem presos, se ficavam em terra não ganhavam para comer. Não cruzaram os braços. Nem os pescadores mais velhos se lembravam de tamanha injustiça. Veio a revolta. Veio a luta. Como sublinha uma nota divulgada há dias pela C. Concelhia do PCP, **os pescadores de Olhão organizaram-se em torno do seu sindicato, lutaram e foram invencíveis. Ninguém, nem o Governo, nem autoridades marítimas, nem partidos de direita, nem ameaças, nem sorrisos os venceram. O Governo recuou, a trégua foi alcançada, a revisão da lei, com a participação dos pescadores, foi prometida.** A Comissão Concelhia do Partido saúda esta luta e alerta para a necessidade da vigilância, sobretudo em relação às tentativas divisionistas.

## Encontro no CT do Beato

Tendo como tema geral o trabalho autárquico (como decorreu o actual mandato e questões sobre a preparação das próximas eleições), vai efectuar-se no sábado um encontro de quadros da freguesia lisboeta do Beato. A iniciativa está marcada para as 15 horas, no Centro de Trabalho do Partido.

## Sábado: reunião distrital de quadros em Faro

Marcado para as 10 e 30 h nas instalações da Coopofa, na capital algarvia, vai realizar-se no próximo sábado uma reunião distrital de quadros do PCP com o objectivo de debater questões relacionadas com a actividade sindical e o papel dos comunistas nas estruturas unitárias dos trabalhadores. Está prevista a participação de dirigentes e delegados sindicais, membros de comissões de trabalhadores e de responsáveis pelo trabalho sindical nos executivos das diversas Comissões Concelhias da Organização Regional do Algarve. Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do Partido, estará presente neste encontro.

## Freguesia de Corroios: tudo a postos para a 3.ª Assembleia

O Ginásio Clube de Corroios será palco da 3.ª Assembleia da Organização do PCP naquela freguesia do concelho do Seixal, a realizar já no próximo domingo, com início às 15 horas. Em contacto com o «Avante!», a Comis são de Freguesia do PCP sublinha a importância da Assembleia na vida local do Partido, cuja realização «coincide com uma época de grandes lutas na defesa dos ideais de Abril». São objectivos desta 3.ª Assembleia o balanço crítico da actividade partidária na localidade, a definição de perspectivas para a melhoria e reforço do trabalho político dos comunistas e a eleição da nova Comissão de Freguesia.

## Distrito da Guarda: os reflexos da política de miséria

Como noticiámos no «Avante!», os comunistas da Guarda realizaram recentemente a sua 1.ª Assembleia da Organização Distrital, que reuniu cerca de 130 delegados e 50 convidados.

Culminando «um processo de ascenso e reforço contínuo do Partido, constituindo por isso uma marco histórico na vida do PCP, dos democratas e dos trabalhadores da região» e iniciando «um novo período de maior capacidade de intervenção na vida do distrito», a Assembleia elegeu também a Comissão Distrital do PCP, órgão que entretanto já realizou a sua primeira reunião plenária, a qual motivou uma breve nota de imprensa com as conclusões. Para além de retomar alguns aspectos relativos à melhoria do trabalho do Partido e ao seu reforço (só em 1984 aderiram ao PCP no distrito da Guarda mais 223 novos membros) e à realização da Assembleia, a C. Distrital analisou a situação social «e concluiu que se verificam aqui, de forma crescente e preocupante, os efeitos desastrosos da política de miséria e ruína do Governo PS/PSD». Alguns exemplos: «Aumentam as ameaças de desemprego e encerramento de empresas de que são casos flagrantes a FEMSA/Robert Bosch, a Hermínios, e a Camilo e Filhos. Consuma-se o encerramento de outras como a Virgílio de Oliveira, que lançam no desespero e no caminho da fome centenas de famílias. Nos campos, os agricultores em cada dia que passa são cada vez mais espoliados e arruinados. Os produtos agrícolas são mal pagos e o seu escoamento não se faz, como hoje acontece com a batata, de que há centenas de toneladas por escoar. O Governo encerra linhas de crédito vitais ao desenvolvimento da agricultura do distrito. Prepara-se para aprovar uma nova Lei do Arrendamento que fará aumentar a situação de miséria dos rendeiros, deixando-os sem vontade de produzir ou investir na terra.».

Depois de saudar a forte participação da população do distrito na concentração realizada na Guarda a 16 de Março, a Comissão Distrital do PCP salienta a importância da luta e da unidade nas jornadas que se aproximam. Sobre as eleições para as autarquias, uma breve nota: «Considerando os grandes saltos quantitativos e qualitativos dados pela organização do distrito, do reforço da nossa base social e política de apoio, o descrédito da política deste Governo e do enfeudamento a ela das Câmaras do distrito (PS, PSD e CDS), e ainda o envolvimento dos seus presidentes em casos que se avolumam de comprovada corrupção, compadrio e incompetência, a Comissão Distrital considera que a Aliança Povo Unido, no plano eleitoral, reúne todas as condições para fazer confluir em si o apoio e o voto dos democratas, dos que, descontentes, atraiçoados e desrespeitados, não perderam a esperança de que é possível e necessária uma política diferente que resolva os problemas das populações e retire o distrito do atraso.».

## Visita a Alfama e à «Voz do Operário»

O trabalho autárquico, a acção da APU, a defesa do património (que o mesmo é dizer, neste caso, a defesa de um conhecido bairro da cidade de Lisboa), as iniciativas do PCP nesse sentido e ainda a importância de uma das mais prestigiadas colectividades do País — a sempre jovem «Voz do Operário» (por lá passa todos os dias um milhar de crianças) — são motivos de sobra para uma visita orientada e para um convívio de amizade. É exactamente isso que vai acontecer já no próximo domingo, dia 14 de Abril, com concentração às 9 e 30 horas, no Centro de Trabalho do PCP, em Alfama. Trata-se de uma visita (passeio, se quiserem) promovida pela organização do Partido daquele típico bairro da capital e pela célula do PCP na «Voz do Operário». A iniciativa está aberta a todos os interessados. Basta que se inscrevam no Centro Vitória (Av. da Liberdade) ou nos CTs da 1.ª zona da organização local de Lisboa: **Santos, Graça, Alfama.**

**O passeio pelas ruas de Alfama e a visita à «Voz do Operário» terão um intervalo para almoço de confraternização, marcado para as 13 horas, nas instalações da conhecida colectividade.**

**Trabalhadores**

# Movimento sindical defende as nacionalizações

## • Plenários, encontros e reuniões nacionais entre 15 e 20 do corrente
## • Jornada nacional de luta (ORTs do SEE), dias 18 e 19

A Comissão Coordenadora (CA) das Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORTs) do Sector Empresarial do Estado (SEE) na sua última reunião antes da Jornada de Luta dos próximos dias 18 e 19 concluiu que a ofensiva deste Governo contra o SEE «traduz-se na extinção de empresas com entrega das suas actividades e património ao sector privado». A CA, reunida na sede da CGTP-IN em Lisboa, acrescentou: «O não pagamento de dívidas do Estado às empresas públicas» (EPs), que «excedeu já os 600 milhões de contos»; a asfixia financeira, sobretudo devida ao endividamento externo; «a gestão altamente ruinosa; o congelamento dos investimentos; o desmantelamento e alienação de EPs; a abertura ao capital privado das empresas mais lucrativas (do SEE); a venda de participações do Estado; os despedimentos em massa e a repressão» fazem parte de «uma política destinada a destruir as melhores potencialidades para sairmos da crise, e está a conduzir a economia nacional para um autêntico abismo a que urge pôr fim». Vinha a público entretanto que o **Metropolitano** de Lisboa registou em 1984 um prejuízo de 400 mil contos, e que a **Rodoviária Nacional** assinara um contrato-programa considerado pela FESTRU (Federação dos Sindicatos Rodoviários e Urbanos) como susceptível de implicar graves prejuízos para os trabalhadores, os utentes e o País.

A gestão da RN, segundo fontes do Governo, beneficiará de um financiamento da parte do Estado no valor de dois milhões de contos em 1985; mas, segundo a FESTRU, o contrato-programa assinado na passada segunda-feira «não ataca frontalmente os problemas da empresa» e prevê «a redução e o envelhecimento da frota de serviço público», com aumento das superlotações em benefício do grande turismo e do capital privado.

### O debate que a televisão recusa

Com várias intervenções, entre elas a de Rosa Maria Marques, dirigente nacional da CGTP-IN e membro da CA das ORTs do SEE, os trabalhadores deste sector, que inclui as maiores empresas do País, levaram a cabo no dia 2, em frente à sede da RTP, na Avenida 5 de Outubro, em Lisboa, um debate acerca das nacionalizações que a televisão, contactada para o efeito em Fevereiro, se recusou a aceitar. A iniciativa integrada na defesa daquela formação económica constitucional, que o Governo ataca pela raiz, foi ao mesmo tempo um alerta e um protesto contra a campanha de desinformação com a qual as direcções da comunicação social «feitas» com o Governo pretendem tapar as traficâncias e as especulações ilegais.

### Gestores «actuam sem escrúpulos na defesa de interesses privados»

Reunido anteontem, o plenário nacional de ORTs dos Transportes aprovou uma resolução afirmando que os gestores das empresas do ramo pertencentes ao SEE «actuam sem escrúpulos na defesa de interesses privados», enquanto que os trabalhadores «são ostensivamente marginalizados da gestão e da vida das empresas», como se comprova pela não tomada de posse dos gestores eleitos segundo a lei. A resolução, que recorda o encerramento da CTM e CNN (empresas nacionalizadas da marinha mercante), o encerramento de estações e ramais da CP e a supressão de carreiras da RN, foi entregue na Secretaria de Estado dos Transportes e da Marinha Mercante, na Presidência da República e na Assembleia da República. O plenário, que reuniu representantes dos trabalhadores dos vários ramos de actividade dos transportes, protesta veementemente contra a suspensão de contratos colectivos de trabalho, contra as ameaças de desemprego, os despedimentos, as reformas compulsivas, o encerramento de empresas, a desanexação dos seus sectores rentáveis. Exigindo a demissão do Governo, a resolução afirma que o plenário das ORTs dos Transportes decidiu «lutar contra o projecto de decreto-regulamentar, através de acções que os trabalhadores de cada empresa afectada considerem mais adequadas, incluindo a greve». Foi apoiada a Jornada de Luta promovida pelo movimento sindical unitário e anunciada para os dias 18 e 19 do corrente.

*Pormenor do encontro na rua, dia 2 frente à RTP*

# Lutas e tarefas

● **Marcado Congresso dos professores** — A Federação Nacional dos Professores (FENPROF) acaba de marcar para Maio do próximo ano o seu I Congresso. Outras iniciativas foram agendadas para breve. Em 2 e 3 de Maio próxio decorre um encontro sobre **«O Papel do Ensino Superior na Formação dos Professores»**. Ainda este ano, em Novembro, efectua-se a **I Conferência Nacional do Ensino Primário.** O secretariado nacional da FENPROF realça entretanto, a importância das **próximas eleições** para os corpos gerentes dos Sindicatos dos Professores da Zona Norte, Região Centro, Grande Lisboa, Zona Sul e Açores. Realizam-se todas no mês que vem.

● **Tribunal de Opinião Pública** — Depois de amanhã, dia 13, reúne-se na Faculdade de Economia do Porto um Tribunal de Opinião Pública sobre salários em atraso. Organizado pela União dos Sindicatos do Porto, o colectivo incluirá um júri e acusadores públicos. Participam personalidades prestigiadas e de reconhecida idoneidade. O principal objectivo é estudar a situação, condenando em público a prática dos salários em atraso e os responsáveis por essa ilegalidade escandalosa que, segundo o movimento sindical, atingiu, em 1984, «mais de 200 mil trabalhadores em cerca de mil empresas» por todo o País. No distrito do Porto foram afectados 29 mil trabalhadores de 180 empresas, no ano findo.

● **Nacionalização da Siderurgia Nacional** — A Siderurgia Nacional comemora no próximo dia 15 dez anos de nacionalização. O programa da responsabilidade das organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) inclui um plenário geral comemorativo, que começa às 16 horas do dia 15, em Paio Pires. O programa elaborado por uma comissão organizadora abrange também a fábrica da Maia (Porto) e inicia-se no próximo sábado com um almoço de confraternização às 12 e 30 na Areosa (Maia). Seguidamente haverá provas desportivas, incluindo uma mini-maratona no domingo, com partida do Porto, e um jantar-convívio em Paio Pires. As ORTs da fábrica do Seixal anunciam como convidados a Intersindical Nacional, a Câmara Municipal do Seixal, a Associação 25 de Abril e o general Vasco Gonçalves. «A nacionalização da Siderurgia — afirmam as ORTs no programa — é a garantia dos postos de trabalho, do futuro da empresa e do pão dos nossos filhos». Comemorar «a nacionalização da Siderurgia é perpetuar uma das grandes conquistas dos trabalhadores depois da Revolução de Abril»

● **Magistrados anunciam greve para 8 de Maio** — Depois de um referendo de que resultou uma acusação generalizada contra a «absoluta indiferença do Poder» para com as reivindicações dos magistrados do Ministério Público (incluindo uma «revisão salarial adequada, com respeito absoluto pelo paralelismo das magistraturas») uma reunião plenária da direcção do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público marcou uma greve para 8 de Maio próximo destinada a protestar contra a falta de resolução dos problemas da classe.

● **Êxito dos pescadores de Olhão** — Pescadores algarvios do ramo artesanal regressaram ao mar, após obterem a garantia de maior flexibilidade na fiscalização das artes de pesca. O êxito deveu-se a um protesto em unidade que, depois de um bloqueio simbólico de três horas na doca de Olhão, conduziu a negociações, cujos resultados foram ratificados em plenário de 26 de Março, voltando os pescadores ao trabalho, vigilantes e dipostos a regressar à luta, em caso de necessidade.

● **Vitória da unidade nos Transportes** — Tomaram posse ontem os novos corpos gerentes do **Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro** que, nas eleições efectuadas em 28, 29 e 30 de Março obtiveram 3146 votos, 97,27 por cento do total de votantes (3234). Num comunicado do dia 2, a direcção cessante refere que a votação em lista única registou uma participação de 31,25 por cento dos sócios com direito a voto. Os votos em branco foram 80 (2,47%); os nulos 8 (0,24%). Com sede em Lisboa, o Sindicato passa a ser gerido por 15 trabalhadores da RN, 4 da Carris, 1 da Camionagem Rosa de Ouro, 1 da Avis, 1 da Mafrense, 1 da Ucal, 1 da Fábrica Mendes Godinho, 1 da Transportadora Lusitância, 1 da Transfec, 1 dos Transportes Fundão e 1 da Betopal.

● **MDF: nenhuma garantia** — A comissão de trabalhadores (CT) da Metalúrgica Duarte Ferreira, depois de uma reunião em 26 de Março findo com a administração da empresa, conclui que «nenhum trabalhador tem a garantia quanto ao seu futuro, visto que nada nos foi garantido de concreto (pela administração) a esse respeito». A CT, que emitiu um comunicado no Tramagal, em Lisboa e no Porto, acrescentou sobre este ponto: «A administração apenas sabe que ao fim de seis meses terá que demonstrar ao Governo que as várias unidades produtivas são viáveis por si próprias». Reafirmando que «a luta não terminou» — designadamente contra os 400 e 600 despedimentos, suspensão de várias cláusulas do CCTV (contrato), reformas antecipadas, etc. — a CT apela à **«intervenção consciente de todos os trabalhadores e suas organizações representativas»** na luta pelas salvação da MDF, colocada, como se sabe, em «situação económica difícil», por resolução do Governo publicada no «Diário da República» em 7 de Março findo, com geral repúdio das ORTs da empresa pertencente ao capital privado.

● **Movimentação dos sindicatos agrícolas** — A grave situação no sector agrícola dos distritos do Porto, Vila Real e Viseu foi motivo de diligências dos representantes sindicais dos trabalhadores agrícolas junto das autarquias de Penafiel, Felgueiras, Amarante, Paredes, São João da Pesqueira, Régua, Lamego, Alijó, Sabrosa, Mesão Frio e Santa Marta. Destaca-se entre os motivos imediatos desta movimentação sindical no Norte e Centro do País a extensão a essas regiões do contrato colectivo (CCT) de Beja. O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora anunciava, entretanto, uma greve para o próximo dia 20.

# Mulheres
# Encontro em Faro

Um Encontro Distrital de Mulheres Trabalhadoras decorre no próximo domingo em Faro. Destinada a discutir, entre outros temas, o direito ao trabalho e as suas condições; formação profissional; discriminação e repressão; organização sindical; e o papel da mulher na luta por melhores condições de vida e pela paz, a iniciativa pertence ao departamento de mulheres da União dos Sindicatos do Distrito de Faro.

### Acções de luta em Aveiro

Um plenário anunciado para amanhã, que reunirá os activistas sindicais do distrito no Estúdio 2002 em Aveiro, antecede uma série de acções de luta entre 15 e 20 do corrente, que incluem plenários de empresa, concentrações, acções de esclarecimento e plenários de empresa. A comissão executiva da União dos Sindicatos de Aveiro convocou, entretanto, uma reunião das organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) de empresas com salários em atraso. Será efectuado também um levantamento do estado actual da sindicalização, quotização e organização a nível distrital. A União dos Sindicatos anuncia, entre outras acções, a participação na Conferência da Mulher Trabalhadora.

### Iniciativas das mulheres em Évora e Leiria

Além do plenário de dirigentes e activistas sindicais (em Setúbal, hoje) de entre os seis encontros e seminários do movimento sindical em vários pontos do País integrados na preparação da 2.ª Conferência Nacional da Mulher Trabalhadora (18 de Maio), refira-se ainda a realização amanhã do **Encontro de Mulheres do Distrito de Évora** e o **Seminário sobre a Mulher Trabalhadora**, anunciado para o próximo sábado em Leiria.

**Poder local**

# Os «TIR» também se habitam

Um terreno, no Bairro da Quinta José Alvalade, em Lisboa, foi vendido por 200 contos pela Câmara Municipal ao «Sporting Club de Portugal», para que ali se construa uma aldeia olímpica — obra que este clube entregou ao empreiteiro Elídio Monteiro.
E as obras já começaram, abrindo com a expulsão de quatro famílias ali residentes, coercivamente enfiadas em três contentores tipo TIR, com a colaboração prestimosa da Polícia Municipal. Só que a venda do terreno concretizou-se na condição de, no mesmo local, serem garantidas às famílias residentes casas condignas, que o SCP se responsabilizaria a construir, no contrato (que, segundo o presidente Abecasis, ainda não foi assinado, apesar de aprovado na Câmara).
A denúncia de mais esta arbitrariedade a coberto da CML foi feita pela APU em sessão da Câmara. Quanto ao problema, esse veio a lume através de uma nota da Comissão de Freguesia do Lumiar do PCP, pondo-se ao lado dos moradores desalojados (e a desalojar) por este projecto «olímpico-municipal»...

Os três contentores entretanto utilizados para «alojar» as quatro famílias, pese a «cara lavada» que ostentam para quem os veja de fora, têm o seguinte «aproveitamento espacial»: numa área de 8x2,40m habitam quatro pessoas; noutra de 6x2,40 habitam três (uma delas criança e estando uma senhora grávida); na última, de 8x4,70, habitam 10 pessoas, entre elas quatro crianças.

Tudo em contentores — não é demais recordar. Sem água, sem luz, sem saneamento básico.

Tudo ao arrepio do que ficou previsto no contrato (que afinal não está ainda assinado, apesar de aprovado).

Tudo a coberto da Câmara Municipal de Lisboa, que cedeu o terreno, fez o negócio, avançou com a polícia e deu cobertura ao desalojamento em tais condições.

É claro que Abecasis deu resposta à interpelação do vereador da APU, Silva Graça, quando este colocou o problema em sessão de Câmara: prometeu que iria «ver o assunto», dado que, «de facto, esta solução não corresponde ao contrato elaborado».

Mas quem está a ver bem de mais a trampolinice é a população local e a sua comissão de moradores que, no passado dia 23 de Março, se reuniram em plenário bastante participado para definirem que iriam levar à CML as suas preocupações e exigir o cumprimento do contrato pois, segundo opiniões amplamente convergentes, «este poderá representar o primeiro passo para a forma como pretendem tratar as mais de 240 barracas ou casas existentes no bairro, e que, segundo o projecto da Aldeia Olímpica, a maioria é para ir abaixo».

Na opinião da Comissão de Freguesia do PCP do Lumiar, «este tratamento, indigno do Portugal de Abril e dos direitos das populações, acontece porque na verdade a política do Governo PS/PSD é propícia aos abusos e ao aumento da miséria e, por outro lado, a gestão CDS/PSD, da Câmara, com a normal conivência do PS, dá cobertura a acções do género, nomeadamente com a utilização da polícia municipal para coagir as populações a acederem aos ditames, neste caso do SCP e do seu empreiteiro, para a execução dos seus empreendimentos».

Finalmente, após garantir que prosseguirá na denúncia destas situações e na sua luta ao lado das populações atingidas, a Comissão de Freguesia do Lumiar do PCP considera que a defesa dos direitos, liberdades e garantias do Portugal de Abril passa «por uma nova política e um novo governo e por se pôr cobro à gestão ruinosa, corrupta e incompetente que existe neste momento na CML».

*Quatro famílias enfiadas em contentores «TIR» para dar lugar à «aldeia olímpica» do Sporting, com a cobertura da CML de Abecasis. Os moradores estão em polvorosa e têm razão para isso: a seguir a estas quatro famílias, outras se seguirão...*

# Abuso do poder e ilegalidades

A propósito da destituição recente do tesoureiro da Junta de Freguesia de Estombar — concelho de Lagoa —, um eleito da APU sobre quem recaiu uma ilegal declaração de perda de mandato por parte da Assembleia de Freguesia, a Aliança Povo Unido de Faro distribuiu uma nota à imprensa na qual acusa a dita AF de haver criado «uma situação de monstruosa ilegalidade» e de ter conduzido a um impasse o funcionamento dos órgãos de Poder Local daquela Freguesia.

«De facto», afirma a nota da APU de Faro, «os eleitos do PS, PSD e CDS, sem que alguma vez tivessem posto em causa a actividade do tesoureiro e na ausência de qualquer inquérito, inspecção ou sindicância incorreram num descarado abuso de poder com o objectivo de retirar o cargo de tesoureiro ao eleito da APU impedindo este de trabalhar. Face a esta situação, os eleitos da Aliança Povo Unido recusaram-se acatar tal ilegalidade que, para além disso, encerra inqualificáveis propósitos difamadores e provocadores.»

«Estas atitudes», salienta a nota referindo-se aos eleitos do PS, PSD e CDS, «que envolvem uma clara partidarização dos órgãos autárquicos transformando-os em secções de propaganda dos seus partidos, como é exemplo o conteúdo de um comunicado emitido em nome da Junta e da Assembleia de Freguesia de Estombar, merecem da generalidade da população total repulsa e reprovação, tal é a baixa manobra política e a difamação, calúnia e provocação dos eleitos do PS, PSD e CDS contra a APU, o PCP e o tesoureiro da Junta, Fernando Vicente, eleito da APU.»

«Por outro lado, não deixa de ser estranho que o Governador Civil de Faro, depois de informado e solicitado a intervir no sentido de contribuir para a reposição da legalidade, se tenha escudado atrás de *dossier* (...) sobre a situação, pretexto para não fazer coisa nehuma e certamente para evitar dar razão à APU. Com tal posição, o Governador Civil assume-se objectivamente como conivente com a perpetuação desta ilegalidade e abuso de poder.»

«A APU», termina a nota de imprensa, «continuará a trabalhar e a lutar pelo restabelecimento do normal funcionamento e da actividade dos órgãos da Freguesia, normalidade e legalidade que passam pelo assumir das funções do tesoureiro legalmente eleito, continuará a trabalhar para servir a população.»

# Encontro APU da região do Porto

Promovido pela Aliança Povo Unido, realiza-se no próximo domingo, dia 14, às 15 horas, na Escola Secundária de Penafiel, um Encontro onde vão reunir-se eleitos, activistas e simpatizantes da APU dos oito concelhos do interior do distrito do Porto.

O Encontro fará um balanço das carências das populações, da política seguida pelas outras forças políticas nas autarquias da região e apontará alternativas para uma política de desenvolvimento.

Os problemas da região e o trabalho futuro na perspectiva das próximas eleições autárquicas serão ainda pontos a abordar neste Encontro.

## Um presidente mudo

O presidente da Junta de Freguesia de Benfica não quer falar da gestão do executivo na Assembleia de Freguesia, acusa a APU de Benfica em nota divulgada à imprensa na passada semana.

Recordando que a Junta se colocou em situação ilegal, pois não existem ainda Plano e Orçamento aprovados, o que deveria ter sido levado a cabo em Dezembro do ano passado, a nota da APU torna público que, nas duas assembleias realizadas em Março, convocadas para a discussão e votação daqueles documentos, o presidente da Junta, do PSD, «fez constar, com antecedência, que não participaria nestas sessões, invocando outros afazeres».

«Estas justificações», sublinha a nota, «deverão ser consideradas inaceitáveis, sabendo-se que o verdadeiro motivo é a falta de coragem do presidente da Junta em enfrentar a Assembleia de Freguesia, devido à inconsistência das suas posições e por não ter respostas para dar à Assembleia sobre os problemas de gestão da Junta.»

«Perante esta situação, a APU decidiu não participar na discussão do Plano e do Orçamento sem que o presidente da Junta esteja presente, por não existirem garantias, pela situação descrita, que haja vontade do presidente e da maioria do executivo em discutir democraticamente o Plano e o Orçamento.»

## Exorbitâncias em Oeiras

«Mensalidades exorbitantes que não foram aprovadas por ninguém», mas decididas pelo executivo da Junta de Freguesia de Oeiras a aplicar nos infantários, foram denunciadas por vogais da APU daquele órgão autárquico. Os eleitos da APU sublinharam que esses aumentos, já contestados pelos pais das 180 crianças dos quatro infantários a que se referem, haviam sido revogados em Assembleia de Freguesia no passado dia 4 de Janeiro que aprovara então aumentos muito inferiores. Os aumentos decididos são da ordem dos 150 por cento e essa decisão do executivo da Junta já vem de Setembro do ano passado. Na origem do diferendo que opõe os eleitos da APU e a maioria AD/PS está o cálculo do rendimento *per capita* que está na base do cálculo dos aumentos, considerando os elementos do executivo que nesse cálculo devem entrar não apenas os salários mas também os subsídios de férias e outros benefícios sociais.

## Mesquita perde apoios

A recente e ilegal decisão do executivo de maioria PS da Câmara Municipal de Braga, presidida por Mesquita Machado que proibira a colocação de faixas de propaganda sindical e interditara aos partidos – quer dizer, ao PCP – a utilização do Parque de Exposições, visando afinal a Festa da Alegria, recebeu agora uma antêntica «machadada».

Com efeito, a Assembleia de Freguesia de Lomar – concelho de Braga –, aprovou uma moção de repúdio pela atitude da Câmara. A moção, da iniciativa da APU, recolheu não apenas os votos dos dois eleitos do Povo Unido mas também de três elementos do Partido Socialista e de dois da «AD». Os outros abstiveram-se (3 PS e 3 «AD»). A moção sublinha que as posições da Câmara «em nada dignificam o povo do concelho de Braga» e exige que seja reposta a legalidade.

## As más contas do Governo

Está suspensa uma obra de habitação social na Damaia de Baixo porque o Instituto Nacional de Habitação ainda não desbloqueou a verba de 11 500 contos para o empreiteiro (o que devia ter feito até 28 de Fevereiro passado), virando-se este para a Câmara da Amadora, confessando-se em situação dramática e sem condições para prosseguir o trabalho. Só que a Câmara Municipal da Amadora não tem nada a ver com a situação, já que esta (e a sua ruptura) resultam de esquema de financiamento imposto pelo INH, cujo consiste no pagamento **directo**, por parte deste, dos trabalhos realizados, escusando-se assim ao antigo esquema de financiamento das obras às Câmaras.

O resultado está à vista. É que este Governo, além de obsessivamente centralizador, é de muito más contas...

Internacional

## URSS: moratória unilateral

# EUA: não à Paz

A batalha entre o futuro de Paz, o único possível, e os que promovem a corrida aos armamentos, desenvolve-se no dia-a-dia, faz parte do nosso quotidiano. Mas nem sempre as posições surgem com a clareza dos princípios que as ditam. Por isso se torna tão importante agarrar nos momentos em que essa clareza ressalta de tal forma, que só fechando voluntariamente os olhos se pode ignorá-la. Aconteceu neste fim de Páscoa.

A União Soviética, pela voz do seu dirigente, Mikhail Gorbatchev, anunciou uma **moratória unilateral** até Novembro na implantação de novos sistemas de mísseis balísticos de médio alcance, assinalando que o futuro da moratória depende de os EUA pararem ou não «a instalação de mísseis de alcance intermédio na Europa».

As razões da proposta não podem oferecer dúvidas e inserem-se na própria lógica da política desde sempre desenvolvida pela URSS.

No anúncio da moratória unilateral, reafirma-se a vontade de diálogo e sublinha-se a premência de «acordos reais de desarmamento».

Esta decisão, conforme salientou um porta-voz da SIP do PCP, «constitui uma importante iniciativa que vem no seguimento dos permanentes esforços do PCUS e do estado soviético em defesa da paz mundial e do afastamento dos perigos e ameaças que podem conduzir a humanidade a uma hecatombe nuclear».

A posição dos Estados Unidos não foi menos clara e inequívoca. Os monopólios norte-americanos (que não o povo norte-americano), pela voz do seu presidente, Reagan, foram prontos na resposta. Não se cingiram sequer ao rotineiro «vamos analisar o assunto». Disseram NÃO.

Para esse NÃO podem-se invocar sempre velhas e estafadas falsas razões. Mas não é preciso procurarmos longe, não é preciso citar tão pouco as forças da paz, para obtermos a verdadeira resposta. Um exemplo apenas: em 1983 o «**Foreign Affairs**» constactava: **«A política de Reagan não oferece aos dirigentes soviéticos mais que a escolha entre confrontação e capitulação (...) A política externa dos Estados Unidos não passa de um instrumento destinado a criar as melhores condições de uma inevitável guerra entre o Leste e o Ocidente.»**

Em síntese: uma política baseada na chantagem, uma política baseada na linguagem da força. Que conta com os aliados (e instrumentos) com que seria lógico contar. Mas que gere também contradições que será incapaz de superar.

### Que «aliados»?

● São conhecidas as justamente célebres declarações de Reagan em que o presidente dos monopólios dos EUA se atreveu a comparar o bando de terroristas e assassinos que combate o povo e o poder popular da Nicarágua, **os «contra»**, com os patriotas resistentes que na Europa dominada pelo nazismo se bateram contra as tropas de Hitler. Para eles se reivindica hoje ao Congresso uma verba de 14 milhões de dólares — uma ninharia segundo Reagan. E o auxílio aos terroristas baseia-se, nomeadamente, num significativo argumento: a não aprovação de tal verba seria «um sinal de que o maior poder do mundo é incapaz de defender a sua retaguarda da agressão comunista»! Uns aliados bem á medida dos objectivos e da prática política do imperialismo.

● Para o exercício fiscal com início em Outubro próximo, Reagan pediu créditos para a **Turquia** no montante de 939 milhões de dólares, dos quais 785 oficialmente para fins militares. No encontro havido com o ditador turco, na Casa Branca, o presidente norte-americano declarou a sua determinação em manter «níveis elevados de apoio militar», realçando que «as nossas relações de segurança multilateral e a nossa cooperação militar bilateral são hoje mais importantes que nunca».

O actual regime turco, imposto por um golpe que contou com o apoio da NATO, destaca-se pela perseguição e assassinato a sindicalistas, comunistas e todas as forças progressistas turcas. Portanto, outro digno aliado de Washington.

● A semana passada, foi oficialmente proposto pelos Estados Unidos a **Israel** a participação no programa de investigações da «iniciativa de defesa estratégica» (IDS), ou seja, na corrida aos armamentos do Espaço. A proposta era assinada pelo secretário norte-americano da Defesa, Weinberger. Do que é a política abertamente terrorista de Israel sabem-no demais e da forma mais dramática, os povos libanês e palestiniano. Pelo que não espanta a mão estendida de Washington também num domínio que põe na ordem do dia, já não «apenas» o genocídio de povos, mas de toda a humanidade.

Na RFA, o chefe do grupo parlamentar social-cristão, Theo Waigel, acusou os sociais-democratas de «levarem a cabo uma escalada de **anti-americanismo**», pela sua oposição à participação da RFA no programa norte-americano de corrida às armas no espaço. O argumento, se argumento se pode chamar, lembra perigosamente as «razões» típicas de perseguição a forças, quaisquer forças, que se oponham ao livre desenvolvimento de políticas reaccionárias, exactamente nas fases mais agudas de luta de classes.

E na verdade é disso que se trata.

### Solidariedade de classe tem brechas

Por isso mesmo, enquanto centenas de milhares de pessoas se voltam a manifestar nas ruas das cidades da Bélgica, da Austrália ou de Espanha, os governos e as forças políticas burguesas da Europa da NATO, balanceiam entre a solidariedade de classe e os perigos que um alinhamento claro com Washington acarreta para a própria estabilidade sócio-política dos seus países.

Mandatários de Washington batem porta-à-porta pela Europa capitalista, dão prazos, usam de chantagem para garantir a participação (também nos custos...) do capital europeu na «guerra das estrelas». O presidente da Comissão Europeia (órgão executivo da CEE), o francês Jacques Delors defende a participação colectiva em tal projecto de escalada militar.

Mas as fissuras surgem: na CEE, nos governos da RFA e da Grã-Bretanha, em Paris.

O que no fundo é mais um indício a confirmar a certeza que o futuro está nas mãos de todos nós. Que a era em que a política internacional era defenida nos gabinetes do grande capital está definitivamente ultrapassada.

## A única perspectiva possível

O diário conservador «Die Welt» citou declarações do chanceler oeste-alemão Helmut Kolh, segundo as quais o governo de Bona estaria interessado na participação na «guerra das estrelas», mantendo reservas embora, por não poder ignorar as **vantagens tecnológicas** para a indústria da RFA...

Infelizmente o argumento nem sequer é exclusivo do dirigente da RFA. Também aqui em Portugal, por exemplo, se fala dos benefícios científicos e tecnológicos que a NATO e os Estados Unidos trariam ao nosso país, via militar.

A tanto leva a cegueira de classe! Longe vão os tempos em que a discussão académica sobre independência da ciência em relação à política era ainda possível...

Hoje a perspectiva é bem outra. Hoje as somas alucinantes gastas na corrida aos armamentos são simultaneamente um desperdício e um imenso perigo, pois ocorrem numa situação «em que as realizações da ciência, o potencial produtivo da humanidade poderiam, se bem utilizados, trazer benesses imensas e, principalmente, afastariam a ameaça de uma catástrofe, cada vez mais próxima à medida que cresce a corrida aos armamentos». São palavras de Gromiko, ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, no encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá. Palavras afirmadas, em todas as línguas, por todos os sectores simplesmente realistas. Porque traduzem a única palavra humanamente possível hoje. A que significativamente os representantes do capital andam alheios.

*A repressão não consegue evitar os protestos populares na África do Sul*

## ÁFRICA DO SUL

# A explosão iminente

**Se não for posto fim ao sistema de *apartheid* e às acções de repressão contra os negros, toda a África do Sul acabará por ser arrastada para um verdadeiro «banho de sangue». Eu costumava dizer: «faltam menos de cinco minutos para a explosão». Agora, depois de analisada mais uma vez a situação da RAS, estou convencido de que falta somente um minuto para a explosão.**

As palavras do arcebispo Desmond Tutu, secretário-geral do Conselho das Igrejas da República da África do Sul e Prémio Nobel da Paz 1984, em recente entrevista em Dar-es-Salam, exprimem bem a dramática situação que se vive no país, onde o número de negros assassinados pela polícia aumenta todos os dias.

Os dias sangrentos dos massacres de Soweto nunca estiveram tão próximos e ao mesmo tempo tão distantes. Porque se é verdade que a fúria assassina dos racistas não mudou, não é menos verdade que ela hoje já não consegue impedir a revolta da imensa maioria negra sul-africana.

Pois é de revolta que se trata. Uma revolta que começou contra as condições de vida sub-humanas, os aumentos das rendas de casa (tugúrios a que só abusivamente se pode dar tal nome), de bens essenciais, mas que gradualmente se transformou para assumir um carácter abertamente político. A revolta de um povo que vive escravizado por uma pequena minoria branca no seu próprio país.

As manifestações e confrontos com a polícia e o exército sucedem-se a um ritmo crescente. Hoje em Port Elisabeth como ontem nas minas de ouro e de carvão; hoje no enterro das vítimas tombadas na manifestação de ontem e amanhã na manifestação de protesto contra os assassínios cometidos ontem... Quer tenham sido 19 os mortos, como afirmou a polícia racista na sequência dos massacres do passado dia 21, ou os 70 referidos pela Frente Democrática Unida (organização que agrupa setecentas formações anti-*apartheid*), os massacres do mês de Março e os que se vêm registando desde o princípio do mês não dão lugar a interpretações muito diferentes da do arcebispo Desmond Tutu.

Nem os próprios EUA podem deixar de ponderar a política de «empenhamento construtivo» até agora seguida pela administração Reagan, como capa do incondicional apoio de Washington a Pretória. Porque, como afirmava o «New York Times», **já não é possível continuar a dizer a sério que o presidente Botha e o seu governo se preparam para pôr fim ao *apartheid* e precisam apenas de um pequeno encorajamento. Eles mostraram, decididamente, que não aceitam mudanças no sistema de supremacia branca.**

*O chefe de Estado racista, Pieter Botha, recebido por Mário Soares e Mota Pinto quando visitou Lisboa em Maio do ano passado*

A consciência da impossibilidade de manter, pelo menos publicamente, o apoio a Pretória, quando o número de negros mortos pelas autoridades racistas não pára de aumentar, levou o Senado dos EUA a tomar uma decisão porventura inédita: a condenação da África do Sul acompanhada de um pedido de inquérito sobre os massacres na região de Port Elizabeth, no passado dia 21 de Março, a levar a cabo pela administração norte-americana.

Não se trata de uma decisão com carácter vinculativo, repare-se, mas nem por isso deixa de ter o seu peso, sobretudo quando se discute a participação dos investimentos norte-americanos na África do Sul, que ascendem a mais de 10 biliões de dólares, e quando as manifestações anti-*apartheid* nos Estados Unidos ganham cada vez mais adeptos.

O papel que os EUA podem desempenhar na África do Sul, através da pressão económica, é, de resto, reconhecido publicamente pelas grandes associações industriais e comerciais sul-africanas que, no mês passado, temendo as consequências da violência de Estado que assola o país, pediram a Botha que proceda a reformas políticas no que se refere aos direitos dos negros, pois consideram que **progressos visíveis nesse sentido não deixariam de ter repercussões positivas na opinião pública no estrangeiro e sobretudo no debate sobre desinvestimentos neste momento em curso nos Estados Unidos.**

Um boicote económico efectivo à África do Sul seria sem dúvida mortal para o *apartheid*; sem ele, mais lenta, mais sangrenta mas nem por isso menos vitoriosa, será a luta libertadora do povo sul-africano.

São cada vez mais os que apoiam essa luta, iniciada há muito anos pelo Congresso Nacional Africano (ANC), que tem em Nelson Mandela, condenado a prisão perpétua pelo regime de Pretória, o seu símbolo vivo.

**É possível**, disse Desmond Tutu, **que eu seja um idealista ingénuo, mas não sou, de forma nenhuma, um pacifista de cartilha e, portanto, apoio os ideiais do Congresso Nacional Africano da África do Sul, organização proibida pelas autoridades oficiais. O objectivo de toda a minha vida é conseguir que os meus irmãos negros sejam libertados da sua condição de «cidadãos de segunda categoria» que têm de suportar no seu próprio país.**

Quantos não repetem hoje as suas palavras?

## DINAMARCA e GRÃ-BRETANHA

# Episódios da luta de classes

Importantes greves nos mais diversos sectores da vida económica praticamente paralisaram a Dinamarca. Copenhague viveu uma das maiores manifestações dos últimos anos. Estamos perante um imenso protesto popular nacional contra as «leis de emergência» que simultaneamente limitam a 2 e 1,5 por cento os aumentos salariais este ano e no próximo e suspendem até ao fim de 1986 o direito à greve. Considerado ilegal, o movimento grevístico manifestou-se em todo o país.

Também na Grã-Bretanha onde há bem pouco terminou a greve dos mineiros, uma das maiores greves do movimento operário britânico que se ergueu como importante obstáculo à política económica e à política repressiva (visando a liquidação dos sindicatos) do governo de Thatcher, prosseguem as lutas dos trabalhadores. Em Londres, trabalhadores dos serviços públicos dos transportes, vindos de todo o país, manifestaram-se contra a nova lei do governo conservador, que favorece o transporte privado.

A Dinamarca e a Grã-Bretanha são dois exemplos importantes e actuais. Mas apenas dois exemplos — testemunho de uma realidade que em termos gerais é comum ao conjunto dos países capitalistas desenvolvidos. Uma política económica claramente anti-popular, que se acompanha (nomeadamente pela utilização do flagelo do desemprego) de uma grande ofensiva contra os direitos conquistados pelos trabalhadores, e em particular contra a organização sindical.

Alguns números podem ajudar-nos a materializar o que significa a **política económica do capital**, hoje.

Nos **Estados Unidos**, e segundo dados da AFL-CIO, o salário real dos operários diminuiu (em comparação a 1977), cerca de 14,3%. Em quatro anos, de 1978 a 1982, a média de receitas das famílias brancas sofreu uma diminuição de 9%, e a das famílias afro-americanas, de 16%. Entretanto, nos últimos três anos, os lucros das grandes multinacionais aumentaram em mais de 100% e a taxa de lucro elevou-se de 12% para 19%.

Na **RFA**, entre 1979 e 1983, a diminuição, em média, da capacidade do poder de compra dos operários e empregados, foi de 3 mil marcos. Para os não assalariados (o que se refere em particular ao patronato), registou-se um incremento do poder de compra da ordem dos 24 mil marcos.

Estes os números — e números referentes a países capitalistas que se distinguem pelo grau de desenvolvimento. Números que bem se coadunam com a teoria económica do capital. De acordo com o **«Relatório 1984» do Banco de Contas Internacionais**, que agrupa os bancos centrais de vários países capitalistas europeus, EUA, Canadá e África do Sul, a «receita» para prevenir a recessão económica seria **«conseguir um aumento dos lucros, uma diminuição do preço do trabalho em relação ao valor do capital, uma maior flexibilidade no mercado do emprego e um ambiente mais favorável à iniciativa empresarial».**

E fora de dúvidas que esta receita está a ser criteriosamente aplicada. E que a sua aplicação obrigatoriamente implica repressão. Mas não é menos verdade que vem a esbarrar com uma assinalável resistência da classe operária e dos trabalhadores.

Quando começamos a falar de greves históricas ou das maiores manifestações dos últimos anos — isto tem algum significado. Reflecte o outro lado da realidade do mundo do capital — que não entra nos seus planos nem nos seus relatórios, ou se circunscreve a medidas e legislação repressiva — mas que irremediavelmente se afirma e constitui obstáculo decisivo aos planos elaborados nos escritórios das multinacionais. É muito simplesmente **a luta de classes.**

## SUDÃO

# Militares tomam o poder

O golpe de estado militar que no passado sábado derrubou o regime do presidente Gaafar Numeiry, do Sudão, não provocou grande surpresa mas está a suscitar uma compreensível expectativa tanto a nível interno como internacional.

A grave crise económica, política o social a que a ditadura de Numeiry conduziu o Sudão durante os dezasseis anos em que se manteve no poder, agudizada nos últimos dois anos com o recrudescimento da luta armada conduzida pelo Exército de Libertação Popular no sul do país e com a aplicação de medidas altamente restritivas impostas pelo FMI, que estiveram na origem de inúmeros motins populares na semana que antecedeu o golpe, fazia prever que algo poderia acontecer a qualquer momento. O golpe vitorioso de sábado, de que não há vítimas, culminou na verdade um longo período de repressão em que mais de duas dezenas de tentativas foram feitas para depôr Numeiry.

A questão que se coloca agora é a de saber quais os objectivos que se propõe o novo governo, presidido pelo general Abdul Raham Al-Dahab, comandante das Forças Armadas sudanesas e ex-ministro da Defesa de Numeiry, que liderou o golpe de estado.

Nomeado por Numeiry para a pasta da Defesa em 19 de Março, Abdul Al-Dahab é apresentado como sendo «eminentemente militar» e «sem ambições políticas», o que é manifestamente insuficiente para a formulação de qualquer tipo de juízo. Seria no entanto precipitado esquecer quer o facto

de ter dirigido até finais de 1984 as operações militares no sul do país contra a guerrilha do Exército de Libertação do Povo do Sudão, quer a proclamação feita no próprio sábado pelo seu movimento afirmando que **o exército colocou-se ao lado do povo e ficará provisoriamente no poder.**

O primeiro aspecto induz à conclusão de que Al-Dahab foi um dos pilares da ditadura de Numeiry; o segundo, que os militares sudaneses estão dispostos a responder às exigências populares de retorno à democracia. Há que dar tempo ao tempo para se poder ter ideias mais precisas quanto a este golpe de estado.

O que não impede, contudo, de se assinalar o que de positivo foi já feito no Sudão desde que os militares tomaram o poder. Como a libertação de 350 presos políticos; a dissolução da Agência Nacional de Segurança sudanesa (a polícia política) após os seus agentes serem desarmados pelo exército; a libertação de uma centena de pessoas presas na sequência de revoltas populares ocorridas a semana passada; o cessar-fogo no sul do país, proposto pelos guerrilheiros e aceite pelo novo governo; as promessas de **reformas baseadas na liberdade de expressão e nos direitos básicos dos indivíduos.**

De referir ainda que diversos membros do antigo governo estão a ser interrogados e que o comando-geral das Forças Armadas deu ordem para serem presas **todas as personalidades do antigo regime.**

O ex-ditador Numeiry, que se encontrava no Egipto aquando do golpe, no regresso de uma viagem aos Estados Unidos onde Reagan lhe manifestara uma vez mais o seu apoio, ficou no Cairo aceitando o asilo político que lhe foi oferecido pelo presidente Hosni Mubarak. O Egipto, que mantém desde longa data estreitos acordos económicos, políticos e militares com o Sudão, reconheceu no entanto o novo governo.

O futuro do Sudão, o mais extenso país de África, com 19 milhões de habitantes, vai depender em grande parte da forma como forem atacados os graves problemas económicos com que se debate, fruto da total submissão aos interesses do imperialismo norte-americano e da sua política de agressão.

O apoio popular manifestado aos militares que tomaram o poder não é incondicional. Se o derrube de Numeiry é motivo de júbilo para todos os sudaneses (e para todos os povos), as reivindicações populares vão mais longe. Passam pela defesa da soberania, pela independência, pelo retorno e consolidação da democracia, pela resolução dos problemas nacionais, pela convivência pacífica com os outros povos, em particular os vizinhos. Tudo, enfim, o que o regime de Numeiry não fez.

Trata-se de etapas que não serão fáceis de vencer mas pelas quais vale certamente a pena lutar. Pelo Sudão e por toda a África.

### Jornada de protesto no Chile

Convocado por todas as forças políticas e sociais que combatem a ditadura de Pinochet, realiza-se no dia 11 de Maio um «dia nacional de protesto pela vida», resposta do povo chileno à nova vaga de terror que se abate sobre o Chile.

A iniciativa, aprovada na sequência do bárbaro assassinato de que foram vítimas professores chilenos, entre os quais o dirigente da Associação dos professores do Chile, Manuel Guerrero, pretende deixar claro que a repressão não intimidará, antes fará aumentar a determinação popular para derrubar a ditadura.

Entretanto, o Secretariado Nacional da Federação Nacional dos Professores, Fenprof, expressou por telegrama a sua solidariedade aos professores do Chile, através da sua Associação e dirigiu ao governo chileno, através do embaixador creditado em Portugal, um veemente protesto pela feroz repressão desencadeada pela ditadura do general Pinochet sobre os professores, exigindo um inquérito sobre os trágicos acontecimentos e a reposição da legalidade e dos direitos humanos no Chile.

### Protesto do Afeganistão na ONU

Numa carta dirigida ao secretário-geral da ONU, posteriormente divulgada como documento da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança daquela organização, o governo do Afeganistão protestou contra a agressão paquistanesa de que vem sendo vítima.

Segundo a carta, as forças armadas paquistanesas usaram, nos últimos meses, lança-foguetes, morteiros e metralhadoras de grande calibre sobre povoados da região de Barikot, na província de Kunar, vitimando mulheres, crianças e velhos.

O documento, que exige das autoridades paquistanesas o termo imediato da sua agressão armada e ingerência que ameaçam a paz e a segurança na fronteira com o Afeganistão, condena severamente as acções agressivas das forças armadas paquistanesas, bem como o fornecimento de armas aos bandidos e a sua infiltração no território do Afeganistão para a prática de assassínios e actos subversivos.

# Suplemento

Avante!

Ano 53 – Série VII
N.º 589
11 de Abril de 1985
Suplemento n.º 153
Não pode ser vendido separadamente

# APOIAR A LUTA DOS HOMENS DO MAR

## Porto: Encontro Distrital na Póvoa do Varzim

Págs. 4/5

# BRASIL

Págs. 10/11

## A transição difícil para a democracia

# 40 ANOS DEPOIS

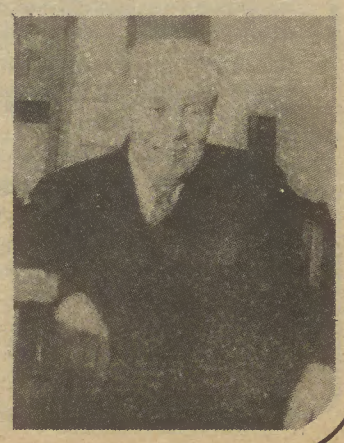
Págs. 12/13

# NEVES CORVO E A METALURGIA DO COBRE

Págs. 8/9

## *O homem de letras é um interventor no Mundo*

### Breve evocação de Aquilino Ribeiro



Pág. 14

# a Talhe de FOICE

## A euforia

O júbilo e a euforia são coisas verdadeiramente estranhas. É só olhar em torno e ver. Há sempre gente preparada para dar a volta à realidade e festejar a desgraça por ela não ter sido maior, por exemplo; quem, rodeando o defunto, acabe por beber à saúde dele e abusar do licor; quem festeje o facto de o seu clube ter perdido por um-zero e não por uma cabazada de dez secos. Quem perca, pois, a noção. Foi o que se passou em certos meios pendurados em redor do Governo, quando de Bruxelas caíam as notícias favoráveis à tão apregoada «adesão de Portugal à CEE». A euforia chegou a contagiar jornalistas que perderam aquele ar de frete, aquela voz amodorrada, aquela pena morosa que lhes conhecemos da TV, da Rádio, de certos jornais. A hora era de champanhe e, para os mais pobrezinhos, de tintol ou de bagaço. Seguindo o chefe da banda — que manda em quem pode e solicita a quem não domina —, de arquinho e balão lá foi a marcha festiva. Desconfiado, o Zé, ainda se perguntava se era desta, mas até alguns zés se deixaram contagiar e embandeiraram em arco, estranhando que outras marchas — essas na Europa mesmo — gritassem que não nos queriam lá com eles.

O soturno ministro dos impostos sorriu à TV. E deu conselhos, afirmando que eles já se justificam. O sorridente Primeiro anunciou que daqui a cinco anos ninguém vai reconhecer Portugal. Pudera! E alguns democratas, embora alertando para os perigos de cedências, lá foram à garrafeira, com um irreprimível espírito de aljubarrota a comandar-lhes os gestos. Pensariam (pensar?), sentiriam talvez confusamente que «lhes» tínhamos pregado uma grande partida. Pequeno-burgueses dos quatro costados, de raiz saloia e barrete enfiado até ao tornozelo, outros terão (porque não?) acreditado. Pois não é que tanta gente, afinal, acreditou nas cem promessas, quanto mais agora nesta que há quase dez anos anda a martelar no ouvido?

●

Mas porquê tal euforia das forças vivas da Nação?

Pensará o jovem que vai ao um-dois-três com a luminosa esperança de lhe sair um carro, pensará a dona de casa que segue o programa a sonhar no jeito que lhe faziam a arca frigorífica e a máquina de lavar, pensará o gerente bem enfarpelado que torce pelas aparelhagens hi-fi, pensarão todos estes — há quem já saiba da armadilha, felizmente —, que vai ficar agora tudo a preço de contrabando?

Não há a maneira «boa» de entrar na CEE, portanto. Mas há as más e as piores. E tudo indica que o constante esmolar à porta da Europa tem aberto a nesga da porta, do lado de onde sopram as correntes de ar. As negociações foram mesmo apelidadas na Conferência Nacional do PCP como «processo vergonhoso», na palavra de Carlos Brito. Mas isso são os comunistas a falar, dirá o eufórico comemorante, deitando mais champanhe na taça.

Então peguemos na palavra de alguém do outro lado do «espectro». Diz a CIP que houve nas negociações «cedências, muitas cedências, cedências a mais». E que seria «imperdoável que déssemos aos nossos vizinhos, nomeadamente nas pescas, aquilo que os países mais desenvolvidos da CEE se recusaram a dar». Mas isso são os grandes capitalistas a falar, e o que eles querem confessam-no abertamente: têm urgência em «alterações estruturais indispensáveis para que a entrada na CEE possa ser transformada de um fracasso numa alavanca de progresso nacional». Isto é, querem mais pressa no desmantelamento do sector empresarial do Estado, na revisão da legislação laboral, no enterramento de Abril.

O facto é que, de decisão política que é, a adesão só pode vir a beneficiar uns poucos neste país e uns tantos mais na CEE das grandes multinacionais. E, para guardar a conquista soarista, já se fala em «capacetes azuis» a patrulhar as águas portuguesas. Portugal a entrar na CEE? Não. A CEE a entrar em Portugal.

■ *L.M.*

■ *Octávio Teixeira*

# O Governo e a CEE

# Cedências económicas pagam os custos da manobra política

A operação política de adesão de Portugal à CEE conheceu nos últimos dias de Março passado novos desenvolvimentos. O Conselho Europeu e a delegação do Governo PS/PSD chegaram a acordo sobre o essencial dos «dossiers» que ainda se encontravam em aberto: Agricultura, Pescas, Questões Sociais e Questões Institucionais.

Mário Soares, quase como o sapo da história, inchou o mais que pôde, teve intervenção directa num telejornal, pretendeu de imediato um debate sobre a adesão (que ele próprio vem adiando desde o início de Dezembro), a ter lugar na Assembleia da República... no dia seguinte! Os deputados socialistas festejaram o acontecimento com champanhe («gente fina é outra coisa», e os novos vencimentos que se atribuiram dão para estas festarolas), tal como foi festejado pelo PSD e CDS, embora estes de forma mais camuflada por razões políticas conjunturais relacionadas com as candidaturas presidenciais. Alguns órgãos de informação, liderados pela RTP (pois claro), embandeiraram em arco, dando como certa a entrada de Portugal na CEE em 1 de Janeiro de 1986 e descobrindo que o País vai «beneficiar» de rios de dinheiro... que ninguém vê e eles não sabem explicar. Só o americano Alvin Toffler (que no momento se encontrava em Lisboa a embolsar 4 ou 5000 contos, do Orçamento do Estado, por uma-conferência-uma), talvez apanhado desprevenido, não ajudou muito à festa, considerando a CEE uma instituição... de segunda vaga.

## Os objectivos soaristas

Mas haverá razão para todo este regozijo, ou melhor, o povo português tem também razões para deitar foguetes? Certamente que não! Bem pelo contrário, os passos que foram dados em Março com vista à adesão, se bem que não sejam passos irreversivos nem definitivos, são de molde a aumentar as preocupações dos trabalhadores e do povo. Na verdade, e como desde o início o denunciou o PCP, a operação de adesão à CEE lançada por Mário Soares em Março de 1977 (pouco antes, e em ligação directa com a «contra revolução legislativa»,) é uma manobra fundamentalmente política. Hoje é mais clara a justeza dessa denúncia.

O argumento da adesão à CEE há anos que vem sendo utilizado para atacar a Constituição da República, para tentar destruir as conquistas da Revolução, para impedir o desenvolvimento independente de Portugal. A revisão da constituição económica é «exigida» com o pretexto da sua adequação ao regime económico da CEE, isto é, ao regime do capitalismo monopolista. A abertura da banca ao grande capital, as tentativas de desmantelamento da EPAC, da AGA da Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau, da Junta Nacional das Frutas, da Siderurgia Nacional, a «liberalização» crescente das importações e da fuga de capitais, etc., têm tido como argumento a adopção dos mecanismos e regras da CEE. Tal como é o pretexto da adaptação da legislação laboral portuguesa à legislação em vigor na CEE o argumento primeiro para o execrável pacote laboral que o Governo PS/PSD pretende aprovar.

É pelo facto de se tratar de uma manobra fundamental ou exclusivamente política que desde 1977 a preocupação dos diversos governos, a sua «prioridade das prioridades», foi sempre a da adesão à CEE o mais rapidamente possível, qualquer que fosse o preço a pagar pelo País e pelas camadas laboriosas do nosso povo. Recordem-se, por exemplo, o «periplo europeu» de Sá Carneiro e Freitas do Amaral em 1980, as declarações do ministro Álvaro Barreto no tempo do governo Balsemão (na quarta sessão ministerial CEE-Portugal em 18 de Maio de 1981), «preconizando a aceleração tão rápida quanto possível dos trabalhos a fim de que o tratado de adesão possa ser assinado no próximo ano» (1982), já que o seu governo «mantinha a data de 1/1/84 como data de adesão de Portugal à CEE». Essa preocupação única com a celeridade das negociações (das cedências da parte portuguesa) atingiu o auge com o Governo PS/PSD, transformando-se numa verdadeira obcecação para Mário Soares: primeiro foi a sua «ameaça» (de que todos se riram, nomeadamente a CEE) de alternativas à CEE se a adesão se não verificasse em 1/1/85. Depois essa data passou para 1/6/85. Em Dezembro de 1984 conseguiu, ridiculamente, transformar um documento intitulado «declaração conjunta» — que os espanhóis se recusaram a assinar — em «constatação de acordo» (o tal «constat d'accord» que nunca existiu, mas que órgãos de informação fiéis e servidores se encarregaram de divulgar e ampliar). Enfim, nos primeiros meses deste ano, foi o reforço do empenhamento de Mário Soares na aceleração das cedências gravosas da parte portuguesa nas negociações, e que conduziu aos «acordos» de 31 de Março.

Para Mário Soares não se trata apenas de amarrar e submeter Portugal à Europa dos monopólios e do desemprego. A aceleração das negociações é ainda um instrumento propagandístico a utilizar na sua campanha eleitoral para a Presidência da República, jogando com o desconhecimento de grande parte dos portugueses sobre os nefastos efeitos da eventual adesão e inundando-os com a mistificação canalizada pela RTP e outros órgãos de informação ao serviço dessa candidatura.

## Desastrosas consequências

Mas não é pelo facto de as realidades serem escamoteadas que elas deixam de existir. Não é pelo facto de a avestruz enterrar a cabeça na areia que deixa de estar sujeita ao tiro mortal do caçador. E as realidades neste caso são as desastrosas consequências económicas, e sociais, que resultarão para o País se a adesão se vier a verificar. As consequências que para Portugal adviriam, expressas na Conferência do PCP «Não ao Mercado Comum», realizada em 1980, mantém toda a sua actualidade.

Desde logo, entre os dez da CEE e os dois «candidatos» à adesão, Portugal é o país mais atrasado: o produto interno bruto por habitante é cerca de metade do da Grécia (o mais atrasado dos dez) e cerca de 40% do da Irlanda e Espanha. E a experiência concreta de 28 anos de vida da CEE, incluindo dois alargamentos, mostra que

as diferenças inter-regionais e inter-países sempre se têm agravado, isto é, que as regiões e os países mais atrasados têm vindo a atrasar-se cada vez mais em relação aos mais ricos e industrialmente mais desenvolvidos. Esta a realidade confirmada pela vida, que nenhuma palavrosa mistificação consegue alterar. Para além do mais, os resultados obtidos pela Grécia após a adesão são um exemplo do que aconteceria a Portugal e uma confirmação da análise das consequências que o PCP apresentou há cinco anos: aumento da inflação, diminuição do crescimento económico, agravamento dos défices externos e efeitos nefastos sobre as suas estruturas económicas.

Não é por acaso que o próprio Mário Soares vai já dizendo, sofisticamente, que os portugueses **só** sentirão os efeitos «positivos» da adesão quatro ou cinco anos depois da entrada, e que entre os chamados «apoios financeiros» da CEE a Portugal se inclui um **empréstimo** de mil milhões de ECU (cerca de 125 milhões de contos) nos primeiros seis anos, bem como outras «facilidades» de **crédito**. Isto é, desde já nos vão prometendo, afinal, o agravamento dos défices da balança comercial e de transacções correntes e o aumento da dívida externa. E tudo isto acompanhado da degradação da estrutura produtiva, do aumento do custo de vida e da transferência de parcelas da soberania nacional para a alçada das instituições comunitárias.

## Cedências e mais cedências

Não são ainda conhecidas em toda a sua extensão as cedências do Governo PS/PSD nas suas negociações com a CEE. Mas algumas já conhecidas são significativas:

● *Eliminação por Portugal, desde a data da adesão, dos direitos alfandegários aplicados a produtos industriais provenientes da CEE; assunção das «obrigações da CEE em relação a países terceiros no quadro dos acordos bilaterais em vigor e do sistema generalizado de preferências, o que implicará a abertura do mercado português à maior parte dos países em vias de desenvolvimento»; completa liberalização das importações, já que os boletins de registo teriam apenas fins estatísticos, devendo ser concedidos automaticamente num prazo de cinco dias, etc... Entretanto, as exportações de texteis portugueses continuariam a ser contingentadas, e as de concentrado de tomate, de conservas de sardinha acima de cinco mil toneladas (um terço das exportações actuais!), de conservas de atum e de cavala acima de mil toneladas (cerca de metade das exportações actuais), continuariam a pagar direitos alfandegários à entrada na CEE.*

● *Liberalização dos investimentos estrangeiros, até 375 mil contos por projecto de investimento. Isto no primeiro ano após a adesão, pois esse limite seria aumentado de 20% anualmente, e no quinto ano seria totalmente incontrolado.*

● *Liberalização, desde a data da adesão, da maior parte dos movimentos de capitais e todos os pagamentos correntes, com excepção das transferências relativas a viagens de turismo por um período de cinco anos.*

● *Aceitação do direito de opção da agência de aprovisionamento da comunidade europeia de energia atómica no que respeita ao urânio português (Portugal é o único exportador líquido de urânio na Europa capitalista).*

● *Obrigação de Portugal comprar à CEE pelo menos 15% dos cereais (mais caros), e não permissão de podermos produzir mais de 60 mil toneladas de açúcar de beterraba no continente (só a capacidade de produção que o Alqueva possibilita é bastante superior); limitação de importação de açúcar de cana com taxas reduzidas a 75 mil toneladas (cerca de um quarto da importação actual); limitação de produção garantida de girassol a 48 mil toneladas; congelamento dos preços de garantia à produção agrícola até serem igualizados aos que vigoram na CEE (mais baixos que os actualmente praticados em Portugal).*

● ***Renúncia** por Portugal à criação de zonas de interdição de pesca a barcos estrangeiros nos mares dos Açores e da Madeira; abertura da ZEE portuguesa, entre as 12 e as 200 milhas, a barcos estrangeiros «subordinada a um regime de controlo do esforço de pesca fixando o número máximo de navios autorizados a exercer a sua actividade em simultâneo», regime esse definido e controlado não por Portugal mas pela Comissão da CEE. Em contrapartida Portugal não teria acesso às águas comunitários pois não tem «direitos históricos» (não são reconhecidos os anteriores a 1977) e não há «vagas».*

Eis alguns poucos exemplos de como têm sido lesados os interesses nacionais nas negociações com a CEE, de como os interesses económicos do País têm estado completamente ausentes da operação política da eventual adesão à CEE.

Uma última referência às propagandeadas «ajudas» financeiras da CEE a Portugal. Na verdade, e contrariamente ao divulgado por alguns órgãos da comunicação social, a CEE apenas se propõe subsidiar a agricultura portuguesa (tão nefastos seriam os efeitos que sobre ela se abateriam) em 700 milhões de ECU (87,5 milhões de contos) distribuídos ao longo de dez anos, e desde que Portugal financie a parte restante, que não se sabe a quanto monta. Para além da questão de fundo repare-se que a Grécia vai receber 2 mil milhões de ECU, três vezes mais, durante um período de sete anos. As outras «ajudas» são os já referidos **empréstimos** e, pasme-se, cerca de 150 milhões de contos (segundo esses órgãos de informação) que durante os primeiros seis anos Portugal deveria pagar à CEE... mas que afinal não pagaria. Ou seja: os adeptos da adesão à CEE já consideram uma dádiva de enaltecer o facto de Portugal, durante seis anos, e se os números propagandeados estiverem certos, em vez de meter nos cofres da CEE cerca de 300 «só» lá meter 150 milhões de contos! E escamoteiam ainda outra questão: os acordos a que o Governo PS/PSD chegou só garantem que Portugal não seria um contribuinte líquido para os cofres da CEE durante os primeiros seis anos. E depois? Bem, depois ficaríamos a pagar mais do que aquilo que receberíamos. Embora fosse o país mais pobre e carenciado dos «doze»!

*
**

É certo que as negociações ainda não acabaram, que a adesão não é ainda um dado certo. Mas não é menos verdade que o Governo PS/PSD está disposto a ceder tudo o que for necessário, incluindo a entrega da nossa ZEE à Espanha para que a adesão se possa concretizar em 1/1/86. Os riscos são pois significativos. A forma de evitar tais riscos é a de os trabalhadores, os agricultores e pequenos médios empresários, exigirem e lutarem para que sejam eles a ditar a última palavra, a tomar a decisão definitiva, a recusarem uma adesão desastrosa para a economia do País e fortemente lesiva dos interesses e da soberania nacionais■

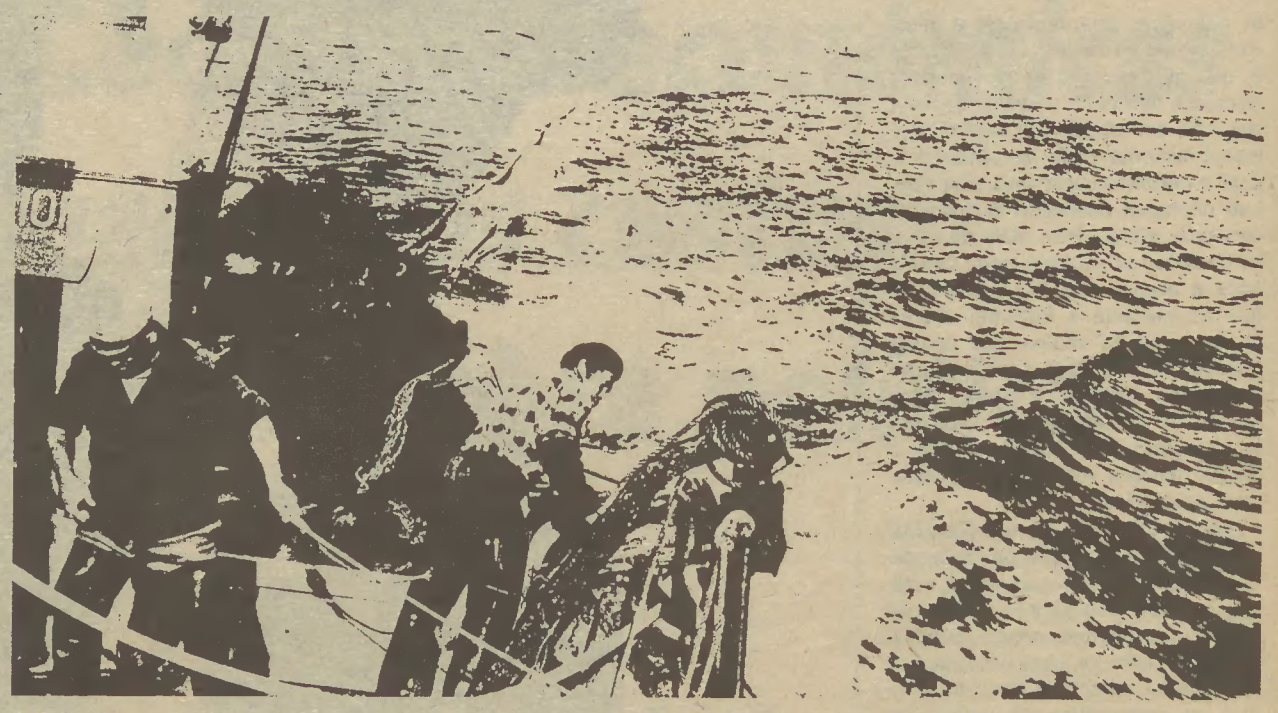
## Porto: encontro distrital na Póvoa do Varzim

# Apoiar a luta dos homens do mar!

A elaboração de um **Plano Pesqueiro**, orientado para a defesa dos interesses nacionais, reunindo as opiniões de todas as partes envolvidas neste importante sector da economia nacional, e particularmente dos trabalhadores e pequenos e médios armadores, é uma das propostas contidas no **Apelo** aprovado no recente Encontro dos Trabalhadores das Pescas do Distrito do Porto, realizado pelo PCP na Póvoa do Varzim.

Reunindo um conjunto de profissionais das Pescas bem conhecedores dos graves problemas que atingem a classe e o sector, o Encontro proporcionou uma abordagem dinâmica das principais questões que envolvem a vida dos que labutam no mar, de que também resultou um naipe de propostas coerentes tanto no domínio da **luta de todos os pescadores e dos pequenos armadores**, como no quadro de **uma nova política** necessária e urgente, que competirá a um novo Governo — um Governo democrático interessado na resolução dos problemas nacionais e na recuperação económica do País, a qual passa também pelo desenvolvimento da actividade piscatória em termos de futuro e de segurança.

Publicamos hoje a primeira selecção de apontamentos extraídos do Encontro, em que participou o dirigente comunista Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do Partido, deixando à apreciação do leitor alguns dos aspectos salientados na Póvoa quanto aos seguintes temas: **Segurança no mar** e **O PCP e a luta dos pescadores**.



# Uma poderosa força política sempre com os pescadores!

O PCP tem estado sempre, mas sempre ao lado das reivindicações, dos interesses e dos mais profundos anseios duma vida melhor para todos os que trabalham no mar.

No distrito do Porto, esta é a 2.ª grande reunião com os trabalhadores do mar. O primeiro Encontro foi também realizado aqui na Póvoa em 1981 para discutir problemas relativos à sua segurança no mar, autêntico flagelo para os pescadores e as suas famílias. Já em 1983, em Setúbal, o PCP promoveu um Encontro Nacional dos Trabalhadores das Pescas que contou com mais de 200 delegados e 400 convidados de todo o País.

Ainda ao nível do Norte, e mais concretamente no distrito do Porto, o PCP foi mais uma vez o único partido a trazer os seus deputados ao contacto franco e aberto e ao diálogo construtivo com os pescadores. O único deputado pescador na Assembleia da República e outros deputados comunistas, nessa qualidade e fora de períodos eleitorais, foram à fala com os pescadores, ouviram as suas queixas e reclamações, auscultaram as suas opiniões e através de vários requerimentos solicitaram explicações e fizeram perguntas ao Governo. Levaram à Assembleia da República a realidade viva em factos, números e problemas que afligem os pescadores e as suas comunidades. Orgulhamo-nos desta prática e tudo faremos para assim prosseguirmos o nosso trabalho futuro.

Todas as lutas que os pescadores do distrito têm vindo a travar, quer antes do 25 de Abril (recordemos as históricas greves dos pescadores de Matosinhos), quer depois, tiveram sempre o apoio do PCP. A título de exemplo recordaremos algumas das mais recentes:

- Foi a luta vitoriosa que os pescadores da **Póvoa** e de **Vila do Conde** de sardinha travaram pela melhoria das suas regalias, em particular do valor da venda dos primeiros cabazes de peixe e do aumento das caldeiradas.
- Foi a greve de uma semana nos 4 portos contra o pagamento do famigerado imposto extraordinário dos 2,8%.
- Foi pela defesa do alargamento de licenças para a pesca da amêijoa às pequenas embarcações.
- Foi a luta longa mas vitoriosa pela entrega da Mútua aos pescadores.
- Foi a defesa da utilização da «tarrafa manual» pelos pescadores da Afurada.

Nestas e noutras lutas havidas, o apoio do PCP foi sempre claro. Fosse na tomada de posições públicas favoráveis, fosse na disponibilidade e entusiasmo com que os seus militantes no sector se entregaram às tarefas e ao próprio desenvolvimento das lutas. O Partido Comunista Português tem sabido cumprir o seu papel que é o de ser o grande partido dos trabalhadores portugueses.

Mas o trabalho do PCP não ficou por aqui. Os vereadores comunistas e os eleitos da APU, nas Câmaras, Assembleias Municipais e de Freguesia abordaram os problemas que preocupam os meios piscatórios e as suas gentes.

## Na Assembleia da República

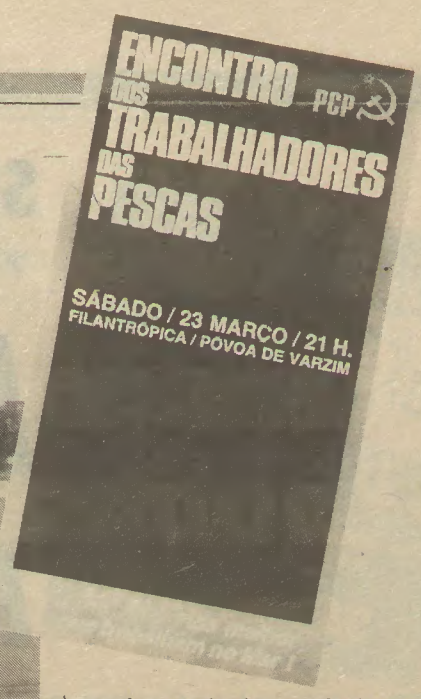
Ao nível parlamentar, os deputados comunistas fizeram várias propostas para a criação e votação de leis relativas aos mais graves problemas com que os pescadores se debatem.

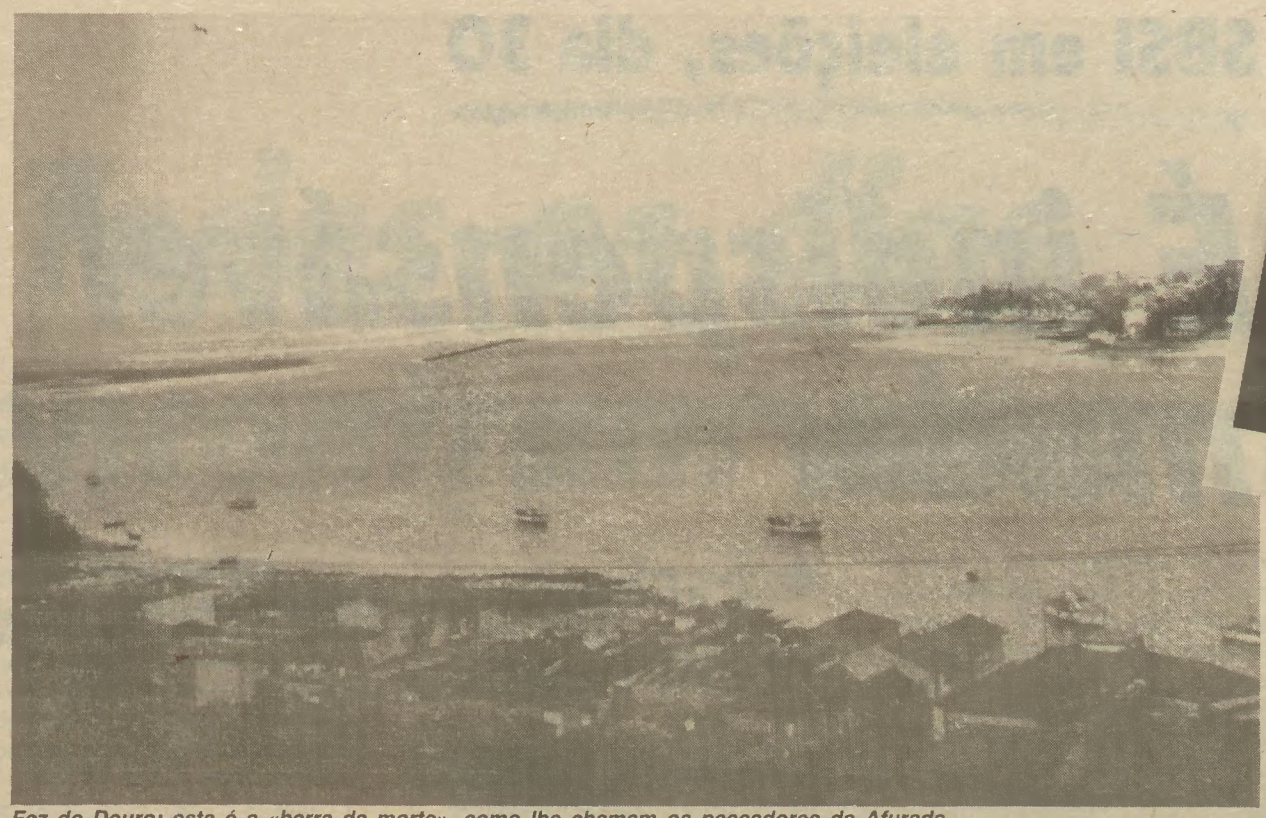
O PCP propôs a publicação do Regime Jurídico sobre o contrato de trabalho individual a bordo das embarcações de pesca que ainda está para discussão, para que se acabe de vez com a equiparação militar que os trabalhadores da pesca têm, quando andam na faina diária no mar. O que se pretende, é a criação de legislação específica que garanta aos pescadores a segurança no emprego e remunerações justas acordadas entre os sindicatos do sector e as entidades patronais.

Também a segurança social e o direito à reforma aos 55 anos foram levados à Assembleia da República. O PCP obrigou os deputados dos partidos da direita a discutirem as razões porque se deve dar a reforma aos pescadores mais cedo que à generalidade dos trabalhadores. Muitos desses deputados apenas tinham, e ainda hoje devem ter, a ideia de que os pescadores são carne para canhão do capitalismo e só servem para decorar postais ilustrados. Tentaram dar várias voltas a este projecto com a criação de algumas portarias que não resolviam no essencial o problema. Diz o Governo que só devem contar como anos efectivos os descontos a partir de 1970. Novamente o PCP apresentou um projecto-lei a rectificar esta posição exigindo que cada ano de trabalho, mesmo antes de 1970, contasse como um ano de descontos efectivos. Esta maioria governamental não concordou, e a sua discussão foi rejeitada!

## O mar desgasta!

Não compreendem que a vida do mar desgasta e corrói os corpos mais



*Foz do Douro: esta é a «barra da morte», como lhe chamam os pescadores da Afurada*

# Tudo pela defesa da vida dos pescadores!

A segurança das embarcações e tripulações no mar constitui um grave problema que exige a tomada de medidas de fundo imediatas e a criação de leis que diminuam o assustador ritmo a que os desastres e os mortos no mar se sucedem.

Hoje, o que se verifica, é que nem a bordo da maioria das embarcações nem nos portos existem meios de salvação prontos e eficazes.

Por outro lado, as leis de regulamentação e fiscalização que existem, em grande parte estão desajustadas da actual realidade do sector, e algumas, embora existindo no papel, não são cumpridas.

Também é do conhecimento geral que a compra e a instalação dos meios de salvação é quase impossível devido ao seu elevado preço. Tais materiais não podem ser considerados artigos de luxo como sucede actualmente com as bolsas pneumáticas, os foguetes e outros.

É necessário abolir taxas e impostos, e criar linhas de crédito que permitam a sua aquisição pela larga maioria da nossa frota que é essencialmente composta por pequenas e médias embarcações, que devido à sua fragilidade são as mais atingidas por naufrágios, desastres e outras avarias.

Quanto à fiscalização, que nesta matéria é exercida pelas capitanias, é de criticar o seu excessivo zelo no cumprimento de leis ultrapassadas, passando multas a torto e a direito, quando elas próprias deviam colaborar, isso sim, na prevenção e apoio rápido aos desastres e aos náufragos, e colocar ao serviço da classe piscatória todos os modernos meios que possuem como: lanchas rápidas, postos de rádio, etc. Não é com multas, intimidações e editais que as capitanias instigarão confiança em relação à utilização e operacionalidade dos meios de salvação.

Quanto ao Instituto de Socorros a Náufragos (ISN), organismo oficial especialmente criado para acudir aos casos de emergência no mar, verifica-se que, espantosamente, um tal serviço não possui meios técnicos e humanos, nem métodos adequados às realidades da pesca. Sem horários compatíveis e inoperacional, o ISN é mais um peso morto das burocráticas formas, ditas de apoio à Segurança no Mar.

É claro para todos nós que tem sido devido à solidariedade e entreajuda entre os pescadores que tem diminuído bastante o número de vítimas mortais. Se os pescadores não tivessem este sentimento nas horas de aflição, o rol de mortos por essas praias fora seria impressionante.

## «Lágrimas de crocodilo»

É dentro deste ambiente, que de ano para ano, a segurança dos pescadores no mar se tem vindo a agravar. E neste campo o actual governo nada tem feito, a não ser após os desastres verter hipocritamente 'lágrimas de crocodilo'. A segurança dos pescadores a bordo das embarcações tem merecido simplesmente o desprezo e o abandono por parte do Governo PS/PSD. Mas vejamos os números frios da realidade, camaradas:

Só na Zona Norte, durante os últimos 5 anos morreram 81 pescadores! Mais de 40 embarcações foram ao fundo perdendo-se para sempre. O valor destas perdas totais ultrapassou os 200 mil contos! Acidentados a bordo ficaram 3380 pescadores! Muitos deles por vários meses e outros para toda a vida! Embarcações danificadas devido a encalhes, perigo de naufrágio foram às centenas. Em igual período, as viúvas e os órfãos ultrapassaram as 2 centenas.

No Porto de Leixões, o mais importante do Norte do País, não existe um rebocador de alto mar em alerta permanente. Um helicóptero para um socorro eficaz e imediato à Zona Norte é coisa que se desconhece. Mas o que tem acontecido é que estes meios de transporte rápido são postos ao serviço dos ministros para as suas passeatas aéreas. No Porto da Póvoa e em Vila do Conde o desassoreamento das barras nunca mais se faz, e a necessária e urgente conclusão das obras do porto da Póvoa tem avançado a passo de caracol.

## A barra do Douro

A barra do Douro, mais conhecida entre os pescadores da Afurada por «Barra da Morte» continua completamente assoreada. E vejam só! Com uma barra nestas condições o Governo continua a afirmar demagogicamente que o Rio Douro irá ser navegável.

Na praia da **Aguda**, pescadores locais reclamam um molhe de protecção já desde 1934!

Em **Angeiras**, **Mindelo**, **Vila Chã** e **A-Ver-O-Mar** nem porto de abrigo, nem quebra-mar. Ali é a Natureza que dita as condições. Atento as estes números e a estas realidades, não só do Norte como do resto do País, e à necessidade da criação de leis que regulem a eficácia dos serviços e meios de salvação, o PCP apresentou à Assembleia da República um projecto-lei que ainda vai ser discutido, e que em síntese propõe o seguinte:

- A criação e gradual expansão de um centro de busca e socorros a náufragos, com carácter descentralizado, equipamento adequado e competências de prevenção, consulta, apoio e fiscalização, nomeadamente a instalação na Costa Norte de meios aéreos permanentes de apoio à faina.
- A instituição de conselhos de segurança em cada capitania, órgãos de fiscalização e consulta em que avulte como particularmente importante a dimensão participativa.
- O estabelecimento de regras básicas sobre os meios de salvação mínimos necessários às embarcações de pesca, tendo em atenção as respectivas características e as dificuldades que marcam neste campo a realidade nacional.
- A garantia de um efectivo apoio à superação das carências existentes, através de instrumentos fiscais e de créditos adequados..
- Providências tendentes a reforçar os meios de comunicação e os meios de salvamento, a divulgar a informação básica em matéria de primeiros socorros e a incrementar acções de fiscalização que garantam o cumprimento das disposições legais.

A classe e as suas estruturas unitárias devem-se empenhar exigindo deste Governo medidas concretas que possam atenuar este flagelo que é a verdadeira insegurança que os pescadores sentem sempre que saem as barras e se fazem ao mar. Também das Capitanias, do Instituto de Socorros a Náufragos e doutros organismos oficiais exige-se uma efectiva fiscalização, prevenção e apoio relativamente aos meios e à segurança dos pescadores no mar.

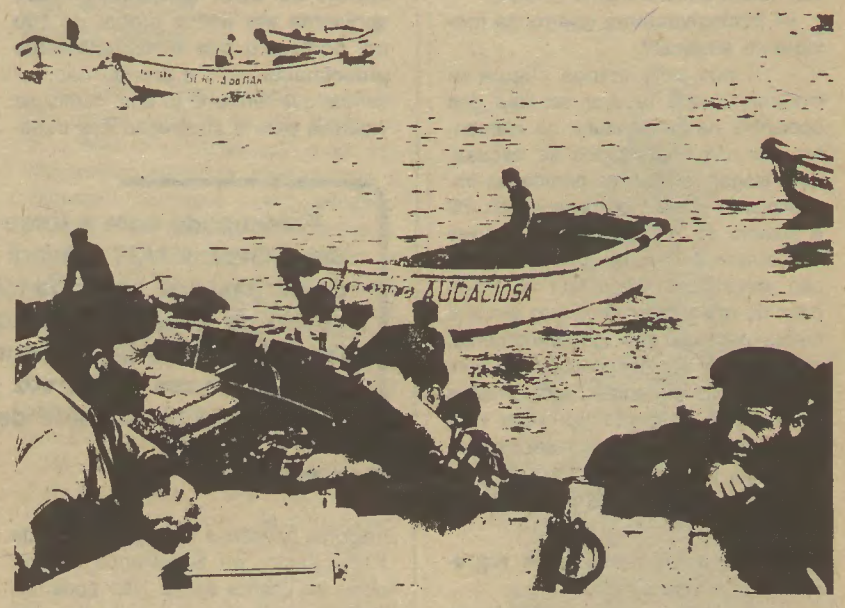
Os pescadores não podem partir para a faina e deixar as mulheres e as suas famílias de credo na boca, temendo pelo seu regresso!

São às dezenas os pescadores que todos os anos morrem no mar (e muitos morrem já com a casa à vista). Em pleno final do século XX, quando já foram inventados e aperfeiçoados meios de salvação que permitem reduzir bastante o número de mortos, que todos os anos deixam tantas mães e filhos, filhos sem pais, mulheres sem companheiros e filhos que nunca chegam a conhecer os pais, esta situação não se pode manter por mais tempo. **BASTA!** Isto assim não pode continuar. Os naufrágios não são uma fatalidade. As mortes no mar não são uma maldição. A vida dos pescadores não tem preço e o Governo não pode regatear meios nem dinheiro para as salvar.

Um Governo que considera os pescadores como gente humilde, rude e analfabeta, que apenas está entregue ao seu destino e à Previdência, não serve nem pode merecer o nosso apoio.

A defesa da vida dos pescadores no mar não tem preço. É um problema dos pescadores e das suas famílias mas também da sociedade e do Estado.

É urgente uma nova política de segurança para os pescadores! ■




## Confiança no PCP

Feita esta breve análise, de forma ligeira e não exaustiva, poderá interrogar-se: **mas afinal muitas dessas soluções propostas não foram levadas à prática**? É verdade. Muitos destes projectos não foram aprovados, e não o foram, porquê? As ilações são evidentes, é que apesar deste Governo ter sido eleito com os votos de muitos trabalhadores, a sua prática governativa, nada tem a ver com a resolução dos reais problemas não só dos pescadores, como dos demais trabalhadores. Os pescadores perceberão isto muito melhor do que ninguém porque já sentem na pele as consequências desta política, ao verificarem todos os dias que a sua vida e as suas condições de trabalho são brutalmente agravadas.

Ao contrário do que alguns falsamente querem fazer crer, nós não somos o partido do «**bota abaixo**». Nenhum partido, a não ser o PCP realiza encontros e grandes reuniões como esta, com os trabalhadores das Pescas. Trabalhamos, ouvimos e propomos outras soluções e alternativas a esta política de desastre.

Quer eles queiram quer não, a vida e a luta dos pescadores é a vida e a luta do PCP. Os pescadores confiam crescentemente no PCP e têm razões para isso, pois por ele nunca foram traídos. A adesão dos pescadores ao PCP e o reforço da sua organização são condição indispensável para o êxito da luta. ■

cedo. Ainda o actual Governo PS/PSD não enchia a boca com promessas de abertura dos chamados Centros de Formação Profissional das Pescas, e já o PCP apresentava um projecto de criação duma Escola de Pesca em Matosinhos e com delegações nos vários portos do Norte, o que vai sendo sucessivamente adiado para discussão na Assembleia da República.

O PCP apresentou ainda um projecto-lei sobre segurança a bordo das embarcações de pesca, exigindo ao mesmo tempo a instalação em terra de meios de salvação que rapidamente pudessem responder aos naufrágios. Logo a seguir alguns jornais de direita que incondicionalmente apoiam este Governo, rabiscaram nas suas páginas croniquetas com o ferrete do anticomunismo dizendo que o PCP queria era controlar a costa marítima portuguesa. Quer dizer, à falta de razões para o contestar e invalidar, a direita e o Governo pretendiam atirar com o anticomunismo primário de forma a reduzir o apoio que os pescadores do Norte ao Sul deram a esse projecto. Por exemplo, aqui no distrito, foram muitas as centenas de assinaturas recolhidas em seu apoio. Também este projecto ainda está para discussão.

Quanto a requerimentos, foram já dezenas os que o PCP apresentou ao Governo, seus ministros e secretários. Estes requerimentos visavam obter respostas face a problemas locais e pontuais como sejam: estado das barras, inexistência de molhes de protecção, critérios desajustados em vários licenciamentos, descontos ilegais.

## SBSI em eleições, dia 30

# É indispensável mudar

Os trabalhadores bancários são 60 mil em todo o País. A taxa de sindicalização, exceptuando um número pouco significativo de contratados a prazo, é quase total. Mais de 40 mil associados (44 mil, diz a UGT) fazem do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas uma das maiores, senão a maior, associação sindical portuguesa, a esse nível, naturalmente. Na actual situação das instituições financeiras, compreende-se que as eleições do próximo dia 30 para os corpos gerentes do SBSI despertem um autêntico frenesim nas hostes da direita e de um Governo interessado numa série de alterações profundas do sistema bancário, que levarão infalivelmente a uma forte redução dos postos de trabalho e das regalias sociais específicas, alcançadas há muitos anos pelos bancários no activo e pelos reformados. Sobre a reprivatização da banca; as ameaças que pendem sobre os direitos, liberdades e garantias dos bancários; e a importância decisiva destas eleições continua hoje o «Avante!» a publicar parte dos elementos que nos forneceram para o **Suplemento** da semana passada, na sua qualidade de militantes comunistas e de membros da candidatura de unidade às eleições do SBSI, Alexandre Augusto Saldanha e José Luís Ucha Pereira.

**— A unidade, como a entendem normalmente os sindicalizados comunistas, tem uma forte componente orgânica. Alguma coisa parece, no entanto, ter mudado nesse campo, durante a preparação da candidatura de unidade.**

— Não nos parece que tenha havido alterações de fundo na concepção que temos da unidade. O que houve nos contactos para apresentar a candidatura — a primeira a ser formalizada e com muita antecedência, note-se — foi a notória preocupação de fazer com que a lista correspondesse às várias correntes sindicais representativas dentro do movimento sindical.

**— Exclusivamente dentro do movimento sindical?**

— A nós pelo menos afigura-se evidente; basta reparar na lista dos apoiantes da candidatura; se elementos por nós contactados se escusaram, alegando filiações partidárias impeditivas — casos de pessoas do PS e mesmo do PSD — não foi porque estivessem de acordo com a orientação actualmente imprimida ao Sindicato; de resto, pensamos que essas e outras pessoas que, partidariamente, nada têm a ver connosco, nem com qualquer das correntes representadas na unidade, acabarão por votar nela contra os perigos muito sérios que apresenta uma direcção UGT directamente ligada aos interesses deste Governo.

**— E aos interesses que representa na banca e nos...**

— Mas ainda quanto à unidade orgânica de que falámos: devemos explicar e sublinhar com clareza que se procurou elaborar uma lista para ganhar em termos de **dignificação** do Sindicato, da defesa correcta dos interesses dos seus associados e do próprio interesse nacional, muito comprometido na banca, como se sabe.

**— Querem referir-se mais concretamente a alguns desses perigos? Muitos deles já aparecem instalados de pedra e cal, aliás.**

— Pensamos que é sempre tempo de os atacar; o que de resto temos feito, pela nossa parte, nas organizações representativas de base a que pertencemos dentro do próprio SBSI, nos locais de trabalho onde exercemos funções sindicais, e dentro do nosso Partido. Gostaríamos, no entanto, de nos limitar por agora aos reflexos que esses perigos e ameaças têm imediatamente para os associados SBSI.

**— Como quiserem.**

— Pois interessa insistir, por exemplo, na questão das reformas. Foi a **necessidade** sentida pelos bancários, nesse campo, que ajudou a uma unidade tão ampla como a que aparece representada na candidatuta de que fazemos parte. Foi também o mau estado em que se encontram os SAMS (serviços de assistência médica, própria da classe); foram os maus negócios feitos por esta direcção PS/PSD/UGT quanto ao futuro desses mesmos serviços — **o relatório e contas do SBSI referente a 1984 apresenta um défice global de 100 mil contos, o que é extremamente preocupante** — e é preciso não esquecer que funciona já uma comissão tripartida para a integração dos trabalhadores bancários no regime geral da Previdência, ou Segurança Social, como se chama agora. Não podemos permitir que seja um apêndice fiel deste Governo, como é a UGT, a negociar regalias de tanta importância para toda a classe e nomeadamente para os pensionistas da banca nacionalizada, numa altura em que o patronato deve à Segurança Social qualquer coisa como 90 milhões de contos — e com tendência para aumentar — não podemos consentir que se ponham em causa direitos que conquistámos ainda muito antes do 25 de Abril. Esses e outros benefícios sociais, principalmente as reformas por inteiro, foram alcançadas pela classe e pela sua acção em unidade. Apesar de a Portaria 272/70 mandar constituir a Caixa de Previdência dos Bancários, nunca ela entrou em funcionamento porque a determinação e a organização dos bancários souberam defender esse direito.

**— E estão mesmo em riscos de perder esse e outros direitos e regalias?**

— Não; se conseguirmos ser eleitos, e alterar a orientação do SBSI no que respeita à contratação colectiva, por exemplo. Foi no processo de negociação de 1978, já com gente como a de hoje à frente do Sindicato, que os bancários perderam a regalia alcançada na **negociação do nivelamento**, em 1975; segundo esta última negociação, os SAMS, criados nessa altura, eram suportados financeiramente pelos bancos, como contrapartida por trabalho prestado pelos bancários. A partir de 1978 deixou de ser assim; hoje atingiu-se esse défice de 100 mil contos — uma situação que preocupa todos os interessados.

**— Mas entretanto a direcção UGT comprou o edifício onde estão instalados os SAMS em Lisboa.**

— Comprou, a nosso ver, sem necessidade; foi um mau negócio; a renda era relativamente baixa, como foi sempre; além disso, nesse caso como em outros — a questão do apregoado **Fundo de Auxílio Económico** — muito há que averiguar sobre responsabilidades mal assumidas pela direcção actual; mas para já pretendemos que a contribuição dos bancos para os SAMS seja maior; que acabe a necessidade de ir às 4 horas da madrugada para uma bicha, marcar uma consulta médica; que as regalias alcançadas por todos os trabalhadores bancários sejam realmente postas ao seu serviço e melhoradas; que a direcção seja **participativa**, que se veja a sua actuação nos locais de trabalho e que não «mande» os bancários para a serra da Estrela no 1.º de Maio...

**— Quanto à intervenção do SBSI na defesa da banca nacionalizada: o que a UGT ou as «tendências» PS e PSD têm feito já é conhecido e não vai longe.**

— Nem longe, nem perto. Como não participa na vida sindical nos locais de trabalho, também ao nível da defesa de interesses gerais fica calada — contrariando, aliás, o que nesse campo e no do **regulamento eleitoral**, por exemplo, foi aprovado em mais que um Congresso...

**— Desse regulamento já falámos.** (Ver **Suplemento** da semana passada).

— Pois, continuando então: em todos os Congressos dos trabalhadores bancários a nacionalização da banca tem sido defendida. Os próprios **ugêtês** têm votado essa orientação: mas na prática o que se vê? Quando muito os dirigentes sindicais do SBSI e outros quadros responsáveis da banca (e dos seguros também) pedem por muito favor alguma «moderação» da parte do governo deles. Os trabalhadores bancários não são motivados para qualquer intervenção activa; os corpos gerentes do SBSI, postos diante do avanço da banca privada, dos escândalos diários da corrupção e do compadrio, do enorme volume do crédito mal parado, da desactivação das funções comerciais da banca nacionalizada limitam-se a discutir — se é que discutem — esses assuntos no Conselho Permanente de Concertação Social, organismo de fachada que depende integralmente dos interesses do Governo e dos partidos ou facções que o integram actualmente.

**— E podemos acabar por hoje com uma palavra sobre a unidade, como começámos, aliás.**

— De acordo. Por todos os motivos é oportuno lembrar que a candidatura de que fazemos parte é já neste período de pré-campanha um exemplo concreto e muito claro da unidade na acção. É dela que esperamos os melhores resultados no próximo dia 30.

**— Não quer isso dizer que não contem as opções partidárias de cada um...**

— A unidade na acção não implica, como é sabido, que aqueles que nela participam deixem de parte as suas convicções, sejam elas de que natureza forem. Simplesmente há que ter em conta, **agora**, uma opção sindical que interessa, como já dissemos, a uma grande massa de trabalhadores bancários que são, ou devem ser, os primeiros a intervir para resolver os problemas da sua profissão, da sua classe e do futuro dentro dela. Daí a nossa razoável confiança nos bons resultados das próximas eleições e numa afluência às urnas que deixe bem clara, inclusive, a sua importância no contexto nacional.

■ **AL**

**• Estão em risco interesses e valores que os bancários querem manter**

**Preocupada com a força da unidade nos bancários do Sul e Ilhas, a UGT lançará na campanha eleitoral, iniciada na passada segunda-feira, todos os trunfos que tem obtido de governos com os quais se identifica completamente. Como já não sucedia há uma boa dezena de anos, encontra desta vez pela frente uma muito ampla candidatura de unidade decidida a vencer.**

■ *Torres Rodrigues*

# Todos os dias eles encontram ouro

O ouro... e o seu brilho amarelo faiscava, nos nossos olhos, quando, ainda meninos e moços, líamos as histórias em quadrinhos com as aventuras dos pesquisadores daquele metal, numa mão a bateia, na outra o revólver.

E, conforme a imaginação, surgiam os tesouros enterrados pelos piratas, as moedas esquecidas dos romanos e árabes ou o pé de meia no esconderijo da parede velha de uma casa, que sonhávamos encontrar.

Para alguns, o único ouro que encontraram foi ao balcão do ourives, quando tiveram de comprar a aliança de casamento ou então as arrecadas que a mulher herdou. Mesmo assim, uns quantos houve que tão logo o acharam, assim o perderam, nas bateias dos prestamistas, que o precioso metal amarelo não cura a doença do filho, nem cobre a mesa com pão, batatas e um pedaço de carne.

Mas outros houve que o encontraram. Desses não dizemos que tiveram a sorte de o achar, apesar de todos os dias lhes passarem pelas mãos algumas gramas do metal que tem a cor do sol...

*Nestes montes de cascalho têm os mineiros as suas instalações sanitárias, que no interior da mina se transformam num caldeiro. Pagamos-lhe é para trabalharem — parece ser a filosofia da administração*

## Jales, a outra face da lua

A poucos quilómetros da transmontana Vila Pouca de Aguiar fica Jales, com as suas minas de ouro, exploradas no antigamente por romanos e árabes.

O planalto desértico e semeado de pedras mais parece uma paisagem lunar, a que não falta um vento agreste, que se entranha nos ossos. Haverá vida naquele local? A resposta surge quando se avistam, ao longe, torres metálicas (as entradas dos poços) e alguns armazéns, meio encobertos por montes de terra retirada do subsolo.

Paramos o carro ainda sem sabermos que, naquele mesmo local, mas a cerca de 600 metros de profundidade, homens trabalham por períodos de oitos horas para arrancarem o ouro das entranhas da terra.

O minério, depois de uma primeira lavagem no local, vai para S. João da Madeira para ser lavado pela segunda vez. Daqui, segue para a Bélgica onde separam o ouro e a prata e ainda outros minérios mais raros, mas só o ouro regressa a Portugal.

A empresa dá trabalho a cerca de 500 pessoas, das quais 350 trabalham no subsolo. Os restantes dedicam-se à lavagem do minério e aos serviços administrativos. É daqueles que vamos falar, pois não se pense que por trabalharem escondidos debaixo de terra os seus problemas não são conhecidos.

## A escravatura ainda existe?

Que as minas de Jales, no passado, foram exploradas por romanos e árabes, já o dissemos. Nessa época o trabalho era feito por escravos, cuja vida valia só porque custava dinheiro e porque por cada par de braços que se perdia, igualmente se perdia a produção.

Mas daí até hoje as condições de trabalho pouco se alteraram. Melhoraram sem dúvida as condições técnicas de extracção do minério — as brocas perfuradoras, os explosivos que estilhaçam o veio do minério, as vagonetas, a jaula que leva os mineiros para as profundezas.

Mas os homens, no interior da terra, continuam a trabalhar como desde há séculos trabalhavam ali os escravos. Nas galerias cobertas de água, se se molham, e isso sucede mais frequentemente do que se pode pensar, assim continuam sem possibilidade de mudar de roupa.

As necessidades fisiológicas, no fundo da mina, são feitas num caldeiro. Cá em cima, onde só existe uma única torneira para se lavarem, as casas de banho são ao ar livre, à escolha de cada um, nos montes de cascalho que a mina vai vomitando e que já não têm valor.

A média de acidentes é grande. A própria administração da empresa não pode fugir aos números: dois a três feridos por dia, resultantes dos rebentamentos, das derrocadas e de todos os outros acidentes que resultam de um trabalho difícil, feito em idênticas condições. Muitos são também os que desmaiam devido ao fumo que o rebentamento dos explosivos provoca, já que a renovação do ar é deficiente.

Na jaula são levados como gado — doze homens de cada vez «e não podem ser gordos» — dizem-nos. Têm meia hora para a refeição a qual tem de ser feita no local de trabalho. Trabalham normalmente com água pelo joelho, apetrechados com botas de borracha e capacetes, mas luvas é difícil obterem-nas.

Assim como não viu a falta de condições de higiene, nem as condições de trabalho. Tão pouco falou da silicose — o pó que os mineiros respiram, se acumula nos pulmões e que um dia os impede de respirarem. A Televisão não viu isto e muito mais, como seja o facto de cerca de 70 por cento dos trabalhadores serem contratados a prazo — deve ser a empresa do País com mais trabalhadores a prazo — e ganharem o salário mínimo nacional. As câmaras de filmar têm destas coisas — por mais projectores que tenham a iluminar a cena só filmam o que se pretende. E quando por vezes se deslocam um pouco mais para a esquerda lá está a montagem para eliminar as cenas que não interessam.

## A lente cor de rosa do video

Quem não viu esta situação degradante de trabalho foi a Televisão, na recente reportagem que efectuou sobre as minas de Jales.

A televisão ao serviço dos interesses patronais, filma estas e outras coisas semelhantes com uma câmara cor de rosa. Os trabalhadores têm refeitório, mas o que é certo é que às horas das refeições vêem-se às dezenas as mulheres que levam os cestos com a comida dos seus familiares.

## Ouro vai ouro vem

Segundo a administração a produção média anual é de 300 quilos de ouro. Mas os mineiros, com o seu conhecimento empírico, pensam que a extracção ultrapassa este quantitativo. Há quem fale em cem quilos mensais.

Um outro mistério intriga também os mineiros. O facto das novas jazidas, ricas em minério, logo descobertas ficarem paradas. Dizem os mineiros que o novo filão encontrado em «Três Marias» dava, só com um vagão, para pagar todas as despesas da mina. O que é certo é que ali não se trabalha.

Há ainda o caso da separação do ouro na Bélgica. A prata que ali fica — talvez como forma de pagamento — que quantidade é que representa? Por que razão essa separação não é feita em Portugal? O dinheiro gasto até agora não justificaria a aquisição da tecnologia adequada, criando postos de trabalho e permitindo que a riqueza ficasse no País? Interrogações que mais tarde ou mais cedo têm de ter uma resposta. Ouro vai, ouro vem! E o que não vem?

## Um filão cada vez mais pobre

Naquelas condições de exploração a UGT implantou-se. Promessas não faltavam e, por vezes, elas eram cumpridas mas só em benefício dos compinchas. Foi o caso dos subsídios aos livros escolares dos filhos dos mineiros.

Mas até agora, da actuação da UGT em benefício das condições de vida dos mineiros nada se viu. Almoçaradas e passeios, isso houve vários.

Sobre os trabalhadores pendia sempre o cutelo do contrato a prazo. À menor contestação e o contrato não era renovado. Ora o ordenado mínimo nacional, apesar de pouco, faz jeito, numa zona onde a mulher não encontra trabalho a não ser no campo e os filhos são às ranchadas.

*Por aqui se faz a descida ao inferno, que não tem fogo, mas água, pó, fumo e desmoronamentos de pedras. Jaula é como se chama o elevador que transporta os mineiros*

Mas a situação tende a alterar-se. Há três anos, nas minas de Jales, apenas um mineiro estava sindicalizado na CGTP/Intersindical. Hoje, já vão para 150. Para a UGT o filão começa a estar cada vez mais pobre. Uma nova aragem sopra nas galerias que estão a 600 metros e mais de profundidade, que a escravatura é coisa que não se pode esconder nem debaixo da terra. ■

## Engaranhados estamos nós todos

Vestidas de preto, as duas mulheres pediram boleia. **«Já estávamos engaranhadas de frio»** — disse uma delas, ao entrarem no carro, depois de saberem que íamos para Jales.

Nas curvas e contracuvas da subida a conversa generalizou-se. Que fora à farmácia — dizia uma delas — comprar um xarope que tinha custado 580 escudos.

A vida está má! — foi a resposta.

**«Se está, senhor!** — continuava a mulher — **Para os que trabalham e para os que já não podem trabalhar então ainda é pior.»**

E sem mesmo se interessar pela resposta:

**«O meu pai que trabalhou vinte anos na mina está hoje com uma reforma de seis contos. Se não fossem os filhos... E tem silicose.»**

**«A vida está má!** — repetia — **Há por aí muita gente que só tem para dar aos filhos uma batatas, umas couvinhas e às vezes nem isso eles comem.»**

Foi assim toda a viagem. **«Ficamos aí já, nesse cruzamento»**. No descampado, o vento soprava. À despedida, a mais faladora, ainda nos disse:

**«Olhe! Engaranhados estamos nós todos... mas não é de frio.»** ■

■ *Helena Bastos*

# Neves Corvo e a metalurgia do cobre

## • *O que significam para este Governo as riquezas nacionais?*

Aí estão eles outra vez entre nós. E como alertava a canção:

...«Se alguém se engana
com o seu ar sisudo
e lhes franqueia
as portas à chegada
eles comem tudo
eles comem tudo
eles comem tudo
e não deixam nada».

Não há mais lugar para enganos. A política seguida pelo actual Governo é claramente contra os interesses nacionais, contra as classes trabalhadoras, contra a juventude, contra as mulheres — aniquila o presente, compromete o futuro.

### As pirites alentejanas

Vejamos o que se passa no âmbito do aproveitamento dos nossos recursos minerais, designadamente na faixa piritosa alentejana.

As pirites alentejanas são minérios complexos: são ricos em enxofre e ferro, contêm quantidades apreciáveis

de cobre, zinco, chumbo e ainda ouro e prata, para só referirmos os principais. A história da exploração e do aproveitamento das pirites é já longa no nosso país. Inicialmente eram encaradas exclusivamente como minérios de enxofre, isto é, tratadas de forma a produzirem ácido sulfúrico. Paralelamente, noutras instalações, tratavam-se os resíduos de modo a retirar uma parte do cobre, sob a forma de cemento, uma parte do zinco, sob a forma de óxido, ouro e prata. O restante, conhecido vulgarmente como minério púrpura era, e é, muito rico em metais. Contém em média 62 a 63% de ferro; 0,05 a 0,06% de cobre; 0,4 a 0,5% de chumbo; 0,15 a 0,16% de zinco, entre outros.

Assim, nos finais da década de 60, a CUF vendia à Siderurgia Nacional cerca de 220 000 toneladas desses resíduos, encarados como minérios de ferro dado o seu elevado teor neste metal. No entanto o «minério púrpura» era demasiado «sujo» para ser absorvido normalmente pela Siderurgia — nomeadamente o chumbo, pelo seu elevado teor, colocava problemas graves ao funcionamento do alto forno. Assim, a partir de 1973, a Siderurgia deixou de comprar à CUF estes resíduos que, amontoados em parque, constituem uma «mina» à superfície, que vai crescendo no Barreiro.

Com o 25 de Abril e as nacionalizações de empresas mineiras e metalúrgicas, o aproveitamento dos nossos recursos naturais coloca-se numa perspectiva nova, numa perspectiva de aproveitamento integral e integrado.

Começam a surgir as várias propostas de aproveitamento integral das pirites que, atendendo à elevada dimensão das reservas (200 milhões de toneladas) e à sua composição (ver quadro I) constituem efectivamente uma riqueza muito importante que deve ser explorada quer na óptica da metalurgia dos metais não-ferrosos como na da metalurgia do ferro (Siderurgia).

Finalmente surgem dois grandes projectos nacionais que se entrelaçam na componente ferrosa: o PAIP – Programa de Aproveitamento Integral das Pirites Alentejanas; o PSN – Plano Siderúrgico Nacional.

O PAIP compreenderia duas fases de desenvolvimento.

A primeira consistiria no tratamento por «flash smelting» (1) de cerca de 800 mil toneladas/ano de pirites complexas de Aljustrel, traduzindo-se na produção dos seguintes produtos:

| | | |
|---|---|---|
| cobre | 6 500 | t/ano |
| zinco | 18 700 | " |
| chumbo | 8 000 | " |
| cobalto | 122 | " |
| cádmio | 29 | " |
| prata | 18,2 | " |
| ouro | 0,4 | " |
| ácido sulfúrico | 476 000 | " |
| enxofre elementar | 116 500 | " |
| cinzas de pirite purificadas | 393 000 | " |

As cinzas de pirite purificadas destinavam-se a alimentar, como minério de ferro, a Siderurgia Nacional, após co-peletização (2) no Seixal com os concentrados hematíticos provenientes de Moncorvo. Esta era a componente comum entre o PAIP e o PSN.

De realçar que, nesta primeira fase, os produtos resultantes do PAIP se destinavam exclusivamente ao mercado interno, permitindo a substituição de importações e o incremento de algumas exportações.

As propostas contidas no PAIP e aprovadas pelos despachos n.º 149/79 do MIT e n.º 166/80 do MIE previam:

- **em 1983/84** – arranque da primeira fase do desenvolvimento mineiro de Aljustrel e da primeira fase do empreendimento Químico-Metalúrgico de Sines;
- **em 1985** – início da operação do Jazigo de Corvo, com produção de concentrados de cobre;
- **em 1985/86** – arranque da Unidade de Cobre no Complexo Químico-Metalúrgico de Sines, integrando eventuais concentrados provenientes de Corvo;
- **em 1987/88** – início da 2.ª fase do desenvolvimento mineiro de Aljustrel, operação do Jazigo de Neves e arranque da 2.ª fase do Complexo Químico-Metalúrgico.

### A entrada em cena de Neves-Corvo

A sensacional descoberta dos jazigos de Neves-Corvo em Maio de 1977 vem introduzir novos aspectos no panorama minerometalúrgico nacional, despertando desde logo a «gula» das multinacionais estrangeiras do sector.

De facto os teores evidenciados em Outubro de 1977, de 7,4% de cobre, revelavam tratar-se de jazigos extremamente ricos neste metal. É de notar que os teores mais elevados até então conhecidos se encontravam no Katanga e na Zâmbia (com cerca de 7% em cobre) e no Chile, em Chuquicamata (da ordem dos 5%). O problema que se deparava era de saber se este teor excepcionalmente elevado correspondia a uma pequena massa mineralizada, ou se, pelo contrário, se tratava de reservas significativas, o que só o prosseguimento das prospecções poderia provar.

Constitui-se entretanto em Julho de 1980 a SOMINCOR – Sociedade Mineira de Neves Corvo, SARL, com 51% de participações do Estado, através da Empresa Mineira e Metalúrgica do Alentejo, EP (EMMA), e 49% de participações francesas PEÑARROYA – SEREM (3), em partes iguais.

**Em 1977, a sensacional descoberta dos jazigos de Neves Corvo, no Baixo Alentejo, com um dos teores de cobre mais elevados do mundo, altera profundamente o panorama minero-metalúrgico nacional. Mas é uma riqueza que este Governo, subserviente ao imperialismo, deseja hipotecar ao estrangeiro, conforme, aliás, foi referido na recente Conferência Nacional do PCP, onde o assunto foi abordado**

Em Agosto de 1980 um requerimento da SOMINCOR estende a área de prospecção e exploração a 14 concessões cobrindo a área de Neves-Corvo-Graça-Zambujal. A 17 de Julho de 1981 são publicados no «Diário da República», III Série, os alvarás das concessões mineiras. A 18 de Novembro de 1981 dá-se início aos trabalhos mineiros de acesso ao jazigo — abertura da rampa.

Entretanto, 12 dias após a publicação em DR dos alvarás das concessões mineiras da área de Neves-Corvo ou seja a 29/7/81, um despacho do MIE (ministro Baião Horta) congela o PAIP: a EMMA ou a Quimigal deixam de poder avançar com quaisquer compromissos relativamente à primeira fase do Projecto de Aproveitamento Integral da Pirites.

Posteriormente o Decreto-Lei n.º 158/82, de 6/5/82 altera os estatutos da EMMA passando a empresa a denominar-se Empresa de Desenvolvimento Mineiro do Alentejo (EDMA). O decreto estabelece que à EDMA compete a parte mineira e à Quimigal a Metalurgia.

O despacho n.º 88/82 do MIEE, de 16/12/82, cometia à EDMA e suas associadas a condução, entre outras, das seguintes acções:

— prosseguimento prioritário do projecto mineiro de Neves-Corvo visando a obtenção de cobre em 1986;
— continuação e intensificação dos trabalhos de desenvolvimento dos jazigos de Aljustrel, através de **Pirites Alentejanas;**
— desenvolver até ao termo de 1983 uma solução de concentração de pirites complexas, congruente com a fase metalúrgica (metalurgia do cobre).

Quanto à Quimigal o despacho autorizava-a a proceder à conclusão dos estudos de viabilidade para a construção de uma metalurgia do cobre em Sines, rendível e exportadora, com capacidade até 120 mil toneladas/ano, para entrar em exploração quando as minas de Neves-Corvo pudessem garantir o seu regular abastecimento em concentrado, bem como o desenvolvimento dos estudos de metalurgia que permitissem futuramente definir os processos mais convenientes para o tratamento metalúrgico de concentrados globais ou mistos a partir das pirites complexas.

Finalmente o despacho 88/82 revogava o despacho 166/80, ou seja, encerrava-se definitivamente o PAIP.

O perigo destas medidas, que aparentemente surgem para dinamizar o sector mineiro na área mais promissora (Neves-Corvo) e responsabilizar mais directamente a Quimigal na construção da metalurgia; é a vulnerabilidade a que expõe o sector. De facto, o empreendimento mineiro é dinamizado já sem a perspectiva de integração vertical que a EMMA propor-

cionava: a exploração mineira poderá prosseguir, atingindo a fase de obtenção de concentrados, que tanto poderão ser tratados numa metalurgia nacional como por qualquer consórcio estrangeiro.

A Quimigal, entretanto, elabora o Projecto do Cobre, centrado fundamentalmente sobre a exploração metalúrgica de Neves-Corvo e prevendo, numa segunda fase, o processamento das pirites complexas.

As prospecções continuam entretanto a revelar valores espantosos: no jazigo da Graça encontram-se teores em cobre de 10,5%, teores que se situam entre os mais elevados que se conhecem actualmente no mundo. É sem dúvida uma das mais importantes descobertas de jazigos feita no mundo, nas últimas décadas.

Assim, em finais de 1982, o cenário era o seguinte: reservas de 47 milhões de toneladas de minério cuprífero (teores médios: 7% cobre; 1,6% zinco; 0,24% chumbo; 41 g de prata/ton.); reservas de 38,4 milhões de toneladas de pirites complexas (teores médios: 45,5% enxofre; 39,5% ferro; 0,49% cobre; 5,6% zinco; 0,99% chumbo; 49 g prata/ton); 58 milhões de toneladas de pirite crua (teores médios: 48% enxofre; 43,5% ferro; 0,42% cobre; 0,34% zinco; 0,18% chumbo; 24 g prata/ton).

O montante destas reservas está hoje certamente muito ampliado, pela continuação dos trabalhos de prospecção. A confidencialidade que envolve os trabalhos, já que o segredo é a alma do negócio, não permite apresentar valores mais actualizados.

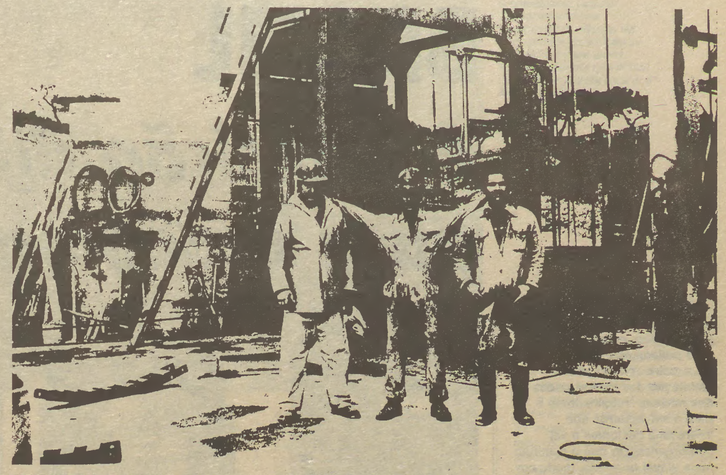
### O projecto do cobre

Em Portugal importa-se cerca de 80% do cobre consumido. A CEE importa também 81% do cobre que consome. Significa isto que o mercado nacional é deficitário e o da CEE também o é. Não se pode pois invocar, objectivamente, o problema da colocação de excedentes de cobre que o País possa produzir.

É pois neste contexto de mercado, deficitário nas suas vertentes interna e externa, que o projecto do cobre aponta para uma capacidade de produção de cobre, em cátodos, de 100 mil toneladas/ano, cerca de 400 mil toneladas/ano de ácido sulfúrico e 600 ton/ano de lamas anódicas, contendo 150 kg de ouro e 30 ton de prata.

A realização do projecto permitirá o aproveitamento dos nossos recursos, incorporando o valor acrescentado, pressupondo obviamente como matérias-primas principais os concentrados de cobre a produzir a partir dos minérios de Neves-Corvo, Graça e Zambujal, numa primeira fase. Posteriormente, prevê-se a incorporação de concentrados de Aljustrel (de cobre e/ou globais, estes últimos podendo também ser provenientes das pirites complexas de Neves-Corvo), o que alargará o âmbito do tratamento metalúrgico aos outros metais não-ferrosos, designadamente zinco e chumbo. Criará ainda um saldo de divisas provenientes da exportação do cobre (reforçado pela substituição das actuais importações), para além de promover o desenvolvimento da região, de outras indústrias e de criar postos de trabalho.

Estava previsto o arranque da produção do cobre em 1988 (no caso de terem sido iniciados os estudos de engenharia em 1981 e adjudicada a empreitada de construção em 1985) já com concentrados de Neves-Corvo, obtidos a partir de 1987.



A concretização do Projecto à escala prevista, colocaria o nosso país na posição de segundo produtor europeu de cobre, a partir de matérias-primas próprias, e no sexto lugar da Europa, em termos de produção global (matérias-primas nacionais e importadas).

A opção. Acresce que a RTZ participa com 49% na Rio Tinto Espanhola que explora o minério de cobre de Andalúzia (no prolongamento da faixa piritosa alentejana) e é proprietária de uma metalurgia do cobre em Huelva, a escassos 150 km das minas de Neves-Corvo.

### O baile dos vampiros

O Governo não tomou quaisquer decisões, em tempo útil, em relação ao Projecto do Cobre. Entretanto a Peñarroya e o BRGM que detinham 49% do capital da SOMINCOR, venderam a sua posição à Rio Tinto Zinc Company, sem que o Governo português tenha exercido o seu direito de

| S.Q. | MOINHO | | FEITAIS |
|---|---|---|---|
| | Rico | Médio | |
| S | 47,10 % | 48,10 % | 46,40 % |
| Fe | 40,60 % | 41,20 % | 39,20 % |
| Cu | 1,78 % | 1,20 % | 0,39 % |
| Zn | 1,75 % | 2,79 % | 2,61 % |
| Pb | 0,65 % | 1,18 % | 0,81 % |
| $SiO_2$ | 7,35 % | 3,40 % | 6,92 % |
| As | 0,41 % | 0,73 % | 0,56 % |
| Sb | 0,063% | 0,070% | 0,105% |
| Ag | 23 ppm | 34 ppm | 27 ppm |
| Au | 0,8 ppm | 0,9 ppm | 0,8 ppm |
| Hg | 49 ppm | 76 ppm | 94 ppm |
| Bi | 270 ppm | 185 ppm | 100 ppm |
| Cd | 54 ppm | 62 ppm | 73 ppm |
| Se | 52 ppm | 40 ppm | 28 ppm |
| Te | < 50 ppm | < 50 ppm | < 50 ppm |
| Sn | < 50 ppm | < 50 ppm | < 50 ppm |
| TOTAL | 99,73% | 98,33% | 97,00% |

*1 ppm=1 parte por milhão (em massa será 1 g/ton)*

Tudo indica que este Governo, na sua política de subserviência aos interesses do imperialismo, vai hipotecar mais esta enorme riqueza nacional, permitindo que os minérios de cobre de Neves-Corvo sejam vendidos para tratamento fora do País.

Há tempos um ministro referia a política portuguesa (naturalmente a do seu governo) comparando-a com a ficção científica. Seria certamente mais correcto compará-la com a criminologia aplicada, já que este será certamente um dos maiores crimes que se podem cometer contra o seu próprio país: permitir que, na ocorrência de uma das mais importantes descobertas mineiras do século em Portugal, se venha a perder a oportunidade de concretização de uma metalurgia do cobre, convenientemente dimensionada. ■

NOTAS:

*(1) flash-smelting=fusão instantânea: é o processo de queima de sulfuretos em que a combustão do enxofre liberta o calor suficiente (se o teor em enxofre atingir determinados teores) para a fusão rápida dos concentrados do minério que se pretende tratar. Processo muito interessante do ponto de vista energético, já que o próprio minério, ou o seu concentrado, funciona como combustível.*

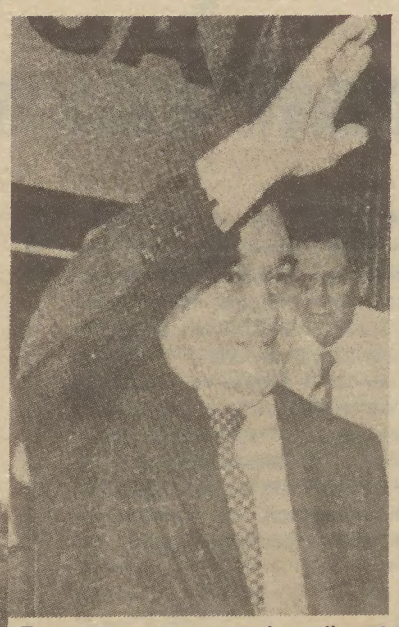
*(2) peletização: é um processo de aglomeração de partículas finas, sob a forma de bolas. Essas bolas, ou pellets, submetidas a altas temperaturas ficam cozidas, isto é, adquirem a coesão e resistência suficientes para serem introduzidas no alto-forno, assegurando um bom funcionamento deste. A co-peletização traduz-se, neste caso, na peletização de uma mistura, devidamente doseada, dos concentrados de Moncorvo e das cinzas de pirite purificadas.*

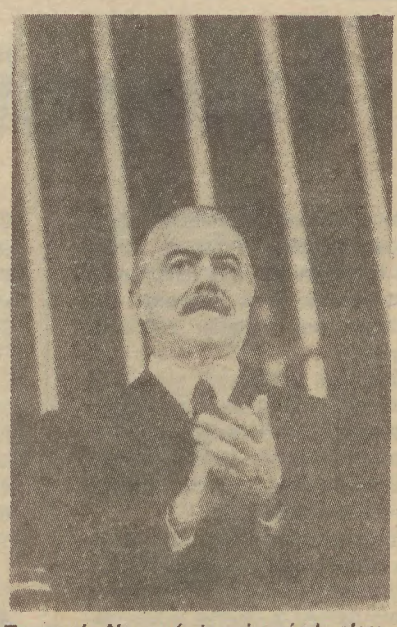
*(3) SEREM – pertencente ao organismo estatal francês BRGM (Bureau de Recherches Geologiques Minières).*

# BRASIL

## *A transição difícil para a democracia*

**«O povo brasileiro aspira à instauração de um regime democrático, capaz de realizar uma política económico-financeira voltada para a satisfação das necessidades das massas trabalhadoras e para a salvaguarda dos interesses nacionais e vai compreendendo que o caminho mais viável para isto, tendo em conta a realidade política social do país, é a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livremente eleita e soberana, através da unidade de todas as forças democráticas e da acção das massas populares.» (1)**





*Enquanto permanecer o impedimento de Tancredo Neves (e terminará ele alguma vez?) a presidência está entregue a José Sarney — um homem sempre ligado aos poderosos, dotado de uma fina sensibilidade para perceber rapidamente de onde sopram os ventos favoráveis...*

Em Novembro de 1982, nas primeiras eleições directas para governadores de Estado, após 1965, quando também foram eleitos os deputados federais e estaduais, houve a eleição para as Câmaras Municipais com excepção das Câmaras das capitais de Estado, das estâncias hidro-minerais e das dos municípios considerados «áreas de segurança nacional», o PMDB impôs uma derrota colossal ao Governo da ditadura. (2)

Já em Junho desse ano, prevendo a derrota do seu partido (PDS) nas eleições de Novembro, tal como aconteceu, o Governo fazia aprovar no Congresso (Senado e Câmara Federal) uma emenda constitucional alterando a composição do Colégio Eleitoral, a fim de o manter sob controlo. De acordo com a nova lei o Colégio passaria a ser constituído pelos senadores, deputados federais e seis delegados de cada Assembleia Legislativa estadual, indicados pelo partido com a maior bancada, independentemente da população e número de eleitores de cada Estado. Através desse artifício monstruoso, o PDS, que obteve 36,6% dos votos nas eleições de 1982, passou a ter 52,5% dos votos do Colégio, equiparando o Estado de São Paulo altamente industrializado e de densidade populacional intensa — 16 milhões de pessoas — ao Estado do Acre, no extremo norte do Brasil, junto à fronteira da Bolívia, de incipiente actividade agro-pecuária, mineira e comercial e com cerca de 2% da população do Estado de São Paulo.

O regime ditatorial pretendia com esta medida continuar a controlar a abertura política iniciada pelo Presidente Figueiredo delimitando-lhe os contornos, o alcance e o prazo, através da eleição do novo Presidente, já que no Brasil vigora um regime prisidencialista e é aquele que comanda o Governo. A figura de Primeiro-Ministro não existe.

Nos últimos anos, o Brasil, com a industrialização acelerada decorrente da exploração desenfreada imposta pelas multinacionais que puderam fartar-se à larga num país rico manietado pelo imperialismo através dos Generais de serviço, passou da 42.ª posição entre os novos países em via de industrialização para a 8.ª posição. Porém, os custos para o país reflectem-se nas dívidas externa e interna que em fins de 1984 se situavam em, respectivamente, 100 mil milhões de dólares e 90 mil milhões de cruzeiros correntes.

Ao desenvolvimento económico do país não correspondeu o progresso social e a par dos lucros fabulosos auferidos pelas multinacionais e por uma escassa camada de brasileiros, a maioria esmagadora do povo trabalhador viu a sua situação agravar-se até níveis muito próximos da miséria absoluta, com salários de fome, desemprego e uma inflação galopante. De 1980 a 1984 a massa salarial paga caiu em cerca de 20% reduzindo drasticamente o poder aquisitivo dos trabalhadores.

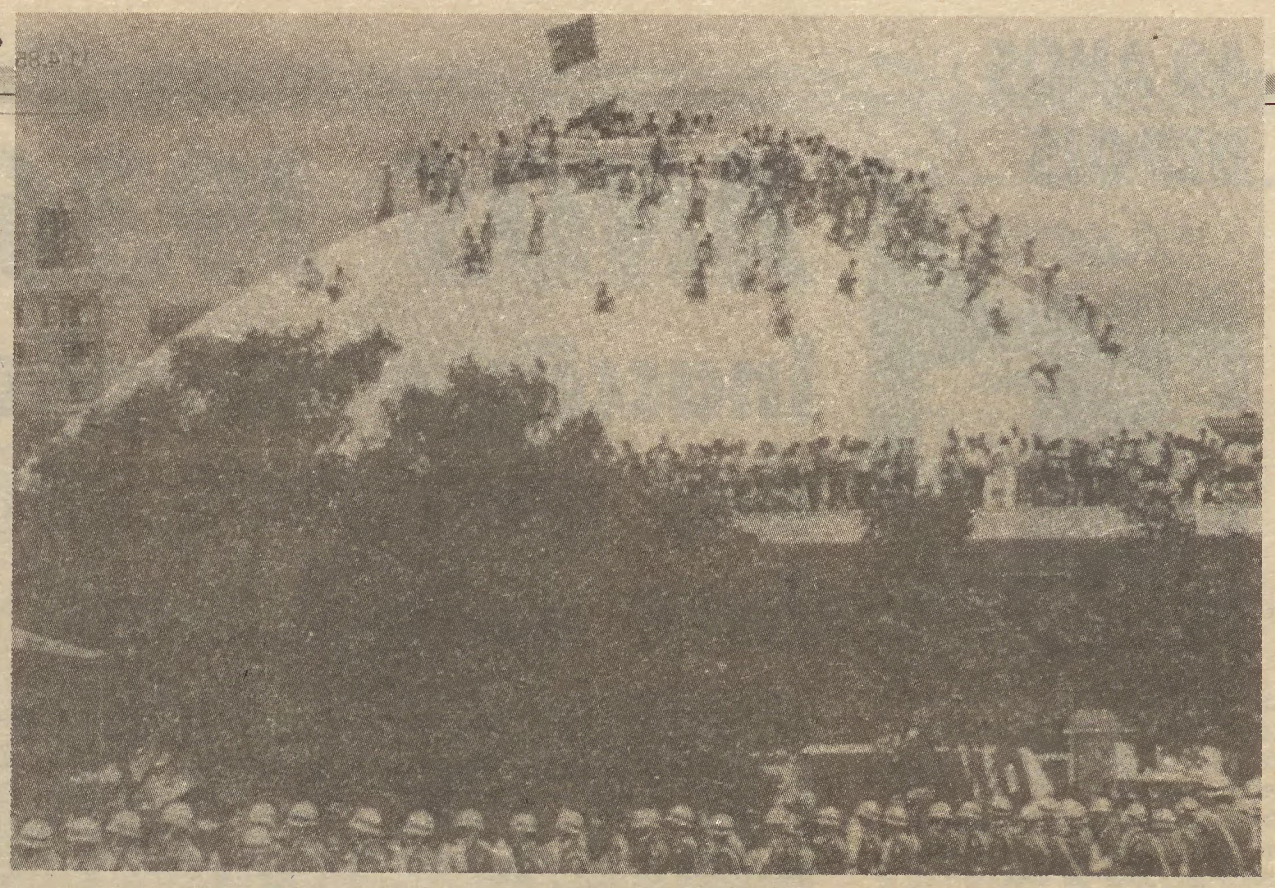
Durante o ano de 1983 o desemprego atingiu o maior índice dos últimos 5 anos — 12,4% da população activa. O governo, seguindo as orientações do FMI nas negociações que realizou logo após a derrota que sofreu nas eleições de 1982, desvalorizou pela segunda vez o cruzeiro em 30% num só dia. Restringiu as importações. Nesse ano o Brasil sofreu a maior recessão dos últimos tempos — queda vertical de 11% no produto industrial e queda de menos 3,2% no PIB. A inflação atingiu no final do ano 211%. Com ironia o governo afirmou ter conseguido contudo realizar a meta negociada com o FMI — à custa do corte das importações e com o aumento das exportações o saldo positivo da Balança Comercial deu um salto considerável passando de 780 mil milhões para 6470 mil milhões de dólares. E em 1984, apesar das contas externas voltarem a ter um desempenho positivo e de ter sido retomado o crescimento do PIB — mais 4,1% o desemprego manteve-se em nível idêntico ao do ano anterior e a inflação cresceu para 225% nesse ano. O crescimento sem alterações estruturais acentuava a crise social e política atingindo aspectos explosivos.

É nessas condições objectivas e subjectivas favoráveis, que a oposição em fins de 1983 iniciou a campanha pelas eleições directas para Presidente da República mobilizando amplas massas. A Igreja católica sustentada pela teologia da libertação e significativos sectores empresariais nacionais preocupados com o crescimento das lutas dos trabalhadores e com as suas próprias dificuldades no confronto com as multinacionais, ajudaram a criar um poderoso movimento de opinião pública para a realização dè grandes comícios em que participaram milhões de brasileiros em todo o país. A campanha pelas **directas já**, reforçada no início de 1984, apesar de ter provocado grandes mobilizações populares, não conseguiu entretanto alterar a maioria governamental do PDS no Congresso e fazer aprovar em Abril a emenda constitucional restabelecendo as eleições directas para PR. Porém, a grande pressão do movimento de massas forçou a desagregação dentro do partido do governo, possibilitando à oposição, principalmente ao PMDB onde se encontravam organizados legalmente os comunistas, a articulação de uma ampla mas heterogénea Frente de Aliança Democrática na qual se integrou um grupo dissidente e significativo do PDS, que tomou a designação de «Frente Liberal».

Desta aliança formada com vista à formação de um governo de transição reafirma-se com força a candidatura à Presidência de Tancredo Neves, vinda da campanha das **directas já**. Governador eleito pelo PMDB no Estado de Minas Gerais, político muito hábil e um dos poucos sobreviventes da velha República antes do golpe fascista-militar de 1964. Imposto pelas corajosas declarações democráticas e em quem a burguesia nacional deposita inteira confiança. O povo também o apoia com entusiasmo porque vê nele o caminho da mudança.

Como candidato à Vice-Presidência os dissidentes «Frente Liberal» indicam José Sarney, Senador pelo PDS e, pasme-se, até há bem pouco tempo Presidente do mesmo partido!

Os candidatos são lançados para enfrentar e derrotar o regime no seu próprio campo: o Colégio Eleitoral. A articulação revela-se plena de êxito e



*O entusiasmo popular transformou-se em expectativa confiante. Na foto: quando da eleição de Tancredo, houve quem subisse à cúpula do edifício do Congresso para saudar o novo presidente*

meses antes das eleições a vitória estava assegurada.

José Sarney, é preciso que se esclareça dado o impedimento actual de Tancredo Neves, é um udenista histórico (3). Nunca perdeu uma eleição porque, em parte, soube estar sempre ligado aos poderosos de turno. Uma «fina» sensibilidade para perceber rapidamente de onde sopram os ventos favoráveis, levou-o a romper com o Governo. Presidente do PDS, logo percebeu que a candidatura de Paulo Maluf levaria o partido ao naufrágio. Por isso propôs a realização de uma eleição prévia interna no partido. Inicialmente aceite pelo Presidente Figueiredo, a prévia acabou por ser regeitada o que levou Sarney à imediata renúncia da presidência partidária. Acabou sendo indicado pela «Frente Liberal», os dissidentes do PDS, para ser o vice de Tancredo. Um seu filho, deputado federal, votou em Abril a favor da emenda que restabelecia as directas para presidente, contrariando a orientação do seu partido, o PDS, na época presidido pelo pai. Este foi o único indício para a mudança...

Logo que constituída a Frente o PMDB apresentou aos candidatos um documento de 600 páginas a que deu o nome de «Nova República», cujos pontos principais propostos para aplicação imediata eram: eleições directas em 1985 nos municípios das capitais de Estado e nas chamadas «áreas de segurança»; alteração da legislação eleitoral e partidária; revogação da Lei de Segurança Nacional de cariz fascista; congelamento dos preços de alguns produtos num cabaz de alimentos básicos e dos transportes por um período de 180 dias; reforma tributária; redução do valor das prestações a pagar ao Banco Nacional da Habitação com alterações dos juros; criação de um seguro para os desempregados; entrada em vigor do Estatuto da Terra; convocação da Constituinte para 1986.

Vinte e quatro horas depois a «Frente Liberal» apresentava também a Tancredo Neves cerca de mil sugestões de medidas a incluir no programa do Governo do futuro Presidente. Destacam-se a convocação da Constituinte; a realização de eleições directas em todas as unidades da Federação, incluindo os Territórios Federais e o Distrito Federal; acesso livre dos partidos à rádio e à TV; apoio privilegiado às minis, pequenas e médias empresas; a co-gestão nas empresas estatais e de economia mista; o reatamento de relações diplomáticas com todos os países independentemente dos seus regimes políticos.

Quase todas estas medidas sugeridas pelas forças apoiantes de Tancredo foram incluídas com muitas outras num documento programático que o candidato denominou de «Compromisso com a Nação» e muitas delas encontram-se já neste momento em debate no Congresso com projectos de lei em tramitação.

Uma das medidas controversas proposta pelo PMDB, é a da renegociação da dívida e do serviço da dívida externa brasileira. O PFL (4) opunha-se às condições em que era proposta.

O candidato havia deixado esta questão candente para resolver após a sua posse.

Outras divergências objectivas que existiram e existem no seio da Frente são compreensíveis e normais dado o carácter contraditório dos interesses das forças sociais que a compõem: a par de democratas que alinham com os anseios populares e que apoiam as reivindicações justas dos trabalhadores, outros existem de sectores que desejariam apenas fazer mudanças limitadas e restritas.

A Comissão Nacional pela legalidade do PCB no documento saído da sua reunião em 9 e 10 de Fevereiro último (5), apresentou as propostas dos comunistas que aprofundaram, no fundamental, o documento «Nova República» do PMDB no interesse da democracia e da classe operária: constituição de um governo com forte apoio político e popular; eliminação dos dispositivos legais antidemocráticos e arbitrários herdados da ditadura; realização de reformas constitucionais e de leis ordinárias que institucionalizem amplas liberdades democráticas no país; retomada do crescimento económico no sentido dos interesses populares e democráticos; a desconcentração da renda e, especificamente, da propriedade fundiária, realizando-se a reforma agrária; eleição em 1986 de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana; uma política externa de firme defesa da paz e da autodeterminação dos povos, com restabelecimento das relações diplomáticas com Cuba. Estes pontos foram considerados pelos comunistas também como uma resposta à sugestão de um Pacto Social feito por Tancredo Neves mas sem que este delineasse uma proposta concreta.

Entendem os comunistas brasileiros que a celebração de um Pacto Social entre o governo, representantes do patronato e dos trabalhadores é insuficiente. Repudiam com firmeza qualquer tentativa de atrelar os sindicatos a qualquer política governamental. Defendem a realização de um Pacto Político-Social, mais amplo, que assegure as mudanças e a estabilidade do governo e do processo de democratização. Um acordo sobre as mudanças a serem efectuadas de imediato (o carácter das mesmas e os procedimentos a serem adoptados), com a participação de todas as forças e correntes políticas democráticas, incluindo os comunistas naturalmente, além das representações de classe e das entidades da Sociedade Civil (6).

*Entretanto, os problemas de fundo — como por exemplo a miséria nos campos — permanecem*

Ao movimento sindical caberá um papel de capital importância em todo o período de transição na luta pelas mudanças democráticas e na elaboração da Nova Constituição. Por esse motivo a Comissão Diretora Nacional Provisória do PCB, nova designação da anterior Comissão Nacional, no mesmo documento (6) apela para a luta pela reconstrução da unidade do movimento sindical. Diz ser absolutamente necessário concentrar esforços nas acções unitárias que levem à superação da polarização entre a CUT (7) liderada pelo PT (com forte influência esquerdista e da Igreja católica) e a CONCLAT (8), formada por trabalhadores comunistas, outros sectores democráticos ligados ao PMDB e trabalhadores unitários sem partido, lutando por reivindicações concretas e comuns a todos os trabalhadores, a partir de cada sindicato ou local de trabalho. Considera um erro grave transformar a CONCLAT em mais uma «central» sindical.

A formação do governo após a eleição histórica de 15 de Março não foi pacífica assim como não o será a implantação de nenhuma das medidas já aprovadas e em tramitação. Entretanto é sintomático que em plena crise aberta com o internamento súbito de Tancredo Neves, operação que vinha sendo adiada há um mês, na própria madrugada do dia de posse, se tenham criado condições de normalidade. O PMDB, através da figura de Ulises Guimarães, grande artífice da Frente e actual Presidente da Câmara Federal, e alguns outros elementos do novo governo, improvisaram um comando político-militar que tomou a decisão constitucional de dar posse ao Vice José Sarney. O General cessante, João Figueiredo, num dos seus desabafos característicos disse em plena crise «que não permaneceria no cargo nem mais um minuto além do término do seu mandato e que, caso não aparecesse ninguém para substitui-lo passaria o posto a qualquer funcionário do Palácio»! Recusou-se contudo a passar a faixa presidencial ao novo Presidente José Sarney a quem acusa de traidor. O novo ministro do Exército garantia, entretanto, a solução constitucional encontrada: «Nós, os militares afastámo-nos da política»! Na verdade nenhuma das unidades militares em todo o país entrou sequer de prevenção.

Com o acordo de todas as lideranças partidárias, reunidas no Congresso, em torno da norma legal, a tranquilidade voltou às 4 horas da madrugada.

A Nova República dava provas de solidez institucional. O povo reunido junto ao edifício do Congresso, muitos milhares de pessoas, pela manhã manifestou a sua frustação quando gritou repetidamente o nome de Tancredo ao aparecer José Sarney para passar revista às tropas em parada.

O Presidente provisório manteve até agora o governo, o programa e até o discurso que Tancredo Neves preparou para esta fase de transição. Na posse dos ministros Sarney reafirmou os compromissos de mudança assumidos pela Frente e pelo Presidente doente com visível emoção, chorando ostensivamente quando, já encerrada a cerimónia, recebeu os cumprimentos dos presentes.

A conclusão que se pode tirar da situação política que se vive no momento no Brasil, parece-nos, é a de uma expectativa confiante. A correlação de forças que levou ao isolamento e derrota do sistema, a manter-se, pode propiciar o avanço da transição rumo à democracia que resultará da eleição em plena liberdade da Assembleia Constituinte.

Porém, há que contar com as dificuldades económicas e financeiras objectivas e com as distorções de toda a natureza económicas, políticas e sociais, herdadas do sistema montado pela ditadura e que se convencionou chamar «modelo brasileiro de desenvolvimento» (9).

E se isso não bastasse, os beneficiários dessa política, inimigos do povo brasileiro — o aparelho repressivo que permanece intacto, a grande burguesia colaboracionista (agrária, industrial e comercial) e o imperialismo norte-americano — tudo farão para abortar o projecto de esperança democrática que mobilizou milhões de brasileiros, jogando na sua divisão.

Se o impedimento de Tancredo Neves se tornar definitivo, a tese já defendida antes da sua posse, por Leonel Brizola (líder do PDT, que ficou fora da Frente, e da Internacional Socialista no Brasil, Governador do Estado de Guanabara), de que deve haver eleição directa em 1985 do Presidente da República, além das eleições municipais previstas, tornar-se-á num elemento altamente desestabilizador a juntar às inúmeras e acrescentadas dificuldades que o impedimento de Tancredo Neves veio trazer à transição já por si difícil no rumo da democracia para o povo brasileiro.

■ **A.P.**

**(1) — Do documento «Uma Alternativa Democrática para a Crise Brasileira – Encontro Nacional pela Legalidade do PCB»**
**Editora Novos Rumos, 1984 – pág. 28.**
**(2) — Suplemento do Avante! de 5/1/83.**
**(3) — UDN – partido a que pertenceu Carlos Lacerda, instrumento do imperialismo para derrotar e levar Getúlio Vargas ao suicídio em 1954.**
**(4) — PFL – Partido da Frente Liberal (dissidente do PDS).**
**(5) — «Os comunistas e a transição democrática», jornal «Voz da Unidade», N.º 238 de 23/2 a 1/3/85.**
**(6) — «A orientação sindical dos comunistas para a transição democrática», Jornal «Voz da Unidade», N.º 239 de 2/3 a 9/3/85.**
**(7) — CUT – Central Única de Trabalhadores.**
**(8) — CONCLAT – Conselho Nacional das Clases Trabalhadoras.**
**(9) — Tese de doutoramento do Prof. António José Avelãs Nunes, «Industrialização e Desenvolvimento», A Economia Política do «Modelo Brasileiro de Desenvolvimento». Coimbra Editora, 1983.**

# 40 ANOS DEPOIS

# ANOS 1936/40

## Inacção e cumplicidade dos governos «ocidentais» face ao nazismo alemão

■ *J. Pina Moura*

Na campanha de diversão e mistificação ideológica actualmente em curso, a propósito dos acontecimentos relacionados com a 2.ª guerra mundial, o tratado de não agressão entre a União Soviética e a Alemanha, assinado em Agosto de 1939, ocupa um lugar de relevo e constitui uma autêntica «cortina de fumo» para tentar impedir o esclarecimento da situação política que se vivia na Europa da época. Mas só fazendo-o, se pode ter uma interpretação e avaliação políticas correctas deste acontecimento. E, simultâneamente, só assim é possível pôr a nu a **hipocrisia e a duplicidade** daqueles que, hoje como há 45 anos, procuram naquilo que chamam «o pacto germano-soviético» uma fuga às suas próprias responsabilidades na agressão vitoriosa do nazismo alemão nos dois primeiros anos da 2.ª guerra.

### Em que consistiu a «política de apaziguamento?»

A **«política de apaziguamento»** da França, da Inglaterra e doutras potências em relação à Alemanha nazi, **consistiu numa série de cedências e falta de resposta militar** às escaladas de sucessivas **agressões e provocações expansionistas do nazismo alemão** nos anos imediatamente anteriores ao desencadeamento da 2.ª guerra mundial (1936-1939) e que se prolongou mesmo nos seus primeiros meses quando, apesar da declaração de guerra que fizeram à Alemanha nazi, França e Inglaterra se mantiveram numa posição de completa **inacção militar** quando as hordas nazis já ocupavam e arrasavam a Polónia.

Mas vejamos alguns **factos elucidativos**:

● Em 7 de Março de 1936 a Alemanha de Hitler invadiu, com um exército de 30000, a **zona desmilitarizada do Reno**, sem qualquer resposta das potências ocidentais, apesar destas terem enorme superioridade militar.

● Entre 1936 e 1939, a Alemanha nazi e a Itália fascista intervêm directamente ao lado dos fascistas espanhóis na **guerra civil de Espanha**, sob o silêncio cúmplice das potências ocidentais, que definem uma «política de não intervenção».

● De 11 a 13 de Março de 1938, a Alemanha nazi dá mais um passo na agressão: faz a **anexação da Áustria** («Anschluss»). A resposta a Ocidente foi a mesma de sempre: silêncio, cumplicidade, deixar andar... Em Portugal, Salazar aplaudiu Hitler e em França, Bonnet, ministro dos Negócios Estrangeiros, declarava ao embaixador alemão em Paris que **«o governo francês aprecia os esforços sinceros empreendidos pelo governo alemão a bem da paz»**.

● Em **29 e 30 de Setembro de 1938** tem lugar a **Conferência e o Pacto de Munique** entre **Hitler, Mussolini, Chamberlain** (1.º ministro inglês) e **Daladier** (1.º ministro francês) donde o governo checoslovaco bem como a URSS são excluídos. A região dos Sudetas — pertencente à Checoslováquia — é cedida à Alemanha nazi que alguns meses depois **(14-16 Março de 1939)** invade e ocupa a Boémia e a Morávia perante, uma vez mais, a passividade das potências ocidentais.

### Quais os objectivos desta política?

É evidente que a atitude simultaneamente medrosa e cúmplice dos governos ocidentais em relação ao expansionismo do nazismo alemão, nos anos de 36 a 39, tinha objectivos políticos. Não que o imperialismo francês e britânico não vissem com preocupação a crescente força e agressividade dos seus rivais de além-Reno. Mas a «cartada» que jogavam era outra. **Chamberlain** (1.º ministro inglês), **Daladier** (1.º ministro francês) e os monopólios franceses e britânicos procuravam, com a inacção e cumplicidade que revelavam face às sucessivas e crescentes provocações militares e políticas do **Reich alemão,** virar a agressividade e o expansionismo de Hitler para Leste, contra a URSS, na altura o único país socialista no mundo. Julgavam assim poder criar uma **grande frente anti-soviética,** que superasse as suas próprias contradições e conflitos de interesses pelo desejo comum de esmagar o socialismo na URSS. E este projecto fica muito mais claro conhecendo-se, com algum detalhe, a política externa do Governo soviético, na mesma época.

### A política externa do governo soviético entre 1933 e 1939

Ao contrário dos governos das potências ocidentais — nomeadamente dos franceses e ingleses — os esforços políticos, diplomáticos e até militares do governo soviético estiveram sempre orientados, neste período, para a **unificação dos esforços de todas as forças que se opunham à agressão nazi.**

Também neste aspecto há **factos muito esclarecedores**:

● Em 1933, o Partido Comunista e o governo soviético propuseram a **criação de um sistema de segurança colectiva na Europa,** conduzindo a alguns desenvolvimentos e concretizações positivas com a assinatura dos tratados soviético-francês (2 Maio 35) e soviético-checoslovaco (16 Maio 1935) e destinados a prevenir a ameaça de agressão alemã.

● Em 1936, ao abrigo deste tratado, a URSS manifesta a sua disponibilidade para ajudar a França quando Hitler invade as zonas desmilitarizadas do Reno (1936), ajuda que não foi aceite pelo governo francês.

● Em 28 de Setembro de **1937**, o «Pravda» (órgão central do PCUS) escrevia a propósito da Áustria (anexada em Março de 38 pela Alemanha nazi): **«A manutenção da independência da Áustria exige acções rápidas e unidas de todos os países interessados em garantir a Paz na Europa. Só essas acções podem deter o agressor e prevenir a criação de um novo foco de guerra.»**

*Munique, Setembro de 1938: a «política de apaziguamento» das chamadas potências ocidentais leva à assinatura de um acordo cujas trágicas consequências cedo se farão sentir Da esquerda para a direita: Chamberlain, Daladier, Hitler, Mussolini e Ciano*

*Chamberlain exibe, orgulhoso, o acordo de Munique...*

● Poucos dias após a **invasão da Áustria** — em 17 de Março de 1938 — o governo soviético — **o único que a condenou** — afirmava em declaração oficial: «Amanhã pode ser tarde, mas hoje ainda estamos a tempo disso, se todos os Estados, particularmente as grandes potências, assumirem uma posição firme e inequívoca relativamente ao problema da defesa colectiva da paz.» Como reconhece o hitoriador austríaco W. Aichingen a «intervenção da URSS contra a anexação da Áustria não teve êxito em consequência do seu isolamento na arena internacional» o que, por outras palavras, quer dizer que a **Inglaterra, a França e os EUA preferiram**, uma vez mais **fingir que não deram pelo desaparecimento do mapa do Estado austríaco independente.**

● Em **Setembro de 1938**, poucos dias antes da assinatura do Pacto de Munique, e em resposta a um pedido do governo checoslovaco da época, a **URSS declarava-se pronta a prestar ajuda à Checoslováquia**, face a uma agressão da Alemanha, cumprindo o tratado de 1935. Com este objectivo, foram, aliás, deslocadas para as fronteiras ocidentais da URSS um grande agrupamento de tropas soviéticas, onde se mantiveram até 25 de Outubro de 1938 — prontas a combater na Checoslováquia. **A capitulação dos governos ocidentais e checoslovacos em Munique** retirou qualquer sentido e eficácia à disponibilidade do governo soviético.

### As negociações de Moscovo (Abril-Agosto 39)...

Apesar de todo o boicote preconcebido dos dirigentes ocidentais estabelecerem formas de cooperação com a URSS para se fazer frente à ameaça nazi, o governo soviético, num último esforço, propôs negociações à França e à Inglaterra.

É assim que entre **Abril e Agosto de 1939**, decorreram em Moscovo **conversações políticas e militares entre a URSS, a Inglaterra e a França**, com o objectivo da criação de uma **aliança político-militar** entre estes três países que garantisse a defesa da paz, dos interesses vitais de todos os Estados e povos que estavam ameaçados pela agressão da Alemanhá nazi — para além dos signatários, a Polónia, a Turquia, a Grécia, a Holanda, a Bélgica e a Suíça.

Estas conversações — que se arrastaram durante cinco longos meses, quando a ameaça de agressão nazi era iminente — falharam porque os governos inglês e francês **não queriam de facto chegar a acordo**, vendo nestas negociações, através de sucessivas manobras dilatórias, apenas um instrumento para pressionar um acordo com a Alemanha nazi com quem a Inglaterra mantinha simultaneamente conversações secretas.

Os dirigentes ingleses (Chamberlain, Halifax, etc.), por exemplo, embora dizendo-se interessados num pacto, recusavam aceitar ter de fornecer assistência à URSS, em caso de agressão da Alemanha nazi.

### ... E o que eles diziam

Mas melhor que quaisquer outras considerações, as próprias palavras dos principais governantes ingleses da época, dizem-nos da hipocrisia e duplicidade com que negociavam em Moscovo:

**Halifax (ministro dos negócios estrangeiros) declarava**: «Se o governo russo pensa forçar o nosso país a combater por objectivos fantásticos, o bom senso manifestar-se-á por si mesmo». **Chamberlain acrescentava**: «um tal tratado com a URSS é mesmo uma pedra atada ao pescoço que pode ficar dependurada durante

*Em Setembro de 1939, Hitler assiste, em pessoa, à partida das tropas nazis para a Polónia*

muitos anos e conduzir até que os nossos filhos e netos tenham de combater pelos interesses russos». **Lorde Chatfield**, ministro inglês da Defesa «expressou a esperança de que os colegas ministros compreenderão com que repugnância se vê na necessidade de encarar a possibilidade de uma aliança com os soviéticos».

Simultâneamente com as manobras dilatórias dos governos inglês e francês, **o governo da Polónia** (principal ameaçado pela invasão nazi e sua primeira vítima) recusava a possibilidade de o exército soviético transitar pelo seu território para ripostar à mais que certa invasão da Alemanha nazi.

Tudo isto conduziu ao impasse e à ruptura das negociações em 22 de Agosto de 1939.

## O tratado de não agressão entre a URSS e a Alemanha

Foi neste contexto internacional (e não noutro qualquer) — agravado pela ameaça de que eram alvo as fronteiras orientais da URSS por parte do Japão militarista — que a URSS aceitou a proposta da Alemanha para concluir um **tratado de não agressão mútua**, assinado em 23 de Agosto de 1939, que a própria Alemanha nazi viria posteriormente a violar sem qualquer denúncia prévia, invadindo o território da União Soviética em 22 de Junho de 1941.

Com este tratado, a URSS apenas procurou assegurar melhores condições políticas e militares, para enfrentar o embate com o nazismo alemão cujo ódio ao socialismo na URSS era bem conhecido. Mas, é claro que este acontecimento constitui, ainda hoje, um dos «pratos-fortes» do anti-sovietismo à escala mundial. Em Portugal, nos últimos meses, desde as páginas do **Expresso** passando pelos artigos provocatórios do **Semanário**, este tema tem sido glosado em vários tons, embora com objectivos idênticos: pretendem, nomeadamente, impor a ideia da suposta **«imoralidade»** de o primeiro e na época o único país socialista em todo o mundo assinar um tratado de não agressão com a Alemanha nazi.

Mistificando, escondendo e omitindo completamente as condições e os antecedentes concretos que levaram, naquela época, a URSS a assinar um tratado de não agressão com a Alemanha nazi — os publicistas reaccionários não respondem a **questões essenciais**.

A quem coube a responsabilidade da não formação de uma larga frente anti-nazi, antes de ser desencadeada a agressão à Polónia?

Onde a «imoralidade» de uma iniciativa diplomática e política da URSS que **desagregou a frente anti-soviética**, a qual, nos anos que antecederam a 2.ª guerra mundial e durante os primeiros meses da própria guerra, a «moralidade» de Chamberlain, Daladier e outros dirigentes «democráticos» das potências ocidentais se esforçou por criar, à custa de cedências e cumplicidades, praticamente sem limites, face a Hitler e ao nazismo?

E qual a «moralidade» — mesmo depois da agressão de Hitler à Polónia e da declaração de guerra da França e da Inglaterra à Alemanha nazi — dos governos daqueles dois países em prosseguirem os seus esforços anti-soviéticos, não desenvolvendo durante os **nove primeiros meses da guerra** qualquer acção militar ofensiva contra a Alemanha nazi, na esperança de que **Hitler não resistisse ao estímulo que supunham irresistível de os seus exércitos se encontrarem junto às fronteiras da URSS**, para desencadear, de imediato, a invasão do primeiro país socialista?

Muitas outras questões se podem colocar. Mas o que fica claro é que **não tem moralidade para falar em «imoralidade»** quem é realmente réu do crime de que pretende acusar os outros.

Conforme fica amplamente documentado, no contexto internacional então existente, a assinatura pela URSS do **Tratado de não agressão com a Alemanha nazi** foi uma **iniciativa política e diplomática justa e necessária**.

Poderá haver quem replique que, nem por isso, a URSS conseguiu evitar a agressão pela Alemanha nazi, em 22 de Junho de 1941.

Mas o problema de fundo e a questão a que importa responder é outra: teve ou não uma importância decisiva para a resistência vitoriosa da URSS à invasão nazi que o governo e o povo soviéticos tenham podido dispor de cerca de dois anos (fins de 39 até meados de 41) para reforçar o seu poderio militar defensivo? Foi ou não importante que a resistência da URSS à invasão nazi se tenha iniciado quando **a evolução da guerra** (nomeadamente com a invasão vitoriosa de Hitler a Ocidente, no Verão de 1946) **já tinha conduzido ao completo fracasso a política e os políticos que nos países ocidentais** (nomeadamente na Inglaterra) **apostavam numa frente anti-soviética com Hitler?** ■

*A barreira que demarcava a fronteira entre a Alemanha e a Polónia é derrubada: a carnificina ia começar*

**A 1 de Setembro de 1939, a Alemanha invade a Polónia, que se rende um mês depois. Em Abril de 40 ocupa a Dinamarca e a Noruega. A 22 de Junho do mesmo ano, a França rende-se. Em Junho de 1941, as tropas nazis ocupam a Áustria, Checoslováquia, Polónia, Dinamarca, Noruega, França, Holanda, Bélgica, Jugoslávia, Grécia, Chipre, Roménia, Finlândia, Bulgária, Hungria, Luxemburgo. Está criado o mito da invencibilidade do exército alemão.**

**Em 1949, as potências ocidentais violam os acordos da Conferência de Potsdam e criam a República Federal da Alemanha. Ainda no mesmo ano, violam novamente os acordos de desmilitarização e, 5 anos depois, em Paris, a RFA é autorizada a criar um exército de 500 mil homens e é admitida na estrutura da NATO.**

**A União Soviética sofreu metade das perdas materiais totais provocadas pelo conflito, ficando com trinta por cento da sua riqueza nacional destruída. Os exércitos nazis roubaram ou destruiram cabeças de gado, material ferroviário, hospitais, escolas, institutos, material agrícola, empresas e bibliotecas públicas. Ceifaram também a vida a 20 milhões de homens, mulheres e crianças soviéticas.**

**Depois da agressão nazi, o exército soviético solicitou, não só a abertura de uma segunda frente europeia, mas também o envio de material bélico.**

**A segunda frente não só foi aberta apenas três anos mais tarde, como as potências ocidentais só o fizeram quando as tropas soviéticas se encontravam já em território alemão.**

**Quanto ao material fornecido por estes países ao exército soviético, não chegava para suprir quatro por cento das necessidades na frente de combate.**

**Mais de 11 mil soldados soviéticos agraciados com o título de Herói da União Soviética, e mais de 184 mil ordens e medalhas foram conferidas aos participantes do movimento guerrilheiro. Sete milhões de pessoas foram condecoradas por feitos militares distintos nos campos de batalha. Durante a Grande Guerra Pátria foram condecorados dezassete exércitos, oitenta corpos de exército, centenas de divisões, unidades e navios de guerra.**

**São sinónimo da brutalidade e do terrorismo que é o nazismo: Dachau, Buchenwald, Husen, Sachsenhausen, Flossenburg, Neuenganine, Ravenbruch, Natzweiller, Gross, Rozen, Stutthof, Maudanek, Niederhagen, Auschwitz, Birkenau, Monowice, Goleshau, Jawiscowic, Neidachs, Blehamer, Plaszow, Natzviller, Papenburg, Belzec, Bergen, Belsen, Landsberg, Dora, Nordhausen, Theresienstadt, Treblinka, Solibor.**

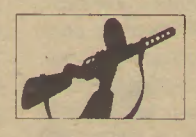
**Foram vinte e três os campos de concentração nazis onde morreram milhões de pessoas.**

**A 7 de Dezembro de 1941, uma força aeronaval japonesa ataca a base naval norte-americana de Pearl Harbour, no Hawai. Os Estados Unidos da América entravam abertamente nas hostilidades.**

**A quase totalidade da frota americana foi destruída. Salvaram-se no entanto os três principais objectivos nipónicos: os porta-aviões da esquadra do Pacífico.**

**De Roosevelt para Estaline: «Durante um mês de gigantescos combates, as vossas forças armadas, graças à sua mestria, coragem, abnegação e obstinação, não só detiveram a ofensiva alemã que estava prevista havia muito, como iniciaram com êxito uma contra-ofensiva cujas consequências têm uma enorme importância.**

**«A União Soviética tem motivos para estar orgulhosa das suas vitórias heróicas.».**



**Telegrama enviado por Winston Churchil a Estaline: «O vosso telegrama de 9 de Agosto permite-me transmitir-vos as minhas sinceras felicitações pelas vitórias importantes alcançadas recentemente pelos exércitos russos...**

**«A derrota do exército alemão nessa frente é um marco no caminho que deve conduzir à nossa vitória final.».**

**A 26 de Março de 1944, as tropas soviéticas entram em território romeno. Foi o começo de uma ofensiva que se prolongaria por pouco mais de um ano e durante a qual as tropas soviéticas libertaram mais de 113 milhões de pessoas da opressão nazi.**

■ *José Manuel Mendes*

# O homem de letras é um interventor no mundo

## (breve evocação de Aquilino Ribeiro)

Passa este ano o centenário do nascimento de uma das mais imperecíveis personalidades da cultura portuguesa: Aquilino Ribeiro. Evocar a singular estatura da sua obra, bem como o percurso combativo e honrado da vida que exauriu na calcinação lenta dos muros do obscurantismo, salda-se num acto de justiça e vincula-nos à defesa de um legado sem o qual a nossa literatura seria, sem dúvida, bem menos valiosa.

De muitas viagens se impregnou o bornal deste nómada intrépido que levava a pátria no sangue: do Carregal da Tabosa a Paris, da Soutosa a Lisboa, o seu verdadeiro itinerar foi o da humana avidez do devir, numa instante relação de comunhão e recusa com a realidade do mundo. As rudes vicissitudes como as horas fagueiras industriaram-lhe o engenho com os nutrientes da experiência, mas nunca deixou de vergastar as injustiças, batendo-se pela sua erradicação sem desfalecimentos. A amarga sedimentação de dissabores e tormentos, sendo legítima, não o dessorou nem o compeliu à inacção. Pelo contrário, dele se dirá, com Sá de Miranda, num verso tornado lugar-comum, aqui uma vez mais reabilitado, que era homem «de antes quebrar que torcer». Por isso, ao longo dos anos, militando em sucessivas gerações de rebeldes, pôde merecer o apreço dos camaradas de letras e dos democratas, dos leitores e amigos ou companheiros de acaso num exemplar gregarismo.

Desde cedo, Aquilino participou nas lutas das correntes progressistas do seu tempo. Tendo vindo residir para Lisboa, em 1906, logo o ambiente republicano revolucionário o mobilizou. No período agitado que se seguiu, conheceu o drama, o cárcere, a fuga e o exílio. O país vibrava de ideias novas, multiplicavam-se os comícios e as actividades políticas de diverso matiz, desenvolvia-se, em Coimbra, uma greve estudantil de largas proporções, o desacreditado governo monárquico impunha a Lei Celerada enquanto se procedia ao encerramento do Parlamento; a fronteira da mudança surgia no horizonte do olhar e seria ultrapassada, em 5 de Outubro, com uma imensa saga de expectativas fraternas. É neste clima que ocorre, no quarto do escritor, um rebentamento que determinará a radical metamorfose do seu quotidiano.

Em Paris, frequentando a Sorborne e os meios artísticos e literários, de cuja agudeza de espírito nos ficaram relatos admiráveis em **Leal da Câmara**, é aluno de alguns dos nomes nodais da Sociologia e do Pensamento francês da época: Durckein, Lalande, Georges Dumas, Levy Bruhl, Léon Brunswick. Escreve e publica **Jardim das Tormentas**, assim iniciando um infatigável labor que, até à morte, lhe granjearia uma dimensão rara no conspecto global das nossas letras.

Não cabe agora rastrear os sinais da vivência europeia na formação estética de Aquilino, ligado intimamente, segundo sempre confessou, ao impulso inovador e aos propósitos fundamentadores da escrita de Anatole France. Acentue-se, no entanto, o seu pendor permanente para o tratamento de temas nacionais, enraizados na terra e na circunstância portuguesas, sob a égide de uma visão arejadamente humanista, que se formou no confronto das teses e pesquisas do seu tempo. «A escola não se define pelo lugar geográfico», afirmou, num importante depoimento sobre a questão do regionalismo. E a sua escola era, antes de tudo, a do compromisso resgatador com a comunidade dos explorados e oprimidos. Não produziu este beirão insubmisso literatice de trejeito mundano e desvairados delíquios. A sua prosa, rija e pessoalíssima, substanciou-se numa indescurada atenção ao real, no projecto, que o neo-realismo alargaria e aprofundaria, de diagnóstico da sociedade, dando voz aos carenciados, aos anónimos heróis populares, pícaros ou apologéticos, aos desvalidos que irradiam ímpetos altruístas e uma ânsia de liberdade maior do que o espaço que «a rosa do sol» cobre.

Leia-se Aquilino:

*«Para que o escritor possa exercer o grande ministério que lhe cabe dentro de uma sociedade consciente e solidária, é indispensável que não traia o génio que lhe é próprio, a sua índole, a sua raça, seja livremente no meio o que uma antena é no éter quando capta os sons infinitesimais que o sulcam.»*

Partindo de uma outro ângulo de abordagem:

*«O escopo da literatura, bem entendido, não se confina no papel platónico, arte pela arte. Seja a noção motriz do progresso formulada assim ou assado: marcha geométrica frontal; eterno retorno; passagem do homogénio ao diferenciado, a literatura é uma sorte de catalizador do facto social pelo que envolve de informação, impulsionamento, construtura.»*

Finalmente, o que bem poderia escolher-se como uma das legendas a ladear o perfil do romancista de **Quanto os Lobos Uivam**:

*«O homem de letras é um interventor no mundo, não deixando por isso de fazer arte. O romance naturalmente esposará a causa do povo, se assim se pode chamar o ocupar-se com as misérias e virtudes, os sonhos e as realidades, os anseios e as cruezas do magma humano no que oferece de mais rico e profundável.»*

Membro destacado do Grupo da Biblioteca Nacional, assistiu à formação da **Seara Nova**, acompanhou os êxitos e fracassos de inúmeras iniciativas de intervenção ideológico-literária, bem como a evolução dos movimentos culturais que agitaram, muitos deles fecundando, o solo da criatividade entre nós. Colaborou no **Guia de Portugal**, trabalho ímpar que congraçou, num plano arrojado de levantamento do nosso património, algumas figuras intelectuais de topo da 1.ª República.

Tomou parte, como cidadão, nos eventos da pugna antifascista, o que lhe valeu perseguições, êxodos rocambolescos, o exílio, tormentos sem conta. Reassumiu sempre, com determinação, a sua oposição diligente à ditadura.

Entretanto, sucediam-se os títulos na sua extensa bibliografia: contos, novelas e romances; traduções, monografias, crónicas de guerra e da quotidianeidade social; excursos históricos, biográficos e crítico-literários; estudos e divulgações etnográficas; textos polémicos; literatura infantil. É uma compósita galeria de situações e seres que se nos oferece aos olhos deslumbrados: pícaros ladinos, burlões, troca-tintas, jograis-aedos finisseculares, chamem-se eles Malhadinhas, Milfomes ou Manuel Louvadeus; personagens históricas, envoltas em grandezas e misérias; faunos da estirpe de Baltazar Maluco ou de João Bispo; camponeses, rendeiros, trabalhadores rurais, volframistas; gente das sete partidas em constantes bolandas; caçadores; entes fantásticos povoando a assombração dos montes; homens e mulheres irmãos da nossa condição precária. E ainda, como talvez em nenhum outro escritor, o universo, em certa medida humanizado, dos bichos.

Rompendo com o moralismo dessonante que impregnara a escrita narrativa entre dois séculos, com os charcos da sentimentalidade piegas, Aquilino privilegiou os temas relevantes de décadas de profundos conflitos.

Das lutas dos povos pelos baldios ao retrato penetrante da burguesia urbana, do libelo antinazi, atravessado de pessimismo (como diversos dos seus livros), à memoração do paraíso da infância, dos mitos e valores da existência rural à plena afirmação do amor livre de quaisquer sensos de pecado ou censura moral, da denúncia da opressão aos territórios do sonho sem peias, o ficcionista de **Terras do Demo** afirmou uma poderosa sensibilidade pessoal, uma dimensão criativa invulgar.

Daí que recordar Aquilino Ribeiro, hoje, um dos indómitos construtores, com a saga colectiva, dos estuários de Abril (em que não mergulhou a euforia pelo conjugar de todas as energias para um porvir mais justo), seja honrar o aceso passado da nossa esperança transformadora. Aquela que prossegue em nós, qualitativamente fertilizada pelos sinais e experiências de uma certeira visão da história, por sobre todos os incidentes, até cumprir-se a humanizadora jornada que é o húmus que nos aviventa. ■

# aTV

## Ser cristão em Roma

Durante a semana santa, a televisão transmitiu uma das maiores superproduções de todos os tempos: **Anno Domini** (o Ano do Senhor) através da qual se procurava fazer o levantamento, não só do cristianismo primitivo, mas também da sociedade em que o cristianismo eclodiu e se desenvolveu.

Certamente os dois fenómenos são inseparáveis, mas foi claramente ao primeiro que **Anno Domini** mais dedicou a sua atenção.

De facto, eis-nos confrontados com situações em que o espírito cristão, no seu movimento ascendente se prevalece de uma filosofia anti-esclavagista, com a defesa dos mais fracos e oprimidos. Não podemos exigir de ninguém que, naquela época histórica, pusesse na prática a questão de uma sociedade sem classes. Não se pode concluir que, sendo explorados tanto os operários da sociedade capitalista, como os escravos da sociedade esclavagista, tanto a estes como àqueles seria legítimo lutar por uma sociedade sem classes. Oiçamos Lenine: **Os escravos revoltavam-se, faziam tumultos, desencadeavam guerras civis, mas nunca puderam criar uma maioria consciente, nem formar partidos dirigentes das suas lutas; jamais conseguiram compreender claramente qual o objectivo das suas lutas e, mesmo nos momentos mais revolucionários da sua história, não passaram de peões na mão da classe dominante.**

No entanto, é inegável que da parte de muitos combatentes escravos nos ficaram lições de heroísmo e de solidariedade. O mesmo se dirá dos primitivos cristãos.

## Onde é que eu já ouvi isto?

As lutas dos cristãos contra uma sociedade corrupta, injusta e desumanizada, bem como as perseguições de que foram vítimas — eis o que **Anno Domini** pretendeu transmitir-nos. Eis o que **Anno Domini** conseguiu com uma rara eficácia.

Ficou bem realçado o facto de que a preocupação dos cristãos consistia em promover uma transformação das consciências com vista à transformação do mundo. Determinados, com uma excelente organização, fazendo apelo ao que de melhor existe nas pessoas (a capacidade do sacrifício e do amor, a solidariedade, o «espírito da luz» contra o «espírito das trevas», a inteligência e a bondade ao serviço dos oprimidos e sofredores, a vocação pacífica contra o belicismo romano, etc.) os cristãos souberam compreender o valor e a primazia da comunidade. **Entre eles ninguém chamava seu ao que lhe pertencia (...) Distribuía-se, então, a cada um conforme a necessidade que tivesse (...) todos os crentes viviam unidos e possuíam tudo em comum.**

Muitas outras frases semelhantes encontramos nos **Actos dos Apóstolos**. Assim como verificamos que, perseguidos ou em acções de militância, os apóstolos se refugiavam em casas de trabalhadores.

Claro que a classe dominante se deu conta do poder daquele inimigo. Então as calúnias choviam para justificar as impiedosas perseguições. Os romanos chegaram a acusar os cristãos de comerem criancinhas...

Como se costuma dizer: onde é que eu já ouvi isto?...

## Os actos continuam

São inúmeras as versões da vida dos cristãos primitivos. Nada a opor.

Mas a vida garante-nos que o espírito fraterno de tantos e tantos cristãos não se esgotou aí. Seria bom que todos conhecessem os actos dos apóstolos do nosso tempo: aqueles cristãos que, no nosso país, combateram contra o fascismo; aqueles que tanto e tanto fizeram para reforçar o espírito da liberdade do 25 de Abril; aqueles que, nestes dias, denunciam as práticas governamentais vergonhosas e corruptas e condenam os que provocam a fome, a miséria, os salários em atraso.

Venha quem nos fale de apóstolos e mártires como Monsenhor Romero que lutou ao lado do seu povo contra o imperialismo e a quem o imperialismo não perdoou...

Venha quem nos conte a maravilhosa gesta dos católicos (com realce para os jovens) que em todo o mundo marcham nas primeiras linhas em defesa da Paz e do desarmamento.

Os seus exemplos estão vivos. Os seus **Actos** continuam.

■ ***Ulisses***

# ... Síntese semanal da IMPRENSA

## Episódios de uma candidatura que não existiu

Os recortes de hoje são a história breve de uma candidatura. Há uma semana atrás essa candidatura era mais que certa, era a grande esperança de reconstrução da aliança PSD/CDS. Hoje, não existe. Alguém contou com os ovos antes de a galinha os pôr.

### Pum! afinal não há candidato

• «Mário Firmino Miguel, vice-chefe do Estado-Maior do Exército, não será candidato à Presidência da República. Desde sexta-feira passada, a sua decisão é ponto assente. Desde a madrugada de sábado, Rui Machete, líder do PSD, dela tem conhecimento.

Três razões essenciais presidiram à decisão do general, que as comunicou directamente a Rui Machete e que as terá inscrito em cartas enviadas na sexta-feira a diversas personalidades suas apoiantes, nomeadamente Pinto Balsemão e João Salgueiro. Firmino Miguel invocou motivos de ordem familiar, em cujo ambiente terá encontrado insistências no sentido de não se candidatar. Por outro lado, sopesou a situação da sua carreira militar, ainda longe de estar terminada. Para além disso, Firmino Miguel não se sentiria tranquilizado com os resultados muito divididos do referendo do PSD, nem com a indefinição por parte do CDS. Até ao momento, o general contava com o apoio claro de Lucas Pires, mas não possuía indícios de que o mesmo sentimento fosse generalizado nas estruturas directivas do partido centrista.»

**(«Diário de Notícias», 8 de Abril)**

### Balsemão lamenta

• «Confirmada junto de várias fontes a decisão do general Firmino Miguel de não se candidatar, o «DN» contactou Francisco Balsemão, uma das personalidades sociais-democratas que mais se distinguiram no apoio não só à tese de um independente, como à hipótese do vice-chefe do Estado-Maior do Exército.

«Compreendo a sua decisão, embora a lamente», comentou o antigo primeiro-ministro, no depoimento que nos concedeu e que a seguir transcrevemos:

"A questão das eleições presidenciais é essencial para o futuro português. Por isso me envolvi nela, e apenas nela, dentro de uma necessária quarentena de afastamento da vida política activa.

(...)

Apoiei a eventual candidatura do general Firmino Miguel por considerar que seria a melhor alternativa ao dr. Mário Soares e ao general Eanes. Fi-lo porque, infelizmente, a situação interna no meu partido não me permitiria optar por um candidato militante do PSD como seria desejável. Não se tratava, portanto, de ter de ser, à partida, um militar, mas de constatação, à chegada, das grandes possibilidades do general Firmino Miguel relativamente a Soares e a Eanes (este, repita-se, por interposta pessoa).

Firmino Miguel, analisada a situação, decidiu, segundo creio, não se candidatar. Compreendo a sua posição, embora a lamente. No PSD o referendo, apesar de concludente, não terá sido decisivo — e tanto assim que foram demasiados os dirigentes que, antes e depois da sua realização, se auto-excluíram de qualquer responsabilidade na futura campanha."»

**(«Diário de Notícias», 8 de Abril)**

### O PSD em reflexão

• «O PSD "entrou num período de reflexão sobre os últimos acontecimentos", disse ontem uma fonte oficial do partido, após o "DN" ter revelado, em primeira mão, a recusa do general Firmino Miguel em se candidatar à Presidência da República.

Aquela fonte disse ainda que os resultados oficiais do referendo do PSD acerca do apoio a dar a um candidato presidencial serão revelados apenas no fim-de-semana, durante a reunião do Conselho Nacional. Recorda-se que estava anunciado que esses resultados seriam apresentados hoje publicamente, em conferência de Imprensa, mas a fonte dos sociais-democratas não adiantou quaisquer razões para a alteração.

António Capucho, na última reunião da Comissão Política com os "notáveis", referira números provisórios do referendo, que indicavam que, dos 23324 votantes, cerca de 43,4 por cento tinham optado por um militante do PSD, e os cerca de 56 por cento restantes se tinham mostrado favoráveis a uma candidatura de um independente.

(...)

Por outro lado, o CDS, pela voz do seu dirigente Miguel Seabra, desmentiu ontem que a carta de Lucas Pires a Mário Soares, divulgada já pelo "DN", tivesse sugerido qualquer apoio à candidatura de Mário Soares em troca de apoio do Partido Socialista à proposta de revisão constitucional dos centristas.»

**(«Diário de Notícias», 9 Abril)**

### Pires escreve a Soares

● **«Tive já ociasião de abordar esta questão com V. Exa. muitas vezes no passado e, ainda recentemente, embora de maneira informal, após o jantar que V. Exa. ofereceu a Sua Eminência o Senhor Secretário de Estado do Vaticano Cardeal Casarolli. Refiro-me ao problema da revisão constitucional e da imediata assumpção de poderes constituintes, para o efeito, pela Assembleia da República»** — refere o líder centrista.

**«Conhece, pois, V. Exa. o meu pensamento a este propósito, mas gostaria agora de melhor o explicar através de um texto que tem a aprovação institucional do partido, cuja Comissão Política o aprovou por unanimidade, ainda que, por enquanto, apenas na generalidade. Trata-se do "Programa de Mudança para uma Democracia sem Socialismo", que a seguir transcrevo na parte que à questão em causa mais directamente diz respeito».**

**A carta transcreve seguidamente um extracto do documento citado («Programa de Mudança...»)**, no qual se afirma que o **«governo está morto»**, mas a AR pode ainda assumir poder de revisão da Constituição, significando tal facto **«uma nova ofensiva das forças democráticas»** e um impedimento da dissolução do Parlamento. Esta actuação é entendida pelo CDS como um **«desafio»** ao PS e ao PSD e a verdadeira forma de derrotar o Partido Comunista e os seus **«aliados eanistas»**.

**«A recente conclusão das negociações para a integração na CEE veio, também, reforçar as vantagens de proceder à imediata revisão da nossa Constituição que formalmente continua a obrigar-nos à "transição para o socialismo". Não só a compatibilidade desta com o Tratado de Roma é juridicamente duvidosa e política e economicamente contraditória, como, além disso, não tem sentido adiar a questão estrutural que depende apenas da nossa soberania democrática. Vamos confiar à CEE uma liberalização por invasão, quando a podemos fazer por auto-determinação democrática? Se podemos fazer uma revisão de direito porquê deixar as coisas encaminharem-se para uma revisão de facto que só poderá contribuir para maiores contradições, complexidades e atrasos, quando a vida e a economia portuguesa precisam de decisão, clarificação e avanços nítidos?**

**«Resolver as duas questões — a da revisão e a da integração —, ao mesmo tempo, seria harmonizar e completar uma obra histórica de democratização e liberalização, de abertura e confiança, interna e externa. Ficariam assim arrumados todos os principais contenciosos e pendências da evolução democrática e estariam criadas as condições básicas de um mais comum entendimento do interesse nacional e do Portugal moderno. Veríamos firmadas as convicções, os métodos e o espírito de desenvolvimento e da segurança nacionais no longo prazo. Teríamos todos contribuído, então, para erguer as bases de um novo decénio e para dar à Democracia um novo assento positivo de esperança — progresso este que, naturalmente, enquadraria as próximas eleições presidenciais e lhe poderia dar um novo sentido, senão até um novo conjunto de referências.**

**«Ao resolver os problemas da "integração" e da "revisão", teríamos, então, sim, consumado o essencial do projecto político pelo qual, com Sá Carneiro e Amaro da Costa, muitos de nós e muitos outros se bateram e que não é, sobretudo, um projecto ideológico, mas sim a mera base da reconstrução democrática do país.**

**«Deixo, pois, estas questões à ponderada meditação de V. Exa. como secretário-geral do Partido Socialista e primeiro-ministro do actual Governo, ainda na esperança de que só os interesses do país e o que possa ser uma convicção própria determinem, sobre esta matéria, quem é também um possível candidato à Presidência da República Portuguesa.**

**"Sem mais, subscreve-se com a maior consideração pessoal..."»**

**(«Expresso", 5 abril)**

### Marcelo, o alma-negra

● «O que já é possível dizer é que Marcelo Rebelo de Sousa aposta invariavelmente na inviabilização de todas as candidaturas que vão surgindo e podem fazer vencimento no Partido Social Democrata.

Porquê?

Não é difícil adivinhar.

No que respeita ao futuro próximo, Marcelo Rebelo de Sousa não quer aparecer ligado a nenhum candidato e deseja mesmo intimamente que o candidato do PSD perca — para depois poder dizer que o partido cometeu um erro.

Não apoiando nenhuma candidatura, enfraquecendo as que aparecem e criticando a estratégia presidencial da direcção, Marcelo contribui para a derrota e fica em posição óptima para afirmar, depois das eleições, que a razão estava do seu lado.

No que respeita ao futuro menos próximo, é óbvio que Marcelo Rebelo de Sousa aspira à liderança do Partido Social Democrata.

Como, porém, pensa que é ainda cedo para ocupar o cargo ir-se-à empenhando em desfazer todas as soluções que possam trazer ao PSD alguma estabilidade.

Apostando na instabilidade permanente e na constante agitação, Marcelo procurará manter o lugar vago e disponível — até ao momento em que julgue ter chegado a altura de o ocupar.

**(J.A.Saraiva, «Expresso», 5 Abril)**

# Gazetilha

*por Ignotus Sum*

Disse um tal chefão da NATO
que o Soares é que era bom
e disse-o alto e bom som
sem cuidado nem recato.

Conviria realmente
à NATO, e disso deu fé,
que ao posto de Presidente
ascendesse uma libré...

Mas o imperialismo esquece
o nosso dever primeiro:
Portugal não obedece
às ordens do estrangeiro.

O Soares pretendente
a um grande posto na lista?
Talvez sim: a presidente...
... de um Grupo Excursionista...

... E já passou a Quaresma
mas, pela Direita maior,
tudo na mesma
ou pior...
De modo que, vendo tudo,
Páscoa finda,
vê-se ainda
reinar à brava o Entrudo...
Na confusão vai assim
aquela dança mofina
de Arlequim
e Colombina
com um pobre Pierrot
sem saber o que fazer
a tremer
que mete dó,
destroçadas
as vestais
enquanto rangem espadas
e se exercitam punhais.
Já não se entendem de novo
uns aos outros e ninguém
mas o povo...
mas o povo «entende-os» bem...

Estão a chegar mais impostos
agora com o IVA a jeito.
Mas, como gostos são gostos,
o governo nos seus postos
diz que tudo está perfeito...

Aumentou a inflação
inda aumenta a carestia
e o governo — manganão... —
o governo diz que não
diz que é tudo uma alegria...

Mas que pensar afinal
de tão estranha atitude,
se o governo soaral
apodrece, cheira mal,
e diz... que está de saúde...

# Pontos Cardeais

## O «psicodrama»

Numa análise de jornal de paróquia com impressão «off-set», o «Semanário» da semana passada virava-se para a Nicarágua e dizia em título **«Nem Cuba nem Vietname»**, desenvolvendo em seguida extensa prosa motejando a seguinte ideia (e passamos a citar): «O psicodrama encenado pela Administração Reagan nos últimos dias tem um fim preciso: pressionar o Congresso para que este desbloqueie a ajuda financeira aos **contras**, anti-sandinistas. Para isso, agita os fantasmas próximos da política externa de Washington: se o poder sandinista se consolidar na sua forma actual, Nicarágua será uma nova Cuba, o que os EUA — e o seu Congresso — não poderiam tolerar. E se tal acontecesse, os EUA seriam obrigados a uma intervenção mais drástica, com os consequentes riscos de novo Vietname. Para prevenir tudo isso, o Congresso tem o **dever** de ajudar os **contras».**
Estão deveras metidos num «psicodrama» estes analistas mais os seus amigos americanos: juram não «tolerar» uma segunda Cuba, tal qual o fizeram em relação **à primeira**, à «verdadeira» — mas ela lá está, democrática e poderosa há quase 30 anos, nas barbas americanas e pese-lhes embora o desgosto; caso «tal (?) acontecesse» **seriam obrigados** a uma intervenção e lá tinham eles um novo Vietname (ou «Baía dos Porcos»?) para lhes dar cabo do moral e das peneiras. Resta-lhes pois apoiar **os ultras**, como tentaram... em Cuba e no Vietname, com os resultados que se sabe!
Espertos e afinadinhos. Só que não aprendem...

## Excitante

O PSD não pára de divertir o País. Agora temos o folhetim dos recenseamentos partidários publicados no «Povo Livre», o que levou à imediata suspensão do seu chefe de redacção, Cordeiro Pereira, e às mais hilariantes aritméticas na Imprensa. De facto, e segundo o escarrapachado no órgão oficial do PSD, este partido tem inscritos 87 000 militantes «mas só 63 000 têm capacidade eleitoral porque têm as quotas em dia», pelo que os 23 000 escrutínios apurados no recente referendo sobre as presidenciais correspondem a qualquer coisa como 25% do total de militantes esmiuçado pelo «Povo Livre», o que não deixou de constituir para António Capucho, presidente do grupo parlamentar pêpêdê, uma **«afluência verdadeiramente espectacular».** Supõe-se que se a afluência ao referendo houvesse sido de 10%, tal se poderia considerar «bastante bom», de 5% «bem bom» e se apenas votassem os dirigentes, tal seria «suficientemente significativo».
À margem de tão espectaculares resultados, estão outros não menos assombrosos: as distritais motapintistas saltaram com a exigência de «imediata demissão» de 1) presidente da Comissão Política, Rui Machete; 2) secretário-geral, Antunes da Silva; 3) presidente do grupo parlamentar, António Capucho — todos acusados de grave «quebra de sigilo», de «inconfidência nunca vista em qualquer parte do mundo e digna do Guiness-Book», enquanto este último (o Capucho, não o Guiness) reagiria com nova espectacularidade, chamando «perfeitamente idiotas» aos que tais demissões reclamavam.
Depois há os argumentos expendidos por apoiantes do ex-presidente mais os ex-apoiantes do actual presidente contra os ex-apoiantes do ex-presidente entretanto coadjuvados pelos apoiantes do actual presidente, incluindo ou excluindo os que entretanto vão apoiando ou ex-apoiando teses ou ex-teses apoiadas ou ex-apoiadas quer no partido quer no ex-partido de que são militantes ou ex-militantes, conforme os casos.
**Ex-citante.** Ou talvez apenas **citante.**

## Terrorismo televisivo

O telejornal de domingo de Páscoa converteu-se num autêntico festival racista, terrorista e fascista.
Engravatado, com o ar mais seráfico deste mundo, o locutor disse: «o exército sul-africano vai ajudar a polícia a controlar as zonas onde têm decorrido distúrbios contra a ordem, disse o primeiro-ministro da África do Sul, Peter Botha».
Depois continuou: essa personagem foi convidada por uma igreja para discursar perante os fiéis. Aí chegado afirmou que gosta muito deles porque «não bebem, não fumam e são contra a violência». O chefe de um regime racista, terrorista e violento como o é o apartheid atira cá para fora tal monstruosidade e a televisão aplaude e dá-lhe mais de um minuto de propaganda.
O que nos apareceu no telejornal não foi qualquer comentário às palavras de Botha. Não nos disseram sequer que, só no dia 21 de Março, a polícia abateu 19 pessoas, segundo números oficiais que ficam muito aquém da realidade, e que desde então o número oficial de mortos já ultrapassou as quatro dezenas.
Não! Nada disto faz o telejornal. Limitou-se a dizer que Botha não tinha nada de sanguinário, que o regime do apartheid não é tão mau como isso e que maus, esses sim, são os patriotas sul-africanos que lutam contra o fascismo e a segregação racial.
O telejornal não noticiou. O telejornal acrescentou mais uma página — e decerto não das menos importantes — no seu já extenso rol fascizante, racista e terrorista.

## Fiscalizações

Diz-se para aí à boca cheia que o Governo PS/PSD pretende acabar com tudo o que cheira a fiscalização, essencialmente económica.
Diz-se também para aí que Reagan — chefe de um Estado soberano — vai visitar dois outros Estados Soberanos, no caso Portugal e Espanha.
Isto é o que anda de boca em boca. Não passam de calúnias.
Primeiro, o Governo não pretende acabar com todas as fiscalizações. Segundo — pelo que diz o ministro Jaime Gama —, Reagan não vai visitar dois Estados soberanos.
Senão vejamos: segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo PS/PSD, a visita de Reagan tem como objectivo fiscalizar o «processo de democratização» levado a cabo pelo seu Governo em Portugal.
Mais; Reagan não vem a Portugal como Chefe de Estado, vem, isso sim, «para ver com os próprios olhos» o «milagre português» de que tanto lhe têm falado os empresários norte-americanos.
Concluindo, Reagan só vem com a intenção de ver para crer e, depois de fiscalizar, beatificar Mário Soares e os seus outros discípulos.

## De empurrão

O primeiro-ministro Mário Soares chegou no princípio da semana a Madrid para mais um congresso de confrades europeus, e botou logo discurso no aeroporto. Da oração cintila a seguinte ideia, a propósito de «alguns problemas técnicos surgidos no acordo luso-espanhol sobre os assuntos da pesca e do comércio»: **Há que dar um empurrão político para desbloquear a situação.**
Quer dizer: a Mário Soares não lhe basta a pressa e o descaramento com que procura alienar os interesses portugueses nesta matéria; para ele, a coisa agora até vai de empurrão.

## Gelaram da cabeça

Eles encontram-se para negociatas políticas que depois transformam em «visitas de cortesia», escrevem cartas de «negócios políticos» que depois garantem ser de «simples cumprimentos», chamam-se de idiotas uns aos outros para jurarem de seguida que pertencem a uma família fraterníssima, afundam o País e regougam que velam pelos «interesses de Estado», estão atolados em corrupção e ungem-se mútua e multiplicadamente com águas de colónia de importação e cheiros de santidade politiqueira, estraçalham-se em rivalidades de poleiro interno, mas apoiam-se uns nos outros perante o inimigo comum: o povo e o País.
Falamos, evidentemente, da situação que se vive actualmente no continente antártico onde, como se sabe, os pinguins gelaram completamente da cabeça.